



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

INDIANE WITCEL RUBENICH

**A SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA E OS DESAFIOS DA INSERÇÃO
DA JUVENTUDE NA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NOVA
SANTA RITA (COOPAN), NOVA SANTA RITA (RS)**

LARANJEIRAS DO SUL

2017

INDIANE WITCEL RUBENICH

**A SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA E OS DESAFIOS DA INSERÇÃO
DA JUVENTUDE NA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NOVA
SANTA RITA (COOPAN) NOVA SANTA RITA (RS)**

Projeto de monografia apresentado ao curso de
Ciências Econômicas da Universidade Federal da
Fronteira Sul, como requisito de aprovação da
monografia I.

Professor Orientador: Dr. Pedro Ivan Christoffoli

LARANJEIRAS DO SUL

2017

Rubenich, Indiane Witcel

A SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA E OS DESAFIOS DA
INSERÇÃO DA JUVENTUDE NA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO
AGROPECUÁRIA NOVA SANTA RITA (COOPAN), NOVA SANTA RITA
(RS)/ Indiane Witcel Rubenich. -- 2017.

102 f.:il.

Orientador: Dr. Pedro Ivan Christoffoli.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências
Econômicas , Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA. 2. ECONOMIA
SOLIDÁRIA. 3. COOPERAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA. 4. O
DESAFIO DA INSERÇÃO DA JUVENTUDE RURAL NOS PROCESSOS DE
COOPERAÇÃO. I. Christoffoli, Dr. Pedro Ivan, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.



Ministério da Educação
Universidade Federal da
Fronteira Sul

Reitoria
Avenida Getúlio Vargas, 609
Edifício Engeméd, 2º Andar
Chapeco - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.812-000
(49)2049-1400

www.uffs.edu.br
contato@uffs.edu.br

Campus Laranjeiras do Sul
Rua Oscar Perreira Guedes, 01
Vila Alberti - Laranjeiras do Sul
Paraná - CEP 85303-820
(42) 3635-8650



Serviço Público Federal
Universidade Federal da Fronteira Sul
Curso de graduação em Ciências Econômicas

ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 12 dias do mês de Dezembro de 2017, às 15:00 horas, em sessão pública na sala 405 do Campus Laranjeiras do Sul da UFFS, na presença da Banca Examinadora presidida pelo(a) Professor(a) Orientador(a):

PEDRO IVAN CRISTOFOLU

e composta pelos Professores(as) Examinadores(as):

1. ANTONIO MARIA DA SILVA CORREIA e
2. CRISTINA STOMMER DAS SANTOS

o(a) aluno(a) INDIANE WITCEL TUBENICH apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: A sustentabilidade socioeconômica e os desafios da inserção da juventude na cooperativa de Produção Agropecuária da Santa Rita - COOPAN - Nova Santa Rita,

como requisito curricular indispensável para a integralização do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas. Após reunião em sessão reservada, a Banca Examinadora deliberou e decidiu pela APROVAÇÃO do referido trabalho, divulgando o resultado formalmente ao aluno e demais presentes e eu, na qualidade de Presidente da Banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais examinadores e pelo aluno.

Pedro Ivan Cristofolu
Presidente da Banca Examinadora e Professor(a) Orientador(a)

[Assinatura]
Examinador(a) 01

CRISTINA STOMMER
Examinador(a) 02

[Assinatura]
Aluno(a)

Dedico esta monografia a meus familiares e amigos, mas principalmente a minha mãe Elizabete Witcel e meu pai Airton Luis Rubenich, por todo amor e carinho, assim como todo apoio dedicado nestes anos longe de casa.

AGRADECIMENTOS

Tenho receio de esquecer alguém, pois sei que muitas pessoas foram importantes nessa caminhada, mas gostaria de agradecer a todos aqueles que me ajudaram, de alguma forma, durante todos estes anos longe de casa. Agradecer aqueles que acreditaram em mim e me apoiaram em tudo.

Primeiramente agradecer a meu pai Airton Luis Rubenich por ter me incentivado a estudar Ciências Econômicas e sair de casa, sempre acreditando no meu aprendizado. Agradecer a minha mãe Elizabete Witcel, que mesmo com medo acreditou e confiou em mim. Quero agradecer a vocês por tudo e dedicar com todo amor e carinho esta conquista.

Agradecer também ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN), pois sem ela e todas as pessoas que fazem parte dela nada disso seria possível. Agradecer principalmente a todos por estes anos de incentivo e agradecer também a oportunidade de realizar esta pesquisa sem qualquer tipo de empecilho. Muito obrigada pela aprendizagem no dia a dia e por todo apoio no tempo em que fiquei longe.

Agradecer em especial a minha amiga/irmã Mariani Zanette que compartilhou comigo estes 5 anos, durante todos os dias e que me aguenta a mais de 20 anos. Obrigada pela paciência, compreensão, apoio, carinho e companheirismo. Sem você com certeza seriam muito mais difícil.

Gostaria de agradecer aos amigos que conquistei no Paraná, as pessoas queridas que conheci, as minhas vizinhas e vizinhos e aos amigos que cultivei nestes anos. Dentre estes em especial a Thais R. Mazor, Sonia Machado e Andréia Draszevski pelos primeiros anos de convivência, assim como aos meus amigos do coração Marcio R. de Oliveira, Patrique Kasinei e Tiago Viola. As amigas queridas que se juntaram a nós, Helena Bersch e principalmente Everly Jasinski, obrigada por tudo. Nenhuma palavra é o suficiente para expressar o agradecimento e o carinho que sinto por vocês, assim como a aqueles que não mencionei.

Também gostaria de agradecer aos meus professores da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – *Campus* Laranjeiras do Sul por todo o aprendizado durante o curso. Aos meus professores do curso de Ciências Econômicas, principalmente ao meu primeiro orientador Antônio Maria da Silva Carpes e ao meu orientador desta monografia Pedro Ivan Christoffoli. Muito obrigada a todos pela convivência, amizade, carinho e por todos estes anos de curso, sem vocês nada disso seria possível.

Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o ser social que determina a consciência (Karl Marx, 1818-1883).

RESUMO

Dentro do contexto de organização da produção e vida em áreas de reforma agrária a partir da iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), inserem-se as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's). O objetivo geral deste trabalho foi analisar a sustentabilidade socioeconômica e os desafios da inserção da juventude na Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN), no período de 2004 a 2016. Visando analisar quais as suas fontes de sustentação atuais e que perspectivas se apresentam para as gerações futuras, através dos desafios da integração socioeconômica dos jovens associados. As questões teóricas discutidas neste trabalho abordam temas sobre a sustentabilidade socioeconômica, a economia solidária e a cooperação na reforma agrária, e os desafios da inserção da juventude rural nos processos de cooperação. O procedimento metodológico consistiu em um estudo de caso através de pesquisa exploratório-descritiva, que se utilizou de pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem predominantemente qualitativa. Para contextualizar o objeto de análise caracterizou-se o município e o assentamento de origem da cooperativa, se realizando um breve histórico de seu processo de construção. A análise iniciou-se com os dados contábeis obtidos dos Balanços Patrimoniais e Demonstração dos Resultados do Exercício de cada ano, seguidos dos dados gerais de registros internos e dados referentes aos setores de produção. Os resultados obtidos demonstram que a cooperativa cresceu economicamente e em número de sócios durante estes 13 anos analisados. Esse aumento no número de sócios deveu-se principalmente pela associação dos jovens filhos de associados na cooperativa, levando a necessidade de aumento nas suas estruturas produtivas. Por parte da juventude observou-se a vontade de permanência na cooperativa conciliando com uma boa remuneração, qualidade de vida e lazer. Porém, conclui-se que mesmo aumentando sua capacidade produtiva e o número de associados à cooperativa, não representou um aumento significativo na sua produtividade do trabalho, assim como trouxe desafios em relação a sua eficiência econômica competitiva.

Palavras-chave: Cooperativismo; Sustentabilidade; Socioeconômico; Juventude Rural.

ABSTRACT

Within the context of the organization of production and life in areas of agrarian reform from the initiative of the Movement of Landless Rural Workers (MST), the Cooperatives of Agricultural and Livestock Production (CPAs) are inserted. The general objective of this work was to analyze the socioeconomic sustainability and the challenges of youth insertion in the Cooperativa de Producción Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN), from 2004 to 2016. In order to analyze the current sources of support and perspectives For future generations, through the challenges of socioeconomic integration of young people. The theoretical issues discussed in this paper deal with themes such as socioeconomic sustainability, solidarity economy and cooperation in agrarian reform, and the challenges of rural youth integration in cooperation processes. The methodological procedure consisted of a case study through exploratory-descriptive research, which used bibliographical and documentary research, with a predominantly qualitative approach. In order to contextualize the object of analysis, the municipality and the settlement of origin of the cooperative were characterized, and a brief history of its construction process was carried out. The analysis began with the accounting data obtained from the Balance Sheets and Income Statement of the Year of each year, followed by the general data of internal records and data referring to the production sectors. The results show that the cooperative grew economically and in number of members during these 13 analyzed years. This increase in the number of members was mainly due to the association of the young children of associates in the cooperative, leading to the need to increase their productive structures. On the part of the youth the desire of permanence in the cooperative was observed conciliating with a good remuneration, quality of life and leisure. However, it is concluded that, even increasing its productive capacity and the number of members of the cooperative, did not represent a significant increase in its labor productivity, as well as presented challenges in relation to its competitive economic efficiency.

Keywords: Cooperativism; Sustainability; Socioeconomic; Rural Youth.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 - Princípios cooperativistas e seus conceitos.....	27
Figura 01 – Mapa de localização do município de Nova Santa Rita. 2017.....	42
Imagem 01 - Organograma de organização deliberativa e de trabalho da COOPAN.....	49
Imagem 02 - COOPAN. Organograma dos setores e a quantidade representativa de jovens inseridos na COOPAN.....	83
Imagens 03 e 04 - Jovens que trabalham nas Agroindústrias de Beneficiamento do Arroz Orgânico e de Abate de Suínos da COOPAN. 2016.....	84
Imagem 05 - Jovens em reunião com direção para discussão das moradias na COOPAN. Novembro, 2016.....	85
Imagem 06 - Jovens da COOPAN, festas informais por proximidade. 2016.....	86
Imagem 07 - Jovem responsável pela máquina de produção do arroz a vácuo na COOPAN. 2016.....	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - COOPAN. Evolução anual do número de sócios. Em unidades.....	45
Gráfico 02 - COOPAN. Registro de Ativos Totais e Imobilizados da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita, em R\$. 2003 a 2015.....	53
Gráfico 03 - COOPAN. Valores do Passivo e do Patrimônio Líquido da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita, em R\$. 2003 a 2015.....	54
Gráfico 04 - COOPAN. Registro de Capital Social da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita, em R\$. 2003 a 2015.....	55
Gráfico 05 - COOPAN. Registro dos Ativos Permanentes da COOPAN, em R\$. 2003-2015.....	56
Gráfico 06 - COOPAN. Resultado Líquido do Exercício da COOPAN, em R\$. 2003 a 2015.....	56
Gráfico 07 - COOPAN. Evolução na quantidade de horas trabalhadas no geral e em setores produtivos da COOPAN, em unidades. 2003-2004 a 2015-2016.....	58
Gráfico 08 - COOPAN. Registro de Distribuição das Sobras destinadas para os associados conforme os planejamentos da COOPAN, em R\$. 2003-2004 a 2015-2016.....	60
Gráfico 09 - COOPAN. Registro da distribuição do adiantamento das sobras destinadas aos associados da COOPAN, em R\$. De junho de 2004 a junho de 2016 e com correção monetária atualizada pelo INPC de dezembro de 2016.....	61
Gráfico 10 - COOPAN. Média no repasse mensal do adiantamento por sócio em cada ano. Valor atualizado pelo INPC de dezembro de 2016. Valor do salário mínimo de cada ano. Valor do salário mínimo atualizado pelo INPC de dezembro de 2016, em R\$. Junho de 2004 a junho de 2016.....	62
Gráfico 11 - COOPAN. Valores nominais pagos por hora trabalhada na COOPAN, em R\$. Média anual de junho de 2004 a junho de 2016.....	63
Gráfico 12 - COOPAN. Valores médios anuais, nominais e reais, pagos por hora trabalhada para os associados da COOPAN, em R\$. Valores atualizados para dezembro de 2016. Período de 2004 a 2016.....	64
Gráfico 13 - COOPAN. Valor financeiro gerado por hora trabalhada em setores produtivos da COOPAN, em R\$. Junho de 2004 a junho de 2016.....	65
Gráfico 14 - COOPAN. Quantidade de sacas de arroz seco colhidas por ano na COOPAN, em sacas. Junho de 2006 a junho de 2016.....	66

Gráfico 15 - COOPAN. Quantidade de arroz recebido e beneficiado na agroindústria de arroz da COOPAN, em KG. Junho de 2009 a junho de 2016.....	67
Gráfico 16 - COOPAN. Quantidade de suínos terminados anualmente na COOPAN, em unidades. Junho de 2006 a junho de 2016.....	68
Gráfico 17 - COOPAN. Histórico anual de abate de suínos na COOPAN, em unidades. Junho de 2005 a junho de 2016.....	69
Gráfico 18 - COOPAN. Quantidade total de leite produzido anualmente na COOPAN, em litros. Junho de 2006 a junho de 2016.....	70
Gráfico 19 - COOPAN. Média anual de produção leite por vaca-dia na COOPAN, em litros. Junho 2006 a junho de 2016.....	71
Gráfico 20 - COOPAN. Receitas e Despesas dos setores referente ao ano safra da COOPAN, em R\$. 2015.....	71
Gráfico 21 - COOPAN. Investimentos realizados na COOPAN, em R\$. 2003-2004, 2008-2009 e 2015-2016.....	74
Gráfico 22 - Identificação dos jovens da COOPAN. Sexo e idade média, em unidades. 2016.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Produto Interno Bruto (Valor Adicionado Em R\$ 1.000,00). 2010.....	43
Tabela 02 - COOPAN. Produtividade média trienal por hora trabalhada em cada setor da COOPAN, em unidades. 2006 a 2016.....	72
Tabela 03 - COOPAN. Dívidas, Rebates e Descontos, Juros abatidos da COOPAN, em R\$. 2003 a 2015.....	75
Tabela 04 - Equação geral de produção necessária da COOPAN, conforme as leis de desenvolvimento sob condições capitalistas, em R\$. 2003-2004, 2008-2009 e 2015-2016.....	78
Tabela 05 - Resumo dos dados contábeis da COOPAN, em R\$. 2003-2004.....	79
Tabela 06 - Resumo dos dados contábeis da COOPAN, em R\$. 2008-2009.....	79
Tabela 07 - Resumo dos dados contábeis da COOPAN, em R\$. 2015-2016.....	79
Tabela 08 - Classificação por faixa etária dos jovens da COOPAN, em unidades, 2016.....	81

LISTA DE SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativista Internacional
COCEARGS	Cooperativa Central da Reforma Agrária dos Assentamentos do Rio Grande do Sul
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONJUNE	Conselho Nacional da Juventude
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil
COOPAN	Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita
CPA	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FASC/POA	Fundação de Amparo e Assistência Social de Porto Alegre
FATES	Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
FUNTERRA	Fundo de Terras
IBGE	Índice Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Patrimônio Líquido
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.2	OBJETIVOS	15
1.2.1	Objetivo geral.....	16
1.2.2	Objetivos específicos.....	16
1.3	JUSTIFICATIVA	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA.....	18
2.2	ECONOMIA SOLIDÁRIA E A COOPERAÇÃO.....	20
2.2.1	Economia Solidária	20
2.2.2	O cooperativismo como movimento socioeconômico internacional.....	24
2.2.3	Cooperação e cooperativismo na Reforma Agrária	28
2.3	O DESAFIO DA INSERÇÃO DA JUVENTUDE RURAL NOS PROCESSOS DE COOPERAÇÃO	30
3	METODOLOGIA.....	36
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	36
3.2	PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	37
3.3	ANÁLISE DOS DADOS	39
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	42
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA COOPAN	42
4.1.1	O município de origem.....	42
4.1.2	O Assentamento	44
4.1.3	A COOPAN.....	44
4.2	ABORDAGEM ECONÔMICA DA COOPERATIVA	52
4.2.1	Contabilidade da cooperativa.....	52
4.2.2	Produtividade do trabalho e rendimento monetário dos associados da COOPAN	58
4.2.3	Distribuição por setores de produção	65
4.2.4	Cálculos de produtividade	72
4.2.5	Investimentos	73
4.2.6	Dívidas	75
4.2.7	Análise econômica preliminar com base na teoria de Marx.....	76
4.3	A QUESTÃO DA INSERÇÃO DOS JOVENS COOPERADOS - SAÍDA OU PROBLEMA PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA DA COOPAN?	80
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
	REFERÊNCIAS	94

1 INTRODUÇÃO

A reforma agrária tem grande contribuição no que se refere à resolução de problemas como concentração de renda, do emprego e da propriedade da terra. No Brasil, segundo o INCRA, já são mais de 1 milhão de famílias beneficiadas com políticas de redistribuição fundiária (INCRA, 2016). Entretanto há poucas discussões sobre a viabilidade econômica dos assentamentos oriundos de reforma agrária, como também há uma falta de política pública efetiva para fixar as famílias no campo. Frente a isso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) busca formas de organização da produção nos assentamentos com o intuito de obter conjuntamente melhorias referentes à produção, comercialização e preços, para garantir desta forma a permanência das famílias no campo.

Como exemplos de organizações nos assentamentos, alinhados dentro da proposição de organizar a produção coletiva em grupos, estão as Cooperativas de Comercialização e em especial as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's), com gestão e produção coletiva. Estas cooperativas são ligadas a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), que foi fundada em 1992 (CONCRAB, 1997).

A CONCRAB em 2016 atende a 400 associações de produção e serviços, além de 142 cooperativas. Destas cooperativas são 9 centrais de assentamentos, 103 CPA's, 10 cooperativas agroindustriais e de comercialização, 12 de assistência técnica, prestação de serviços e assessoria, 2 de beneficiamento e 6 de comercialização, representando cerca de 20 mil famílias associadas.

Nas cooperativas como meio de manutenção de seu sistema se vê o debate sobre a necessidade de permanência dos jovens filhos de associados, assim como o debate sobre a sucessão de seus dirigentes. A permanência dos jovens se reflete tanto no quadro social da cooperativa como na propriedade familiar, como meio de manter as suas atividades e de inserir novos dirigentes em seus quadros (BOESSIO, 2015). As cooperativas no meio rural apresentam uma maior necessidade de permanência dos jovens, em vista da grande evasão dos mesmos para as cidades e da sua importância para dar continuidade em seus negócios (SPANEVERELLO e LAGO, 2007).

Conforme a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2016) para garantir que pelo menos parte dos jovens continuem ou voltem ao campo, é imprescindível que o Estado, juntamente com outras instituições como escolas, associações e cooperativas, desenvolvam estratégias integrais para melhorar as condições de vida e de

trabalho destes jovens. Neste sentido abaixo apresenta-se o problema referente a esta pesquisa.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Dentro do contexto de organização da produção e vida em áreas de reforma agrária a partir da iniciativa dos movimentos sociais, como o MST, insere-se a COOPAN que está localizada dentro do Assentamento Capela, região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A formação da cooperativa se constituiu a partir das discussões do movimento sobre a construção de formas de cooperação coletiva para a produção e comercialização nos assentamentos.

O cenário atual da cooperativa mostra um avanço no número de associados, principalmente com o ingresso de jovens filhos dos cooperados. Entretanto tal situação apresenta um cenário desafiador visto a necessidade de geração crescente de postos de trabalho com remuneração adequada. Desta forma se apresenta a necessidade de aumentar a produção existente para suprir esta mão de obra que nos dias atuais se encontra parcialmente subaproveitada. Outro elemento a ser equacionado diz respeito à análise das fontes de geração e acumulação de capital pela cooperativa e sua sustentabilidade frente aos cenários que se avizinham mais desafiadores, frente às mudanças políticas, sociais e demográficas recentes.

Neste sentido apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: Como se caracteriza a sustentabilidade socioeconômica da COOPAN?

Esse problema deriva de duas questões de pesquisa a respeito da sustentabilidade da COOPAN: Quais as fontes de sustentação econômica atuais? e que perspectivas se apresentam para as gerações futuras de associados?

1.2 OBJETIVOS

Neste tópico serão abordados o objetivo geral e os objetivos específicos desta monografia. O intuito desta exposição é explicar os passos que serão dados para que se possa responder o problema de pesquisa.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a sustentabilidade socioeconômica e os limites para inserção da juventude assentada na Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN).

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Caracterizar a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita;
- b) Analisar a sustentabilidade econômica da COOPAN no período de 2004 a 2016;
- c) Analisar os desafios da integração socioeconômica dos jovens associados da COOPAN.

1.3 JUSTIFICATIVA

Ao estudar as CPA's um fator a ser levado em conta é o fato destas, que foram fundadas pelo MST, possuírem características distintas das cooperativas agropecuárias filiadas à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), com particularidades específicas na sua formação e ideologia, alinhando-se ao campo da economia solidária. Os estudos sobre a economia solidária no país começam a partir dos anos 1980, (GAIGER, 2004), porém há poucos estudos recentes que contribuam para a compreensão do modelo de formação das cooperativas oriundas da reforma agrária como a COOPAN. Tampouco estudos sobre a sustentabilidade socioeconômica de uma cooperativa coletiva, podendo contribuir teoricamente para a compreensão dos desafios colocados à sustentação dessas cooperativas ao longo do tempo. Neste sentido este trabalho poderá contribuir teoricamente para demais estudos futuros sobre o tema.

As questões envolvendo os desafios da integração socioeconômica nessas cooperativas são pertinentes ao se observar que existem poucos estudos nesta área e que a maioria não trata da temática dos jovens no meio rural, na agricultura familiar, levantando questões sobre permanência, migração, condições de vida, entre outros. Nesse sentido a contribuição deste trabalho se destaca no envolvimento econômico dos jovens associados e nos desafios sociais de sua inserção no trabalho associado em cooperativas coletivas.

Este trabalho por ser um estudo de caso também contribuirá de forma prática para a cooperativa estudada no sentido de apontar as fragilidades financeiras existentes e as suas potencialidades econômicas. Bem como compreender o processo da integração socioeconômica dos jovens e a sua contribuição para a sustentabilidade da cooperativa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir será apresentado o referencial teórico deste trabalho, de modo a orientar a discussão sobre o tema proposto. Em um primeiro momento serão apresentadas as questões de sustentabilidade socioeconômica. Na sequência será abordado o tema da economia solidária através de estudos que norteiam a criação das cooperativas de produção agropecuária dentro dos movimentos sociais. Por fim, será feita uma explanação sobre a juventude, como ela está inserida no meio rural e as questões sobre a sua permanência no campo.

2.1 SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA

Conforme Daniel *et al* (2000) diversos autores definem sustentabilidade como a habilidade de manter a produtividade de um sistema, quando este se encontra em um momento de intensas alterações e esforço. Desta forma para um sistema se manter sustentável, mesmo sofrendo alterações na sua base de recursos, são necessárias mudanças no direcionamento das ações das gerações atuais e de suas atitudes, para que possam suprir razoavelmente as necessidades das gerações futuras.

Fruto desse movimento, de acordo com Romeiro (2001) emerge a noção de desenvolvimento sustentável oriundo do codesenvolvimento no início de 1970, como um conceito normativo, que estava em um contexto de controvérsias entre as relações do meio ambiente e o crescimento econômico. Os parâmetros de sustentabilidade só podem ser definidos socialmente, no qual a determinação de uma escala sustentável, assim como a determinação de uma distribuição justa de renda, envolve valores como a solidariedade inter e intra-gerações, que buscam maximização do ganho ou do bem-estar social. Estes valores necessitam se afirmar em um contexto de controvérsias e incertezas científicas. Neste sentido o autor afirma que a determinação de uma escala que se considere sustentável, pode ser realizada somente através de processos coletivos de tomada de decisão (ROMEIRO, 2001).

De acordo com Santos (2005) a sustentabilidade socioeconômica considera a perspectiva de promover o desenvolvimento através da geração e apropriação de renda, como também a redução dos riscos que os sistemas de uso da terra proporcionam às famílias dos pequenos agricultores. Para Romeiro (2001) a sustentabilidade do sistema econômico no longo prazo não é possível sem se estabilizar os níveis de consumo por pessoa, conforme a capacidade de carga suportável do planeta. Tendo clareza de que o crescimento populacional

afeta o estado e a qualidade do meio ambiente, levando a pressões sobre a capacidade dos sistemas naturais sustentarem seus processos ecológicos vitais (ANDRADE, 2008).

No ramo das organizações muito se discute sobre consciência sustentável, porém para evoluir nesse processo se faz necessário entender o conjunto completo de interdependências globais, visto que a economia mundial possui diferentes realidades. Mendonça e Pires (2005) consideram que, por mais que seja difícil alcançar a sustentabilidade de maneira global, são válidos todos os esforços e iniciativas para melhorar os processos produtivos e de transformação das condições socioeconômicas e ambientais, no sentido de melhorar a relação do homem com a natureza. As soluções requerem mudanças radicais de paradigmas para uma expansão não somente de percepções e maneiras de pensar, mas também de mudanças de valores. Para trilhar esse caminho é necessário levar em conta três dimensões: o desenvolvimento social, a qualidade ambiental e o crescimento econômico, elementos que compõem o conceito de sustentabilidade (MENDONÇA e PIRES, 2005).

De acordo com Santos (2008) os debates ambientais que começam a girar em torno da sustentabilidade surgem a partir da preocupação com as mudanças climáticas no mundo, que se intensificam no final do século XX. Como uma das principais causas dessas mudanças é considerada a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, que tem como fonte o desmatamento e a queima de florestas tropicais.

Os problemas ambientais representam desafios para as Ciências Econômicas no que se refere às análises que envolvem o meio ambiente e o sistema econômico. Com o princípio de que a qualidade de vida, a atividade econômica e a coesão das sociedades humanas são irremediavelmente dependentes e profundas em relação aos bens e serviços disponibilizados pelo meio ambiente. Torna-se fundamental a teoria econômica considerar as interconexões entre sistema econômico e seu entorno, para assim compreender a dinâmica dos processos naturais e os impactos das atividades humanas sobre os sistemas naturais (ANDRADE, 2008).

Neste sentido Andrade (2008) destaca que são as correntes econômicas como a Economia Ambiental Neoclássica e a Economia Ecológica que tentam teorizar sobre o meio ambiente e o sistema econômico. A Economia Ambiental Neoclássica tenta incorporar a problemática ambiental e critérios de sustentabilidade através do olhar econômico. A Economia Ecológica tenta ampliar o escopo de análise dos problemas ambientais, com contribuição de outras disciplinas no objetivo de apresentar uma visão sistêmica entre o meio ambiente e a economia (ANDRADE, 2008).

No que se refere à Economia Ambiental Neoclássica, o meio ambiente é neutro e passivo, tendo seu instrumental direcionado à mensuração das causas dos impactos negativos do sistema econômico. Quanto à Economia Ecológica ela rejeita a visão da Economia Ambiental Neoclássica, no sentido de que esta desconsidera os aspectos biofísicos e ecológicos do sistema econômico, levando assim a uma análise parcial e reducionista da relação meio ambiente e economia. A Economia Ecológica volta-se para algumas premissas neoclássicas, no que diz respeito a critérios da sustentabilidade fraca, a ênfase na eficiência alocativa e no otimismo tecnológico. Com base na sua análise considera-se que a Economia Ecológica oferece mais instrumentos para uma análise mais condizente com a preservação da vida no planeta e os critérios de sustentabilidade (ANDRADE, 2008).

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E A COOPERAÇÃO

Neste tópico serão abordadas questões sobre a economia solidária e a cooperação, que é um modelo prático de economia solidária. Com destaque para a cooperação na reforma agrária que se diferencia do cooperativismo tradicional.

2.2.1 Economia Solidária

Conforme Singer (2002) destaca, para predominar a igualdade entre todos os membros de uma sociedade seria necessária uma economia que fosse solidária ao invés de competitiva. Predominando no lugar da competição a cooperação entre os agentes. Como por exemplo, dentro das empresas, combinar a harmonia do operário, do engenheiro, do contador e demais colaboradores para colocar a serviço de todos.

De acordo com Germer (2007) através da corrente da economia solidária surgem tentativas de teorizar seu conceito como um conjunto de iniciativas emergenciais para amenizar os efeitos causados pelos problemas sociais e também como embriões de uma forma de organização social alternativa ao capitalismo, que ignora a crítica marxista. Paul Singer é um dos autores que se destacam na tentativa de teorizar a economia solidária com base em alguns elementos da teoria marxista. Como um dos intérpretes desse campo heterogêneo ele concebe a economia solidária como uma forma social alternativa ao capitalismo, sob o título marxista de novo modo de produção.

Germer (2007) destaca o equívoco histórico em que Singer se refere expondo sobre duas grandes fases da história da luta mundial do proletariado contra o capitalismo. A primeira se refere ao início do século XIX até 1848. Com a resistência espontânea dos explorados de todos os tempos contra seus opressores. Registrando neste período a destruição de máquinas que consideravam culpadas pelo desemprego e as primeiras tentativas de formação de sindicatos. As cooperativas se apresentam nas lutas dos trabalhadores que ocupavam as fábricas e como base de utopias sociais, como por exemplo, o caso de Robert Owen¹.

A segunda fase de acordo com Germer (2007) inicia em 1848 quando o proletariado intervém no processo social como classe consciente de sua identidade social e política. Esta fase dá origem ao socialismo moderno, com base na ciência da história e na estrutura e movimento da sociedade. O primeiro episódio de conquistas políticas dos trabalhadores neste período foi a Comuna de Paris² em 1871. O cooperativismo, estratégico na Economia Solidária para Singer, não foi capaz de catalisar um processo significativo de mudança social que fosse dirigido pela classe trabalhadora. Neste sentido a difusão da economia solidária, para o autor, pode ser interpretada como um sintoma de recesso momentâneo da consciência de classe do proletariado, com espaço ocupado por ideologias pequeno-burguesas que difundem o sistema dominante, sendo a adoção da economia solidária um abandono das condições de luta em que os trabalhadores deixam as ações políticas para atuar na estreita faixa da arena de luta econômica. Também seriam lançados no terreno da concorrência econômica, visto que apresentam grande inferioridade em relação à classe capitalista. Concluindo assim que a economia solidária não é um projeto socialista e não reflete os interesses da classe proletária (GERMER, 2007).

Contrapondo o autor, os movimentos sociais existentes acreditam ser capazes de combinar a luta política com a luta econômica, visto que não é possível fazer política sem

¹ Robert Owen (1771-1858) foi um inglês, industrial e reformador, representante do socialismo utópico. Em New Lanark, Escócia, fez grandes transformações em sua grande fábrica, com importantes melhorias sociais e trabalhistas para a época. Owen em 1825, no México e nos Estados Unidos fundou colônias cooperativistas que não tiveram êxito. Em 1832 na Grã-Bretanha, criou as primeiras cooperativas de produção e atuou no movimento trabalhista para organizar uma central sindical. Mais tarde ele foi chamado por Marx de socialista utópico, que pretendia resolver os problemas dos trabalhadores sem interferir diretamente nas relações entre as classes (SANDRONI, 1999).

² O termo comuna significa comunidade de caráter igualitário, criada com objetivos econômicos e políticos. A comuna é proprietária dos meios de produção e tem a seu cargo o governo local, assim como a organização da produção, do abastecimento e dos serviços de saúde e educação. Sua autonomia é decorrente de frequentes revoltas de habitantes contra o senhor da cidade e da compra de passe direto por altas quantias. Também designa governos revolucionários que se instalaram na França durante a revolução de 1789 e 1871, como a Comuna de Paris, na qual as massas influenciadas por ideias socialistas, voltaram-se contra o governo conservador por conta da derrota sofrida na França na guerra com a Prússia (SANDRONI, 1999).

proporcionar as condições de sobrevivência básica para seus militantes. Nesse sentido Marx reconheceu o papel das cooperativas como experiências da classe trabalhadora na gestão econômica da sociedade, pois estas possuem a capacidade de combinar estes dois fatores, luta política e econômica (CONCRAB, 1997).

Conforme Singer (2002) a solidariedade entre aqueles que se associam, seja para a produção, comercialização, consumo ou poupança, só pode ser realizada se for organizada de forma igualitária. Ocorrendo associação entre partes iguais e não um contrato entre desiguais. Nesse sentido as cooperativas de produção representam um tipo de empresas solidárias, em que todos os sócios têm a mesma parcela de capital e como princípio básico, o mesmo direito de voto nas decisões. No caso de haver diretores, eles são eleitos pelos sócios e são responsáveis por eles, sem relações de poder entre os envolvidos. Além de não haver competição entre os sócios, pois todos ganham com o sucesso ou perdem com o fracasso da cooperativa (SINGER, 2002).

Nesse sentido Singer (2002) acredita que a economia seria muito menos desigual se ela fosse toda solidária. Sendo que a competição generalizada e a desigualdade não são naturais, que resultam do modo capitalista de produção que organiza as atividades econômicas com base na concorrência empresarial e na exploração dos trabalhadores. A economia solidária se apresenta como outro modo de produção, tendo a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual como princípios básicos. Diferenciando-se do modelo capitalista em que os princípios são o direito à liberdade individual, assim como o direito à propriedade individual aplicado ao capital. A aplicação dos princípios da economia solidária produz uma única classe trabalhadora possuidora de capital por igual, resultando assim a igualdade e a solidariedade, em que necessitam de mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda para a sua reprodução (SINGER, 2002).

Nas empresas solidárias pratica-se a autogestão, um modelo de gestão, em que elas se administram democraticamente. A autoridade maior são as assembleias-gerais, que adotam as diretrizes a serem seguidas. Para a ocorrência da autogestão é necessário que todos os sócios estejam informados sobre o que ocorre na empresa e as alternativas possíveis para os problemas. A diferença de remuneração de uma empresa solidária para uma empresa capitalista se dá no momento que as decisões de retirada são tomadas pelos sócios coletivamente e não por uma minoria de dirigentes que visa o seu maior benefício. Nas empresas solidárias a destinação das sobras (lucro) é tratada em assembleia pelos sócios, em que uma parte é destinada para um fundo de educação, outra para fundos de investimentos

divisíveis ou não e a outra parte é destinada a repartição conforme critério estabelecido para os sócios (SINGER, 2002).

No Brasil a denominação de economia solidária surge nos anos 1990 a partir das experiências existentes no meio popular urbano e rural nos anos 1980, que eram promovidas por organizações engajadas na busca por opções de geração de renda e organização cidadã para os mais empobrecidos. Entretanto, experiências econômicas que se diferenciam das empresas capitalistas com organização através da cooperação são bastante antigas na história da humanidade. As experiências com perspectivas solidárias para geração de renda tem-se ampliado nas últimas décadas, tendo processos, dinâmicas e espaços de atuação próprios, diferentes das práticas cooperativas existentes até os anos 1970 (GAIGER, 2004).

Conforme Pochmann (2014) o processo de estruturação do Brasil referente ao mercado de trabalho, foi primordial para o surgimento de novas formas de produção distintas ao modelo capitalista, além da contribuição do conjunto de militantes sociais críticos a este modelo, engajados na consolidação da economia solidária. Ela surge a partir de um contexto de enorme excedente de mão-de-obra, o chamado exército industrial de reserva. Desta forma apresentam-se grupos distintos que foram construindo mecanismos de incubação de experiências em torno de grupos de pessoas pobres e desempregadas. Buscando o desenvolvimento de atividades e de saber acumulado para uma sinergia coletiva de produção e distribuição de renda.

Conforme Gaiger (2004) os pesquisadores de economia solidária formularam o conceito de Empreendimento Econômico Solidário (EES), que une ações significativas e observáveis como autogestão e cooperação existentes na economia solidária. Assim destacam-se oito princípios centrais que giram em torno dos EES, sendo eles: autogestão, participação, democracia, cooperação, igualitarismo, auto sustentação, responsabilidade social e desenvolvimento humano. Destacando a responsabilidade social como ética solidária, destinada às relações de intercâmbio e comércio justo, voltada a melhorias na comunidade.

Segundo Pochmann (2014) no Brasil já são considerados avanços em relação à economia solidária no que se refere às políticas governamentais de motivação dos princípios éticos e de autogestão, porém sem programas de promoção da mesma. O autor destaca que o futuro da economia solidária necessita de estratégias de inclusão social, para potencializar as oportunidades de seu desenvolvimento. Isto combinado ao fortalecimento de medidas de redistribuição de renda e emancipação social, política e econômica.

As primeiras experiências socialistas no mundo historicamente remeteram-se do interior do capitalismo, realizadas por trabalhadores no campo da produção da vida social. As primeiras cooperativas têm início com Robert Owen e os pioneiros de Rochdale, seguido dos exemplos da Espanha com a Mondragón, os Kibbutzim em Israel e recentemente com o Affaire Lip e o movimento de ocupação de empresas nas décadas de 60 e 70, assim como o surgimento das cooperativas de produção de fábricas falidas, a ANTEAG e as cooperativas agrícolas do MST, entre outras experiências (FARIA, 2005).

Em relação ao cooperativismo tradicional as principais e primeiras experiências se desenvolvem no Rio Grande do Sul por conta da imigração europeia (principalmente alemães e italianos). A primeira experiência de cooperativismo no estado foi a fundação da Caixa Econômica e de Empréstimos em Nova Petrópolis, no ano de 1902, do tipo Raiffeisen, modelo alemão de caixas rurais (GAIGER, 2004).

Ainda no estado do Rio Grande do Sul a partir dos anos 1980 começam a se diversificar e ampliar organizações com características e dinâmicas alternativas às organizações cooperativas anteriores a este período. A economia solidária se apresenta como alternativa econômica ao modelo dominante, com práticas solidárias e de autogestão e com críticas transformadoras, muito próximas aos movimentos sociais (GAIGER, 2004).

2.2.2 O cooperativismo como movimento socioeconômico internacional

As cooperativas se configuram como uma alternativa diante das organizações tradicionais, de maneira que se apresentam viáveis, mas também bastante complexas na sua definição. Neste sentido para Antonialli (2000) o cooperativismo contribui como uma saída para problemas econômicos, políticos e sociais em tempos de crise.

O marco histórico do cooperativismo tem suas origens a partir da Revolução Industrial, na Inglaterra com o objetivo de minimizar as consequências do capitalismo que estava provocando a miséria e opressão dos operários trabalhadores das fábricas, para que de forma coletiva pudessem garantir a sua subsistência. Como forma de associação o cooperativismo é relativamente moderno. Nos anos de 1840 surgem as primeiras cooperativas exitosas, em diferentes categorias, sendo elas: as cooperativas de consumo, as cooperativas de trabalho; as cooperativas de crédito, as cooperativas agrícolas, e as cooperativas de saúde e habitação. As bases teóricas do cooperativismo têm sua origem em 1808 com o francês Charles François Marie Fourier. Os pioneiros de Rochdale, pela primeira vez, formularam um

conjunto de regras básicas a serem seguidas para garantir sua sobrevivência (SILVA FILHO, 2001).

Conforme Bialoskorski Neto (2012), os pioneiros de Rochdale em novembro de 1843 começaram a discutir possíveis saídas para transformar a situação de desesperança que estavam vivendo. Os operários passaram a recolher dinheiro, com uma lista de adesão e formaram um fundo com seus próprios recursos escassos. Através de várias discussões, foi aprovada em debate a formação de uma cooperativa, por influência direta de socialistas utópicos, com referências em Robert Owen e William King. Em outubro de 1844 é registrada a Rochdale Society of Equitable Pionneers, uma cooperativa de consumo fundada pelos pobres tecelões de Rochdale. Sendo este acontecimento considerado o início do movimento cooperativista no mundo, ou o marco fundamental para o cooperativismo moderno. Suas doutrinas presentes nos estatutos dessas cooperativas norteiam as organizações cooperativas nos dias de hoje, com adoção e propagação pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI e pelas cooperativas do país.

Para Antonialli (2000) as cooperativas são uma associação de pessoas que tem como objetivo atender necessidades econômicas, por meio de uma base democrática, que são manifestadas em duas dimensões. Uma dimensão vislumbra as cooperativas como instituições políticas, com interesse pela organização e pela promoção social de seus associados. A outra dimensão percebe as cooperativas como um empreendimento econômico, com produção de bens ou serviços com certo grau de eficiência econômica. O caráter específico das cooperativas é a sua capacidade de articular essas duas dimensões em uma mesma organização, caracterizada por um processo de autogestão, no qual os cooperados exercem papel de dono e usuário da mesma, concomitantemente. Neste sentido, as cooperativas realizam uma função de associação de pessoas e de empresa.

De acordo com Bialoskorski Neto (2012) em seu congresso centenário a Aliança Cooperativa Internacional reitera que os valores do cooperativismo estão baseados na igualdade, equidade, democracia, solidariedade e ajuda mútua. Assim como a importância dos valores éticos da honestidade, da responsabilidade social, da associação voluntária e dos mecanismos democráticos de informação e consulta dos associados. Discutiram também outros fatores como o desenvolvimento autossustentável, a defesa da ecologia e a interação da cooperativa quanto a aspectos econômicos, políticos e sociais do seu entorno. Os princípios cooperativistas conforme a ACI foram definidos como:

Quadro 01 - Princípios cooperativistas e seus conceitos.

Princípios cooperativistas	Conceito
1) Associação livre e voluntária	todos aqueles que apresentem condições e queiram aceitar as responsabilidades de associado, podem se associar as cooperativas, sem discriminação de gênero, condição social, raça, preferência política ou religiosa.
2) Controle democrático	participação ativa e direta dos associados tanto na tomada de decisões como no estabelecimento de diretrizes. Nas cooperativas de primeiro grau se tem igualdade de direito, em que cada membro é um voto, nos demais níveis podem ser estabelecidos critérios de votação a partir de representatividade dos associados.
3) Participação econômica	controle democrático e igual contribuição ao capital, em que parte do capital social faz parte da propriedade comum da cooperativa. A assembleia geral pode delimitar quota-partes na entrada de novos associados, assim como benefícios proporcionais às suas transações com a cooperativa. Também poderão ser criadas outras contribuições, como fundo de reserva, entre outros.
4) Autonomia e independência	a cooperativa é uma associação de ajuda mútua de pessoas que se unem voluntariamente para suprir necessidades econômicas, sociais e culturais, as quais controlam a organização. No caso de decisão de apoio de outras organizações ou captação de recursos, deve ser assegurada a autonomia e o controle democrático pelos associados da cooperativa.
5) Educação, treinamento e informação	dos associados, dos representantes eleitos, da direção, dos empregados, enfim dos envolvidos na cooperativa para que possam contribuir com seu desenvolvimento. Esses benefícios podem estender-se aos jovens e aos líderes da

	comunidade.
6) Cooperação entre cooperativas	interação e/ou trabalho conjunto entre cooperativas, seja no local, regional ou até mesmo internacional, fortalecem o movimento cooperativo e atendem os cooperados mais efetivamente.
7) Preocupação com a comunidade	membros das cooperativas devem promover políticas especiais para contribuir com o desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

Fonte: Bialoskorski Neto (2012), elaborado pela autora (2016).

Para atender ao princípio de gestão democrática e para que a cooperativa atenda as expectativas de seus associados, a participação dos mesmos é fundamental. Esta participação deve estar baseada no pleno conhecimento das atividades e nos possíveis caminhos a serem tomados pela cooperativa. A participação dos associados representa um dos pilares básicos da governança nas cooperativas, juntamente com o conselho de administração, as práticas de transparência e a prestação de contas (FONTES FILHO, MARUCCI e OLIVEIRA, 2008).

As cooperativas são organizações sem fins lucrativos, porém tem objetivos econômicos, sendo reguladas pela legislação brasileira específica para cooperativas. Essas são formadas por associados que são responsáveis pela sua gestão, realizada através de um processo democrático composto por Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal (DAVIS e BIALOSKORSKI NETO, 2010).

O modelo de gestão das cooperativas é regulamentado pela legislação do Governo Federal através da Lei 5.764/71. Como forma de disciplinar os conflitos de interesses, este processo de gestão pode ter especificações de cooperativa para cooperativa, conforme seu estatuto social e demais documentos (ANTONIALLI, 2000). Nesta lei se define a representação do sistema cooperativista nacional, composto pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), conforme Rêgo (1979).

De acordo com a OCB (2015), o Brasil possui mais de 6.800 cooperativas distribuídas em 13 ramos de atividade, sendo eles: Agropecuário, Consumo, Crédito, Educacional, Especial, Habitacional, Infraestrutura, Mineral, Produção, Turismo e Lazer, Saúde, Trabalho e Transporte. Somente no setor agropecuário são 1.597 cooperativas, com mais de 1 milhão de associados e 164 mil empregados, sendo o setor com maior número de cooperativas.

Com relação aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), do qual fazem parte muitas cooperativas, foram mapeados entre 2005 a 2007 em torno de 21.859 empreendimentos em 2.934 municípios do Brasil. Conforme Kuyven e Kappes (2013) através do II Mapeamento da Economia Solidária Região Sul, somente nesta Região (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) são 3.295 empreendimentos, abrangendo 412.658 sócios, destes são compostos de 67% homens e 33% mulheres, estando 42% em áreas rurais, 42% em áreas urbanas e 16% em áreas mistas. Quanto ao tipo de empreendimento, 1.450 estão no grupo informal, 1.194 em associações, 609 em cooperativas e 42 em sociedade mercantil. No Rio Grande do Sul são 1.697 empreendimentos, com 207.822 sócios, compostos por 68% de homens e 31% de mulheres, sendo 38% rural, 46% urbano e 16% misto. No Sul as mulheres predominam em empreendimentos solidários com até 20 sócios, já os homens nos empreendimentos com mais de 50 sócios. Aproximadamente metade dos EES da região são formados por agricultores familiares e dois terços com predominância de cor branca.

2.2.3. Cooperação e cooperativismo na Reforma Agrária

Com relação aos EES dentro de organizações sociais apresenta-se desde a sua formação em 1984, o MST que tem desenvolvido experiências de organização da produção nos assentamentos. Visto que a questão da reforma agrária não se limita em conceder terra a quem dela necessita, se faz necessária à criação de mecanismos de produção com eficiência, assistência técnica acessível e comercialização dos produtos com condições favoráveis (CONCRAB, 1999).

Desde o início do movimento, tinha-se uma grande preocupação com o futuro dos assentados, buscando respostas para problemas imediatos como a obtenção de créditos para custeio e investimentos, compras em conjunto para diminuir os custos e formas de organização econômica e social. Porém com certa resistência ao cooperativismo tradicional caracterizado pelas grandes empresas agroindustriais que desenvolveram uma política de exploração econômica dos agricultores (CONCRAB, 1999). Segundo Scopinho (2007) alguns estudos apresentam que o cooperativismo pode ser utilizado para o favorecimento de grandes produtores agroexportadores, de modo a minimizar o processo de descapitalização dos agricultores e auxiliar na sua sobrevivência. Conforme a CONCRAB (1999), para superar os limites do cooperativismo tradicional, o MST fez estudos sobre o pensamento clássico do

associativismo e estudos sobre a legislação cooperativista, além de conhecer experiências nos diversos países sobre o associativismo.

Os assentamentos da Reforma Agrária são organizados a partir do módulo rural adotado pelo INCRA voltado para a propriedade familiar, determinando lotes individuais que reproduzem a realidade da região. A cooperação nos assentamentos busca um desenvolvimento econômico e social, desenvolvendo valores humanistas e socialistas. Buscando o desenvolvimento da produção e o progresso econômico dos assentados, com acesso ao capital e as tecnologias, com aumento da produtividade do trabalho e com a criação de condições para a agroindustrialização. Com a cooperação nos assentamentos busca-se também um desenvolvimento social e melhoria das condições de vida das famílias, além de servir de exemplo para a sociedade, garantir a organização política e de resistência do movimento. Com o objetivo final de alcançar as transformações sociais e as melhorias das condições de vida dos assentados (CONCRAB, 1999).

Nesse sentido surgem as CPA's como forma de viabilizar a produção nos assentamentos e garantir a permanência das famílias no campo, além de permitir acompanhamento técnico, o desenvolvimento de projetos específicos e a obtenção de linhas de crédito a partir da união de forças. Acredita-se que as CPA's com agroindustrialização e diversificação de seus produtos trazem melhorias nas condições de vida dos assentados. Com as elas os assentamentos podem se tornar referências de viabilidade econômica e exemplos de política de reestruturação fundiária. Essas cooperativas possuem personalidade jurídica e são regidas pela legislação brasileira de cooperativas, permitindo assim a obtenção de sobras (CONCRAB, 1997).

Nas CPA's seu capital social é formado pelos sócios e sendo definido as quotas-partes em assembléia geral, sendo aprovado também a destinação das correções monetárias ao capital. Em caso de sobras a assembléia pode autorizar o pagamento de até 12% ao ano de juros sobre o capital integralizado. Este capital, no caso das cooperativas coletivas, é o lote, antes individual, de cada assentado. Os fundos são constituídos a partir das sobras da cooperativa, sendo obrigatório por lei o Fundo de Reserva (no mínimo 10%) e o FATES - Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (no mínimo 5%), com caráter indivisível. No final do exercício as sobras (se houver) são destinadas para o adiantamento ou antecipação, conforme o estatuto da cooperativa, para o rateio levando em consideração as horas trabalhadas (CONCRAB, 1997).

De acordo com Christoffoli (2000) existe uma maior divisão do trabalho interno nas CPA's, e uma preocupação com a formação dos cooperados que sejam capacitados para assumir funções de planejamento, produção, vendas, etc. Nas CPA's o título de concessão de uso da terra ou de propriedade permanece em nome do indivíduo, porém a produção é coletiva. As famílias controlam apenas a parte destinada para a produção de subsistência, geralmente no local onde se encontram as suas moradias que estão organizadas em agrovilas. Os meios de produção e o planejamento nessas cooperativas são comandados pelo coletivo que faz parte delas. Os grupos de trabalho são organizados por setores de produção e setor administrativo, deste modo é organizada a distribuição e especialização da mão de obra.

A gerência das CPA's é composta por um conselho administrativo, deliberativo ou uma coordenação eleita entre seus membros. Cada cooperativa define a sua instância representativa e que esta seja composta por pelo menos um membro de cada setor de produção ou serviço. A partir desta instância é eleito um conselho diretor ou uma diretoria executiva. O órgão máximo de poder interno das CPA's é a assembleia geral dos cooperados, estando na mesma instância o conselho fiscal. Compete à assembleia geral a aprovação do planejamento estratégico, a prestação de contas, o rateio das sobras, a indicação dos coordenadores escolhidos pelos setores, além de outros assuntos (SCOPINHO, 2007).

Conforme a CONCRAB (1997) como órgão representante do agrupamento das cooperativas de produção dos assentamentos surge em 1992 a CONCRAB e as cooperativas centrais. De acordo com seus dados ela agrega atualmente associações de produção e serviços, e cooperativas. Das cooperativas que fazem parte da CONCRAB, atualmente 9 (nove) são centrais de assentamentos, 103 cooperativas de produção agropecuária (CPA's) e manejo, 10 (dez) cooperativas agroindustriais e de comercialização, 12 (doze) de assistência técnica, prestação de serviços e assessoria, 2 (duas) de beneficiamento e 6 (seis) de comercialização, representando cerca de 20 mil famílias associadas. Essas cooperativas também apresentam a necessidade de sucessão, assim como as demais cooperativas. Nesse sentido o tópico abaixo aborda questões referentes à inserção dos jovens nos processos de cooperação no meio rural.

2.3 O DESAFIO DA INSERÇÃO DA JUVENTUDE RURAL NOS PROCESSOS DE COOPERAÇÃO

As percepções frente às mudanças do meio rural nos últimos anos são nítidas, principalmente se considerar o crescimento acelerado da monocultura em todo o território

brasileiro, transformando o país em um grande exportador de grãos e produtor de cana-de-açúcar. As questões envolvidas nesse crescimento tem levado a falsa percepção de desenvolvimento e modernização do rural. Sendo que grande parte da população rural não tem participação nesse desenvolvimento, além de enfrentar as consequências negativas que envolvem esse processo (MENDES, 2014).

Segundo Wedig (2007) estudos dos últimos anos apontam para o êxodo rural praticado principalmente por jovens, devido a sua busca na cidade por “melhores condições” de trabalho, levando assim ao envelhecimento e a masculinização do rural. Alguns motivos para o êxodo dos jovens rurais, observados na pesquisa em assentamentos rurais pela autora, são: a busca por maior autonomia dos jovens através de ganhos próprios, como meio de libertação da estrutura patriarcal; a procura por espaços de lazer; as hierarquias de gênero; assim como a desvalorização da agricultura; as pequenas áreas de terra; entre outros motivos.

Conforme pesquisa de Stoffel (2013) os dados indicaram que os homens são a maioria entre os grupos estudados (crianças, jovens, mulheres e homens). Observou-se também crescimento no número de pessoas entre as faixas etárias mais altas residindo no campo. Sendo compostos pela grande maioria de aposentados rurais, que além de trabalharem no meio rural, recebem as transferências de renda do Governo Federal. Nesse sentido observa-se o envelhecimento do meio rural, podendo indicar uma ameaça à continuidade dos agricultores familiares no futuro, caso a presença dos mais jovens no campo continue decaindo.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO (2016) em torno de 30,9 milhões de jovens com idade de 15 a 29 anos vivem atualmente em áreas rurais da América Latina, representando cerca de 25% do total da população rural e 19% do total de jovens. Em relação aos programas para a juventude rural e suas demandas o destaque está no trabalho por conta própria em especial na agricultura ligado a demanda por terras e nos empreendimentos micro empresarial não agrícola, ligados à transformação e comercialização agrícola ou ao turismo. Conforme a FAO (2016) em relação à população e o emprego nas últimas três décadas quase 20 milhões de habitantes rurais migraram para as áreas urbanas na América Latina, ou seja, em torno de um sexto da população rural com alta predominância de jovens, não constando mais nas estatísticas rurais.

Entre os anos 2000 e 2010, na Região Sul do país, a população rural com idade de 15 a 24 anos diminuiu em 21,23% enquanto que no urbano houve um crescimento de 5,4% no mesmo período. No Brasil a variação foi de 13,19% de declínio no meio rural para esta mesma faixa etária, enquanto que neste período no urbano o crescimento foi de 3,56%. O

número de jovens por estabelecimento em 2000 não chegava a uma unidade por estabelecimento, passando a ser menor em 2010. No Paraná o número de jovens passou de 0,52 para 0,41 por estabelecimento, enquanto que no Rio Grande do Sul esse número reduziu de 0,46 para 0,36 e em Santa Catarina de 0,53 para 0,44 (STOFFEL, 2013).

As mudanças na inserção do trabalho dos jovens rurais têm sido muito importante e relativamente positivas em relação ao “emprego decente”, embora ainda em níveis muito baixos. Esta tendência positiva tem sua explicação na queda do emprego infantil e na acentuada queda (em torno de 20% na última década) de jovens rurais ocupados no setor agrícola. Das fases do emprego decente se destacam a renda, as horas de trabalho, o emprego formal, a seguridade social e o diálogo social (FAO, 2016)

Conforme a FAO (2016) pode se afirmar, no entanto, que menos da metade dos jovens do campo tem um trabalho “decente” do ponto de vista da renda. A carga horária completa ou sobrecarga de trabalho em relação às horas semanais é algo normal. Afirma-se de acordo com os dados que ainda se está longe de existir emprego “decente” para a grande maioria da população rural. Em geral os jovens rurais estão em piores condições de trabalho que os mais velhos.

Outro aspecto abordado pelo documento da FAO (2016) são as características das zonas rurais e seus efeitos sobre as características de emprego. No sentido de que as zonas rurais se caracterizam pela baixa densidade e dispersão de pessoas. Muitas pessoas têm no rural somente como residência, enquanto que seu relacionamento sociocultural e de trabalho são essencialmente urbanos. A maioria dos trabalhos agrícolas são cíclicos e por tanto suas ocupações também, levando a frequência de subemprego e de empregos temporários.

Stoffel (2013) concluiu que há menos de uma criança por estabelecimento familiar no campo nos anos analisados (2000 e 2010), assim como no caso dos jovens na região sul. Aponta-se também para as fragilidades na educação no meio rural, visto que o fechamento de escolas e a utilização de conteúdos que não refletem a realidade rural, fazem com que as crianças optem por estudar tendam a ser atraídas pelo urbano e aquelas que optem por concluir os estudos passem a residir na cidade.

Conforme Wedig (2007) no meio rural o trabalho sempre foi muito desvalorizado, considerado muitas vezes como atrasado se comparado ao trabalho urbano, que é considerado moderno. Assim como os camponeses terem áreas de terra pequenas que muitas vezes não comportam a permanência de todos os filhos através do sustento da terra.

Como parte da estrutura agrária está a forte presença patriarcal, com um chefe de família que toma as decisões por todos, nesse sentido os filhos que permanecem na propriedade ficam sob a autoridade paterna, idealizando desta forma a cidade como o espaço que encontrariam para uma maior liberdade e uma autonomia financeira. Outro fator por essa preferência se refere aos espaços de lazer abundantes no meio urbano e que se encontram escassos no meio rural (WEDIG, 2007). As alternativas do meio urbano geralmente se tornam parâmetros para o meio rural, logo as influências sobre os jovens e as crianças que ali residem são grandes (STOFFEL, 2013).

Os jovens que trabalham por conta própria na agricultura representam 14,7% do total de jovens rurais ocupados, mas menos da metade seria chefe da produção. Em geral os jovens têm pouca possibilidade de acesso a terra, sendo a herança, que se torna cada vez mais tardia, a via principal de acesso a essa terra. Desta forma, mais da metade dos jovens rurais empregados são assalariados e muitos dos trabalhadores temporários são migrantes (FAO, 2016).

Quanto à hierarquia de gênero destaca-se para o fato de que recentemente as mulheres no meio rural foram reconhecidas como agricultoras, conquistando algumas políticas públicas específicas, porém ainda são consideradas como uma ajuda ou invisíveis, visto que geralmente ficam com as atividades domésticas. A saída das mulheres do rural acarreta no que muitos chamam de ‘masculinização’ do campo, além dessas mulheres se empregarem no urbano principalmente em trabalhos terciários (WEDIG, 2007).

Conforme dados da pesquisa de Stoffel (2013) constatou-se que na Região Sul do país o meio rural é mais masculino. Os jovens do sexo masculino predominam sobre as moças nos três estados do Sul, porém não afirma-se a masculinização no campo, pois nesse período a porcentagem entre homens e mulheres declinou, mesmo que levemente, na faixa etária entre 15 e 24 anos. Estudos apontam para o fato de que as mulheres jovens têm mais motivos para migrar para a cidade do que os homens jovens. No período de 2000 a 2010 na Região Sul constatou-se que foram os rapazes que mais migraram. Enquanto que o número das mulheres jovens declinou, o número das mulheres mais velhas aumentou.

Em relação aos assentamentos rurais, Mendes (2014) observa que às questões de migração dos jovens rurais para a cidade estão ligadas às questões de trabalho, educação e lazer, tendo ligação direta com o meio urbano. Conforme a autora é nítida a falta de políticas públicas em assentamentos de reforma agrária, piorando o cenário quando se trata de juventude rural.

O cenário em que os jovens do meio rural se encontram envolvem debates, como a distribuição de terra, a produção agrícola, a permanência no campo, a participação nas ações políticas e nas políticas públicas, assim como controvérsias em relação ao meio político, econômico, social e cultural. Conforme a autora os assentamentos rurais além de serem espaços sociais, são também espaços econômicos e culturais, promovendo essa dinamização por meio dos assentados e dos agentes envolvidos, sejam eles o Estado ou os movimentos sociais (MENDES, 2014).

Nas cooperativas em geral como manutenção de seu sistema se vê o debate sobre a necessidade de permanência dos jovens filhos de associados, assim como o debate sobre a sucessão de seus dirigentes. A permanência dos jovens se reflete tanto no quadro social da cooperativa como na propriedade familiar, como meio de manter as suas atividades e de inserir novos dirigentes (BOESSIO, 2015).

Conforme Boessio (2015) a vontade de seguir na propriedade se daria conforme a rentabilidade das atividades, necessitando também de um espaço de conforto e qualidade de vida, com um trabalho digno, que não seja penoso como na época de seus avós. O que proporciona a permanência ou a saída dos jovens do campo tem relação com seu local de origem, conforme as transformações ocorridas no espaço rural. Um problema evidente está na sucessão familiar, que depende da permanência de pelo menos um sucessor na propriedade. Nas cooperativas, especialmente as agropecuárias, os jovens são considerados meios de aporte para o seu quadro social, nesse sentido se torna fundamental a preocupação com a comunidade envolvida, para desta maneira seus filhos proporcionarem a manutenção dos negócios (BOESSIO, 2015).

As questões de sucessão gerencial nas propriedades rurais têm sido atualmente recorrentes nas pesquisas brasileiras. Ocorrendo devido ao forte êxodo rural com saída dos jovens em especial das mulheres, consequentemente levando a ‘masculinização’ e envelhecimento da população rural. As pesquisas comprovam que as perspectivas de sucessão na gestão da propriedade se ampliam através dos estímulos via políticas públicas e de instituições de fomento técnico e extensão rural (SPANEVERELLO e LAGO, 2007).

As relações familiares na propriedade e a participação familiar nas cooperativas se constituem em problemas amplos que envolvem a gestão das atividades econômicas do campo. Neste sentido as cooperativas do meio rural, podem desempenhar um papel fundamental na promoção de espaços para os jovens filhos dos associados, no intuito de se sentir parte da cooperativa e da propriedade familiar, para desta forma auxiliar nas melhorias

da produção e gestão de seus negócios, levando conseqüentemente a uma melhoria na sua renda e qualidade de vida (BOESSIO, 2015).

É necessário que as cooperativas que estão no espaço rural promovam mecanismos que fomentem nos filhos dos associados a vontade de continuar nos negócios da família. Porém argumenta-se que não necessariamente isso seria uma responsabilidade da cooperativa (BOESSIO, 2015).

De acordo com Mendes (2014) é fundamental nos assentamentos, além das políticas públicas, a organização em associações e cooperativas, sendo estas também possibilidades de viabilização dos programas de assentamentos. Neste sentido a autora destaca que as cooperativas e as associações são instrumentos de participação e atuação política interna e externa dos assentamentos, com estratégias de manutenção dos mesmos.

Conforme Stoffel (2013) a manutenção da família e do processo sucessório na agricultura familiar se apresentam como fatores necessários para a continuidade da categoria. Nesse sentido a permanência dos jovens no campo é necessária para ocorrer a sucessão de seus pais quando estes não estiverem mais na gestão do estabelecimento.

Para isso, destaca-se a necessidade de permanência dos jovens nos assentamentos e cooperativas como garantia de manutenção e continuidade do seu trabalho. Sua permanência também garante a viabilidade econômica e sustentável desses espaços, amplamente criticados pela sociedade em relação a sua produtividade.

3 METODOLOGIA

Neste tópico serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento e realização desta monografia que se caracteriza como um estudo de caso. De modo a construir o delineamento da pesquisa, o procedimento de coleta de dados conforme o ambiente de estudo e o procedimento de análise dos dados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Para Gil (2008) confrontar a visão teórica do problema com os dados da realidade, é necessário definir o delineamento da pesquisa. Este delineamento se refere ao planejamento mais amplo da pesquisa, envolvendo uma diagramação referente a previsão de análise e a interpretação dos dados. Considerando o ambiente em que será realizada a coleta de dados e o controle das variáveis envolvidas. Cada pesquisa tem um objetivo específico, neste sentido classificam-se as pesquisas em três grupos: estudos exploratórios, descritivos e que verificam hipóteses causais. Marconi e Lakatos (2003), ainda classificam os estudos exploratórios em: estudos exploratório-descritivos combinados; estudos utilizando procedimentos específicos para a coleta de dados; e estudos de manipulação experimental.

Conforme Gil (2008) as pesquisas exploratórias têm finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar as ideias e conceitos, com o intuito de desenvolver hipóteses que possam ser pesquisáveis e problemas que sejam mais precisos. Elas apresentam maior rigidez em seu planejamento, pois envolvem levantamento documental e bibliográfico, estudos de caso e entrevistas que não sejam padronizadas. Elas têm como objetivo proporcionar uma visão mais geral, de forma que se aproxime de determinado fato.

As pesquisas descritivas de acordo com Gil (2008) têm como objetivo principal descrever as características de determinada população, fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis. Este tipo de pesquisa tem como característica a utilização de técnicas que sejam padronizadas para a coleta de dados. Além de tentar identificar a relação entre variáveis, esse tipo de pesquisa visa encontrar a natureza dessa relação. Algumas pesquisas descritivas podem proporcionar uma nova visão do problema, desta forma elas se aproximam das pesquisas exploratórias. As pesquisas descritivas com as exploratórias são realizadas geralmente por pesquisadores sociais que se preocupam com a atuação prática, além de

instituições educacionais, partidos políticos, empresas comerciais, entre outras organizações que solicitem este tipo de pesquisa (GIL, 2008).

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), os estudos exploratório-descritivos são aqueles estudos exploratórios que possuem o objetivo de descrever por completo o fenômeno determinado. Os autores utilizam como exemplo um estudo de caso em que são realizadas análises teóricas e empíricas. As descrições encontradas podem ser quantitativas e/ou qualitativas como podem ser uma acumulação de informações detalhadas ou por meio de observação participativa. Os procedimentos de amostragem são flexíveis como consequências do caráter representativo sistemático, o qual da procedência ao estudo.

Deste modo esta monografia consiste em uma pesquisa do tipo exploratório-descritiva, que se utilizou de pesquisa bibliográfica e documental, através de dados secundários e entrevistas, se apresentando também como um estudo de caso com abordagem predominantemente qualitativa. Desta forma se analisa a sustentabilidade socioeconômica e os desafios da inserção da juventude na Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita (COOPAN).

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Conforme Gil (2008) o procedimento da coleta de dados é o elemento mais importante do delineamento. Ele define esse delineamento em dois grandes grupos, o grupo que se vale de fontes de “papel” e aqueles através de pessoas. O primeiro se refere à pesquisa bibliográfica e documental, as quais são utilizadas para compor parte desta pesquisa. O segundo grupo se refere às pesquisas experimentais, ex-post-facto, levantamento, estudo de campo e estudo de caso. Referente a este grupo foram coletados dados através de um estudo de caso, utilizando instrumentos como questionário e observação.

A pesquisa bibliográfica é construída principalmente através de livros e artigos científicos, sendo estes materiais elaborados anteriormente. Existem pesquisas elaboradas exclusivamente com fontes bibliográficas, porém em quase todos os estudos são exigidos trabalhos desta natureza. Como mencionado anteriormente quase todas as pesquisas se utilizam de fontes bibliográficas, logo este estudo faz uso da pesquisa bibliográfica para compor seu referencial teórico (GIL, 2008).

Segundo Gil (2008) a pesquisa documental é parecida com a pesquisa bibliográfica, porém a diferença se encontra na natureza da fonte de dados. Este tipo de pesquisa utiliza

materiais que não receberam tratamentos analíticos ou que podem ser reelaborados conforme o objetivo da pesquisa. Este estudo se utilizou da pesquisa documental, através de documentos de segunda mão da cooperativa, tais como prestação de contas, atas, relatórios, balanços contábeis, planejamento anual e documentos científicos elaborados por terceiros sobre a cooperativa, além de outros que contribuíram no decorrer da pesquisa. Os documentos analisados se referem ao período de 2004 a 2016, por se tratar do período que a cooperativa passou a computar os dados de maneira eletrônica. Os dados anteriores a este período estavam em documentos físicos e foram perdidos em um sinistro ocorrido no escritório da cooperativa. Os dados de 2016 foram disponibilizados devido ao planejamento e avaliação do plano serem realizados na metade do ano (maio-junho), em função da safra de arroz.

Referente ao segundo grupo, como mencionado, foi feito um estudo de caso. Os estudos de caso de acordo com Gil (2008) são caracterizados como profundos e exaustivos de um ou poucos objetos, de modo a permitir um conhecimento amplo e detalhado. Sendo caracterizado como um estudo empírico de investigação de um fenômeno atual dentro da sua realidade, sendo utilizadas diversas fontes de evidência. Os estudos de caso permitem explorar situações da vida real, descrever a situação do contexto da investigação que está sendo feita e explicar as variáveis de determinado fenômeno em situações complexas, que não utilizam de experimentos e levantamentos. O ambiente deste estudo de caso está localizado no município de Nova Santa Rita, no Rio Grande do Sul. O qual se utilizou de dados referentes à COOPAN, para realizar a análise da sustentabilidade socioeconômica e verificar os desafios da inserção da juventude na cooperativa.

O período da coleta de dados foi de julho a outubro de 2016, através da pesquisa documental e o estudo de caso, se utilizando de documentos da cooperativa, observação do ambiente e de conversas com associados.

Este estudo se valeu de questionário em anexo que conteve perguntas abertas semi estruturadas. Como critério para realização do questionário com os jovens associados, visto que estes são filhos dos associados que fundaram a cooperativa. A intenção do questionário foi apontar potencialidades e fragilidades sobre a sustentabilidade socioeconômica ao longo do tempo de existência da cooperativa e da continuidade da mesma através da permanência e vontade de dar continuidade ao trabalho realizado na cooperativa por parte dos jovens associados.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

Este estudo é predominantemente qualitativo, pois de acordo com Gil (2008) a pesquisa qualitativa não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas onde o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo da pesquisa qualitativa.

Neste tipo de estudo o procedimento analítico não tem nenhuma fórmula ou receita que pode ser previamente definida para orientar os pesquisadores, dependendo assim somente do pesquisador. Para Miles e Huberman (1994) *apud* Gil (2008), essas pesquisas podem seguir três etapas para a análise dos dados. A primeira é a redução dos dados, que consiste em selecionar, focalizar, simplificar, abstrair e transformar os dados coletados originalmente, organizando de acordo com o objetivo original da pesquisa. A segunda etapa é a apresentação que consiste em organizar os dados selecionados de maneira que possibilite a análise sistemática das semelhanças e diferenças e das suas relações. A terceira etapa consiste na conclusão e verificação, que requer uma revisão dos dados referente seu significado, suas regularidades, seus padrões e suas explicações.

Conforme os dez princípios da análise qualitativa apontados por Tesch (1990) *apud* Gil (2008) esta análise foi cíclica de acordo com o andamento da pesquisa, sendo apresentada de forma sistemática e reflexiva, com dados subdivididos em unidades relevantes e categorizados conforme foram organizados, com categorias flexíveis. Foram comparados os dados, que puderam ser manipulados de várias formas conforme a interpretação, sendo seus resultados da análise uma síntese coerente dos dados coletados.

A análise econômica foi feita a partir do levantamento de dados secundários e construção de indicadores econômicos da cooperativa no período 2004 a 2016. Foi efetuada análise das estratégias econômicas adotadas pela cooperativa e dos resultados econômicos globais, avaliando também a evolução da organização e da produtividade do processo de trabalho. Inicialmente se buscou resgatar as estratégias econômicas adotadas pela cooperativa ao longo do tempo, identificando os eixos de acumulação de capital com o intuito de caracterizar os passos dados pelo coletivo em seu modelo de desenvolvimento. Seu desenvolvimento apresenta-se inicialmente como uma reprodução das atividades agrícolas utilizadas na região de origem das famílias associadas, passando a desenvolver posteriormente atividades adaptadas a realidade do solo e do clima da região, até o período analisado que

apresentou evolução nas suas estruturas produtivas e adaptação à realidade econômica da região.

Para a análise econômica da cooperativa foram aplicados elementos derivados da teoria econômica marxista, com base no trabalho de Christoffoli (2000) os quais foram adaptados para o presente estudo. Buscando a partir dos elementos da teoria identificar padrões de evolução e o nível de desenvolvimento alcançado pela cooperativa. A partir desta análise foi possível identificar os limites e possibilidades para a sobrevivência da COOPAN frente à competição econômica e às suas contradições internas.

Foi efetuado levantamento do fluxo geral de caixa, para análise acerca da saúde econômica e financeira da cooperativa. Sendo que resultados negativos representariam crescimento no endividamento e possivelmente problemas na capacidade produtiva, ao passo que resultados positivos no fluxo de caixa não necessariamente representam saúde financeira estabilizada (CHRISTOFFOLI, 2000). Serão também identificados os dados da produção física e da produtividade do trabalho cooperado na COOPAN.

Pretendeu-se analisar a evolução das dívidas contraídas, composição das mesmas, investimentos realizados, evolução do faturamento por família e por sócio, receita por atividades principais, evolução da distribuição das sobras monetárias e subsídios recebidos, evolução da produção e produtividade física do trabalho e dos fatores de produção. Essa análise da evolução econômica será realizada com base na teoria econômica marxista em que serão adaptados alguns elementos para possibilitar a operacionalização da coleta de dados. A qual será dividida em quatro blocos, apresentando o montante da riqueza gerada pelo trabalho dos cooperados e assalariados, o quanto desse valor foi empregado na remuneração da força de trabalho, o montante utilizado para reposição do capital constante, e o valor adicionado gerado no processo de trabalho (a mais-valia ou produção excedente).

Para a quantificação do montante de gastos de capital e de receita que teria sido necessário gerar para cobrir eventuais déficits registrados, será feito um desdobramento na análise. Para calcular a receita que teria sido necessário gerar (em caso de ter ocorrido déficit) a fim de que fosse coberto o capital gasto e de geração de mais-valia/valor excedente suficiente para remunerar todos os fatores (incluindo as sobras) se utilizará a fórmula:

Receita necessária: $C' = c + v + m$

Sendo: C' = receita necessária (que teria sido necessário gerar pelo coletivo)

c = capital constante (despesas correntes + depreciação)

v = capital variável (despesas com salários assalariados + adiantamento de sobras)

m = mais-valia/valor excedente (corresponde à remuneração de todos os itens constantes no bloco “trabalho excedente” + sobras)

Com estes elementos buscou-se explicar as relações econômicas e financeiras que compõem as atividades da cooperativa em questão. Realizando assim um estudo de caso profundo sobre questões econômicas e sociais envolvidas ao longo destes anos de atuação da COOPAN como organização econômica, política e social. Bem como visa analisar se a recente inserção dos jovens filhos de associados à COOPAN é sustentável do ponto de vista da produtividade do trabalho cooperado, e no aspecto econômico. Sendo possível assim, compreender melhor as questões que envolvem a sustentabilidade socioeconômica da cooperativa estudada neste trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir serão apresentados os principais resultados coletados junto a cooperativa e as discussões cabíveis referente a este trabalho.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA COOPAN

Para caracterizar a cooperativa optou-se por começar com uma breve caracterização do município em que a mesma se encontra, para em seguida abordar questões sobre o assentamento do qual fundou-se a COOPAN. Segue abaixo as principais características que descrevem o contexto em que a cooperativa está inserida.

4.1.1 O município de origem

O município de Nova Santa Rita, no Rio Grande do Sul, foi emancipado em 20 de março de 1992, se desmembrando de Canoas. Pertence a Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre e à Microrregião de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Faz limite com os municípios de Canoas, Porto Alegre, Esteio, Portão, Capela de Santana, Montenegro, Triunfo e Sapucaia do Sul. É banhada pelos rios Caí, Sinos e Jacuí, sendo que o município conta com as águas do Rio dos Sinos. Sua principal via de acesso é a BR-386. Conforme pode ser observado na figura 01.

Figura 01 – Mapa de localização do município de Nova Santa Rita. 2017.



Fonte: Google Imagens, 2017.

Conforme dados do IBGE (2016) Nova Santa Rita possuía em 2010 uma população de 22.716 habitantes, sendo estimado para 2016, 26.086 habitantes. Possui área de 217,870 Km² e densidade demográfica de 104,26 habitantes por Km². Em 2010 cerca de 19 mil pessoas viviam no meio urbano e 3 mil no meio rural. Com em torno de 16 mil eleitores. Seu bioma é caracterizado como Pampa.

Na área do ensino o município possui 15 escolas de ensino fundamental, 2 escolas de ensino médio e 21 escolas de ensino pré-escolar. Com relação a saúde ele possui somente 4 estabelecimentos municipais e 1 estabelecimento privado (IBGE, 2016), desta forma a população necessita se deslocar constantemente para municípios vizinhos caso necessitem de um atendimento mais especializado. O PIB do município é apresentado na tabela a seguir.

Tabela 01 - Produto Interno Bruto (Valor Adicionado Em R\$ 1.000,00). 2010.

Variável	Nova Santa Rita	Rio Grande do Sul	Brasil
Agropecuária	16.195	8.764.507	105.163.000
Indústria	273.444	37.475.448	539.315.998
Serviços	361.076	77.628.594	1.197.774.001

Fonte: IBGE, 2016, dados de 2010.

Em relação ao PIB per capita o município possui valores acima da média do estado e do país, sendo que em 2013 o valor era de 36.802,90 a preços correntes, enquanto que do Rio Grande do Sul era de 29.657,2 e do Brasil era de 26.445,71 conforme os dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O município apresenta um índice de GINI de 0,41. Com IDH de 0,718 pouco abaixo da média do estado que é de 0,746 e também do país que é de 0,727 (IBGE, 2016).

Na pecuária o município possui 7.918 cabeças de bovinos, 9.400 cabeças de galináceos, 9.200 cabeças de ovinos, 3.200 cabeças de suínos, com 195 cabeças de vacas ordenhadas, tendo uma produção leiteira de 290 mil litros e uma produção de mel de 1.000 kg, anualmente (IBGE 2016). Com relação à agricultura, o município possui, em relação à lavoura permanente, 30 ha de laranja, com rendimento médio de 10.400 kg-ha. Em relação à lavoura temporária, possui 3.900 hectares de área plantada de arroz, com uma produção de 27.300 toneladas de arroz em casca e rendimento médio de 7.000 kg-ha. Além de 18 hectares

de feijão com rendimento de 2.000 kg-ha, 200 hectares plantados de mandioca com rendimento médio de 12.000 kg-ha, 10 hectares de melancia com rendimento médio de 25.000 kg-ha, 80 hectares de melão com rendimento médio de 16.250 kg-ha, 15 hectares de tomate com rendimento médio de 18.000 kg-ha, e 40 hectares de milho com rendimento médio de 1.800 kg-ha (IBGE, 2015). Caracterizando-se assim como forte produtor de arroz.

4.1.2 O Assentamento

No ano de 1994 foi constituído o Assentamento Capela, no momento em que a Fazenda Proalcool de 2.160 hectares foi desapropriada para fins de reforma agrária. Esta fazenda pertencia a um médico que contraiu dívidas com o estado, estando assim nas mãos do governo, sendo considerada uma área improdutiva. Nesta área foram assentadas 100 famílias de origens distintas e de diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul (com predominância do norte e nordeste gaúcho). A religião predominante é católica, porém com presença de evangélicos. O assentamento é dividido em 4 (quatro) núcleos de organização, sendo eles Santa Clara, Santa Maria, Barragem e COOPAN. Possui algumas associações entre assentados e a COOPAN que foi fundada desde o início do assentamento.

Além da comunidade São Francisco que concentra as atividades religiosas e festivas do assentamento, a cooperativa também se tornou um espaço de lazer para os assentados, com uma quadra de futsal, sinuca, bodega e um campo de futebol. No assentamento tem-se a produção de arroz orgânico e convencional, gado de corte e de leite, suínos, reflorestamento e produção para a subsistência, como: aves, peixes, abelhas, feijão e horta. Está localizada dentro do assentamento a Escola Municipal de Ensino Fundamental Rui Barbosa que oferece o ensino dos anos primários, levando ao deslocamento dos estudantes para outra escola do município que ofereça os anos seguintes do ensino fundamental e médio. A prefeitura disponibiliza o transporte gratuito para os estudantes. Para a população em geral atualmente existem 8 (oito) horários de ônibus disponibilizados pela empresa ViaNova para o deslocamento até o centro de Nova Santa Rita e-ou Canoas.

4.1.3 A Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita

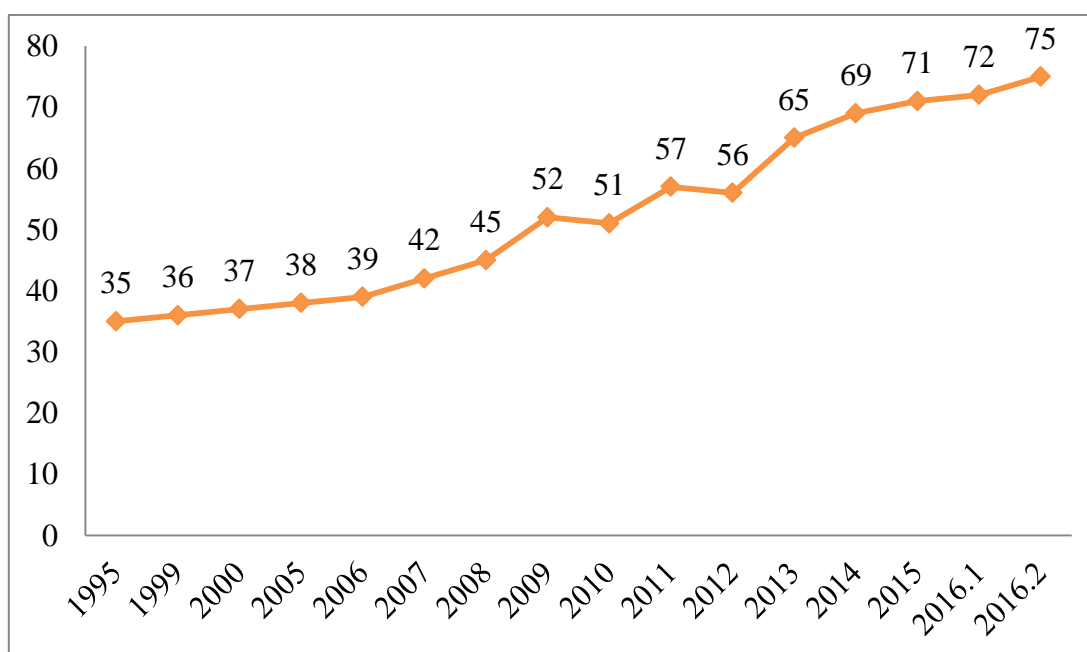
Devido ao momento histórico que se encontravam as famílias camponesas na década de 1980, ao final de uma ditadura e dificuldades de sobrevivência no campo, fundou-se o MST. Juntamente com um trabalho desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT),

muitos na época eram jovens vão para o acampamento para a conquista da terra, em busca de melhores condições de vida. No acampamento estes jovens começam a conhecer as propostas do movimento e começam a se engajar cada vez mais na luta.

Dentre muitas discussões uma das propostas do movimento para garantir a sustentabilidade dos assentamentos assim que conquistada a terra era a cooperação. Com este direcionamento para o cooperativismo desenvolvido através da concepção socialista, muitas famílias começaram por meio de seus núcleos de discussão e proximidade, um debate sobre a formação de cooperativas na chegada ao assentamento. As famílias que formaram a COOPAN eram na sua grande maioria oriundas da mesma região do estado, de comunidades próximas e familiares. Muitos ainda jovens e solteiros formaram suas famílias no acampamento e até mesmo depois da terra conquistada.

A partir deste processo de formação iniciado no acampamento essas famílias em seu núcleo começaram a discutir a fundação de uma cooperativa coletiva, logo na chegada ao assentamento. Recusaram algumas áreas para seu assentamento, pois não seria possível a constituição da cooperativa devido a separação destas famílias. Foi quando que em 1993, em Nova Santa Rita, começa o processo de assentamento, denominado de Assentamento Capela. Nele essas famílias visualizaram a possibilidade de construir uma cooperativa de produção coletiva. Em 1994 as famílias são oficialmente assentadas e no ano seguinte (1995) funda-se legalmente a Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita, a COOPAN.

Gráfico 01 - COOPAN. Evolução anual do número de sócios. Em unidades.



Fonte: COOPAN. Livro de matrículas de associados. Período de 1995 a 2016. Elaborado pela autora, 2016.

Conforme se observa no gráfico a cooperativa inicialmente (em 1995) começou com 35 associados, sendo integrantes de 30 famílias com seus lotes integrados no coletivo. O número de sócios inicialmente aumentou somente um homem no ano de 1999 e uma mulher no ano 2000. A partir do ano de 2005 começam a se associar as mulheres dos associados. Este fato se deve principalmente pela melhoria gradual no repasse do adiantamento das sobras e a dificuldade de deslocamento para os grandes centros diariamente para trabalhar como domésticas. Em 2008 uma família que já era sócia e havia saído, associa-se novamente, passando a integrar seu lote na área coletiva da cooperativa e participar no arrendo da terra. Nesse mesmo ano uma família sai da cooperativa e passa a trabalhar em seu lote individualmente. Não alterando assim o número de famílias associadas, pelo menos até 2010, quando ocorre à saída de uma família, passando esse número para 29. A evolução no número de associados a partir de 2007 se deve essencialmente pela entrada anual de jovens que vão atingindo 16 anos, sendo esta a idade mínima para se associar. Além dos jovens, muitas mulheres esposas de sócios continuam associando-se e alguns jovens que casaram e associaram seus companheiros.

O crescimento no número de sócios se apresenta como uma necessidade de acomodar os jovens no processo de trabalho da cooperativa, porém com a entrada destes jovens a cooperativa tem ampliado suas estruturas, consequentemente aumentando sua produção e suas frentes de trabalho. No entanto, esse aumento no número de sócios não significa exatamente um aumento na produtividade do trabalho, como pode ser observado nos gráficos de produtividade apresentados abaixo.

No início começam a surgir os primeiros problemas. Como as famílias eram oriundas da região norte do estado e predominantemente de origem italiana e alemã, estavam acostumadas com a produção de milho, soja, feijão, gado, porco, entre outros propícios para áreas com terreno seco e argiloso. Na região encontraram um terreno úmido, de banhado e arenoso, com clima tropical. Não conhecendo essas características, organizaram a produção em lavoura, gado leiteiro, suínos, horta e produtos para a subsistência. Plantou-se inicialmente milho em área de banhado, destinada à lavoura. Porém logo enfrentam a primeira enchente do ano perdendo quase que completamente a produção de milho, destinando o que conseguiram colher para silagem ao gado. Com isso geraram uma dívida que demorou em torno de 7 (sete) anos para ser quitada.

Após a tentativa do plantio de milho em banhado, com ajuda da assistência técnica e pela procura de alternativas começou-se no ano seguinte o plantio de arroz irrigado.

Inicialmente esse arroz era plantado de forma convencional, com uso de produtos químicos e com muito trabalho manual. Com a intoxicação de um associado e através da orientação do movimento (MST), depois de alguns anos iniciou-se em 1999 o processo de transição do plantio de arroz convencional para o arroz orgânico. Com algumas dificuldades no início, mas que não abalaram a iniciativa que persiste até os dias de hoje.

A produção do arroz orgânico deu certo, porém era vendido para grandes engenhos realizarem o seu beneficiamento como um arroz convencional. Este problema levou ao processo de discussão dentro do movimento para que as cooperativas comesçassem o processo de beneficiamento do arroz, para que este pudesse ser vendido como orgânico e também para agregar valor ao produto. A partir disso buscou-se alternativas por parte da cooperativa e começou-se precariamente no ano de 2005, o processo de beneficiamento do arroz. Com o tempo foi se ampliando a estrutura e modernizando os equipamentos.

No início a cooperativa tinha a horta como um dos carros chefes de produção e comercialização, em que se plantava para o consumo interno e para a comercialização em feiras. A horta se tornou inviável com o tempo, devido a grande mão de obra que necessitava e a falta dessa mão de obra em outros setores. Hoje em dia cooperativa não possui uma horta coletiva, somente as famílias que se interessam pelo cultivo a tem em seus quintais. Uma produção que a cooperativa mantém desde o seu início é a criação de gado de leite e de suínos, que inicialmente eram criados soltos.

No ano de 1997, é inaugurado o abatedouro de suínos, abatendo diariamente entre uma e duas cabeças. Este, com o tempo, foi sendo reformado e ampliado para se adequar às normas de vigilância e certificação para a comercialização, assim como para atender a demanda do mercado. O abatedouro passou por diversas dificuldades para poder se enquadrar nas normas, sofreu várias ameaças de ser fechado, porém resiste até hoje, abatendo em torno de 100 suínos por dia, em 4 (quatro) dias da semana.

A cooperativa desenvolveu por certo tempo a produção de aves em três aviários grandes em parceria com a Frangosul, uma empresa de produção e abate de aves. Nesta parceria a cooperativa construiu a estrutura e alimentava os frangos desde a fase inicial, que demorava em média 42 dias para o crescimento. A empresa fornecia as aves, a ração, certo acompanhamento e o transporte. Esta parceria durou algum tempo, porém se tornou inviável financeiramente para a cooperativa, devido às exigências de modificação e adaptação que eram constantes. Passando com o tempo a gerar prejuízos para a cooperativa ao invés de sobras.

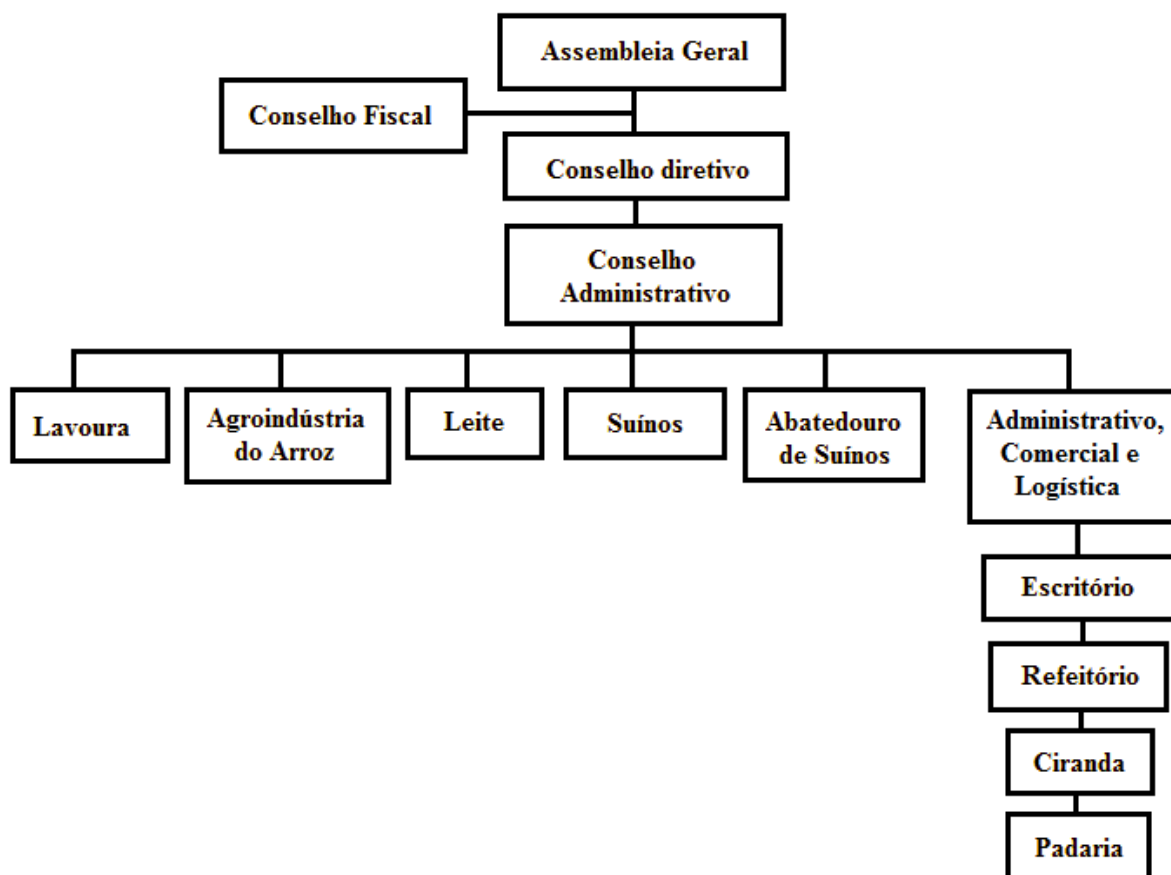
Uma das atividades que a cooperativa desenvolveu por certo tempo foi à gestão da Loja da Reforma Agrária localizada no Mercado Público de Porto Alegre. Nesta loja a cooperativa era responsável por sua gestão e destinava sócios para este trabalho. Depois de poucos anos a cooperativa passou a gestão para terceiros, contratando seus serviços. Parte do dinheiro arrecadado com a loja é destinada para as atividades do MST e outra parte para a cooperativa. Porém não se apresenta como uma atividade muito rentável e que pouco interfere nas contas da cooperativa, que apenas terceiriza o trabalho.

Atualmente a COOPAN é constituída por 29 famílias de sócios, contando com 72 associados, entre estes, sócio fundadores e jovens filhos de associados e seus cônjuges. A cooperativa se organiza em área de produção seca e área de banhado, assim como uma área particular para as casas dos associados. A área em que se encontram a maioria das casas é organizada em agrovila, que fica próxima aos espaços destinados a administração, refeitório, ciranda e lazer dos associados. Na área de produção seca localizam-se as agroindústrias, a produção leiteira, suína e de subsistência, na área de banhado é realizada a produção da lavoura de arroz pré-germinado, de forma orgânica, sem utilização de produtos químicos e fertilizantes sintéticos.

A cooperativa se organiza em setores de produção e gestão, em que são distribuídos os associados para a realização do trabalho. A remuneração dos associados é feita conforme as horas de trabalho de cada sócio, com o limite máximo de 9 horas diárias. Todos têm direito a 30 dias de férias, sendo estipulado o período de janeiro a setembro para gozo das mesmas, devido ao fato de que outubro a dezembro serem os meses que necessita-se de maior força produtiva. Além desse período de férias que é acordado por cada sócio em seu setor de trabalho, os associados podem ter saídas particulares, desde que com aviso prévio ao coordenador do setor e que não prejudique a produção.

Outro benefício concedido pela cooperativa desde 1999 é o período de uma semana na praia com a cobertura de alguns gastos. A comida é dividida entre todos e descontado por associado e a bebida é descontada conforme o consumo individual. Ocorrendo essa ida no final de janeiro e começo de fevereiro de cada ano, sendo esta organizada pela cooperativa, dividindo-se em duas turmas de modo a não prejudicar o trabalho interno. O dinheiro gasto com a praia, para o pagamento do aluguel dos apartamentos e o transporte é fruto gerado das festas e eventos realizados na cooperativa, como, por exemplo, a festa de aniversário da cooperativa, a qual é realizada todos os anos e oferece mais de 1.500 almoços. A partir de 2014 os associados passaram a receber uma remuneração de 4 horas diárias por associado.

Imagem 01 - Organograma de organização deliberativa e de trabalho da COOPAN.



Fonte: COOPAN. Planejamento anual, Período de 2016. Elaborado pela autora, 2016.

Conforme se observa no organograma acima os setores de produção e gestão atualmente estão divididos em: setor dos suínos, leite e lavoura, setor da agroindústria de arroz, setor da agroindústria de abate de suínos, e setor de gestão que engloba as atividades do escritório, refeitório, ciranda e padaria.

A participação dos sócios nas discussões da COOPAN se dá principalmente em dois espaços. Um é nos setores de produção onde a maioria está inserida. Nos setores tem-se um coordenador geral e um vice-coordenador que mensalmente um dos dois participa das reuniões da coordenação que é composta por todos os coordenadores dos setores, juntamente com a direção. Posteriormente se convoca uma reunião nos setores para repassar os informes e as decisões tomadas.

O espaço de maior importância de participação e tomada de decisões são as assembleias gerais, que regularmente são feitas duas vezes por ano, com em torno de duas a três assembleias extraordinárias necessárias para discussão de assuntos pertinentes. Nestas assembleias gerais realiza-se inicialmente uma avaliação do planejamento anterior, assim

como se realiza a prestação de contas para os associados e realiza-se o planejamento do ano seguinte. A participação nas assembleias é massiva, contando regularmente com mais de 70% de presença dos associados.

O fechamento do ano agrícola no caso da COOPAN é de junho a maio, pelo fato de ser possível o levantamento de todos os custos por setores, assim como as receitas e dívidas da Cooperativa. Este levantamento é apresentado em assembleia, com disponibilização do relatório impresso para cada setor.

A área coletiva da cooperativa é de 580 hectares. Sendo dividida em terra baixa (70%), considerada várzea em que se encontram as pastagens do gado leiteiro e a lavoura de arroz e o restante em terra alta (30%), para as áreas de moradia, construções, lavouras de subsistência e algumas pastagens. Do total da área, são usados para plantio de arroz orgânico no sistema pré-germinado irrigado 240 ha, para pastagem de gado leiteiro com manejo orgânico com sistema de piquetes são 130 ha, em construções e agrovila são 50 ha e açudes e parte da barragem são 30 ha. O restante da área é de reflorestamento, estradas, valos e reserva florestal.

Este tipo de formação e utilização do solo se aplica praticamente para todas as famílias do Assentamento Capela e grande parte das famílias assentadas na região metropolitana de Porto Alegre. Por este motivo não se desenvolvem outras culturas tradicionais em outras regiões gaúchas como: soja, milho e trigo. Somente é indicado para arroz irrigado, pastagens para gado de corte e leiteiro, hortifrutigranjeiros e suinocultura. Neste sentido, a COOPAN optou, além da produção primária, em desenvolver a área das agroindústrias do arroz e suínos. Na área de suínos, ela conta hoje com um plantel de 250 matrizes perfazendo um rebanho total de 3.500 cabeças, sendo terminadas por ano 5.000 cabeças, que são abatidas no próprio abatedouro.

No gado de leite, atualmente, a cooperativa tem um plantel de 70 cabeças, tendo 20 vacas em lactação. Este número já foi maior, mas por um motivo de doença (tuberculose), a cooperativa teve que se desfazer de todo o plantel e permanecer num vazio sanitário de seis meses sem nenhuma cabeça de gado. As atividades com o gado foram retomadas gradativamente e pretende-se chegar num plantel de 150 cabeças.

No arroz orgânico, além da produção na lavoura, a COOPAN tem uma indústria instalada com capacidade de beneficiar 2.700 kg de arroz por hora. Porém a capacidade de embalar arroz a vácuo é de 1.500 kg/h. E a capacidade de estocagem de arroz orgânico em casca é de 4.500 ton. A cooperativa produz em média 900 ton/ano. O restante da capacidade é

complementada com a produção dos assentamentos da região de Porto Alegre, onde presta-se serviços de secagem, armazenagem e beneficiamento, através da inter-cooperação estabelecida entre as cooperativas do MST.

A cooperativa começou a comercialização do arroz orgânico em feiras locais, mas principalmente através do mercado institucional, com vendas para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Visando não depender somente deste canal de comercialização a cooperativa buscou espaço nos mercados convencionais, enfrentando algumas dificuldades de adequação aos padrões de exigência. Recentemente como uma de suas últimas conquistas, o arroz orgânico passou a ser comercializado em uma rede nacional de hipermercados, a companhia Zaffari & Bourbon. Para esta companhia são comercializados no mínimo 1.920 Kg de arroz orgânico agulhinha polido e integral embalados à vácuo por mês, podendo chegar até o dobro dessa quantidade, alcançando a média de 23.040 Kg por ano. A Cooperativa também realiza o trabalho de produção e embalagem para a marca de produtos orgânicos Körin de São Paulo, que comercializa o arroz orgânico em São Paulo (SP), Curitiba (PR), Manaus (AM) e Vitória (ES), atendendo também restaurantes, mercados especializados e cozinhas industriais. Para a Körin são entregues em média 20.000 Kg por mês, chegando a 240.000 Kg por ano de arroz orgânico agulhinha polido e integral e cateto integral, sendo estes embalados com a marca da empresa.

O arroz orgânico da COOPAN é certificado pela Certificadora Internacional IMO (Instituto de Mercado Ecológico), possuindo também o Selo SisOrg (Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica), o Selo da Agricultura Familiar e o Selo Sabor Gaúcho. Estes selos e certificados garantem que o arroz esteja dentro das normas e padrões nacionais e internacionais para produtos orgânicos.

A Cooperativa participa do Sistema Cooperativista dos Assentados, representado hoje no estado pela Cooperativa Central da Reforma Agrária dos Assentados do Rio Grande do Sul (COCEARGS). Participa também do Grupo Gestor do Arroz Orgânico da grande região de Porto Alegre, que engloba cinco cooperativas que discutem toda a cadeia produtiva do arroz orgânico, desde a produção de sementes, insumos orgânicos, plano de manejos, planejamento do plantio das áreas, colheita, estocagem, beneficiamento e comercialização.

A COOPAN também acessa os programas do PAA e PNAE. No PAA ela acessa o Programa de Formação de Estoque através da CONAB com a disponibilização do arroz orgânico. É acessado o recurso limite de cada associado, uma vez por ano, e depois pago em

produto conforme planejamento com a CONAB. Também acessa o Programa de Doação Simultânea onde ela fornece arroz orgânico para a FASC/POA (Fundação de Amparo e Assistência Social de Porto Alegre). No programa do PNAE a cooperativa fornece arroz orgânico para as escolas estaduais da região e também para as seguintes prefeituras: Porto Alegre, Glorinha, Sapucaia do Sul, Nova Santa Rita, Portão, Capela de Santana, Estância Velha e Montenegro.

A próxima seção contém informações consideradas relevantes para a compreensão da sua sustentabilidade econômica ao longo do tempo da cooperativa.

4.2 ABORDAGEM ECONÔMICA DA COOPERATIVA

A abordagem econômica parte da análise de dados coletados diretamente dos documentos internos da cooperativa. A primeira análise é feita em relação aos dados contábeis, elaborados pela empresa Soma Auditoria de Nova Santa Rita (RS). Em seguida é realizada a análise dos registros internos da cooperativa, referentes ao repasse do adiantamento das sobras, valor da hora trabalhada, faturamento e gastos anuais, assim como um comparativo em relação ao repasse mensal por associado, este valor atualizado e o salário mínimo do período. Uma terceira análise é feita em relação aos setores de produção, dividindo os dados por setores para compreender sua contribuição na cooperativa e comparar sua produtividade.

4.2.1 Contabilidade da cooperativa

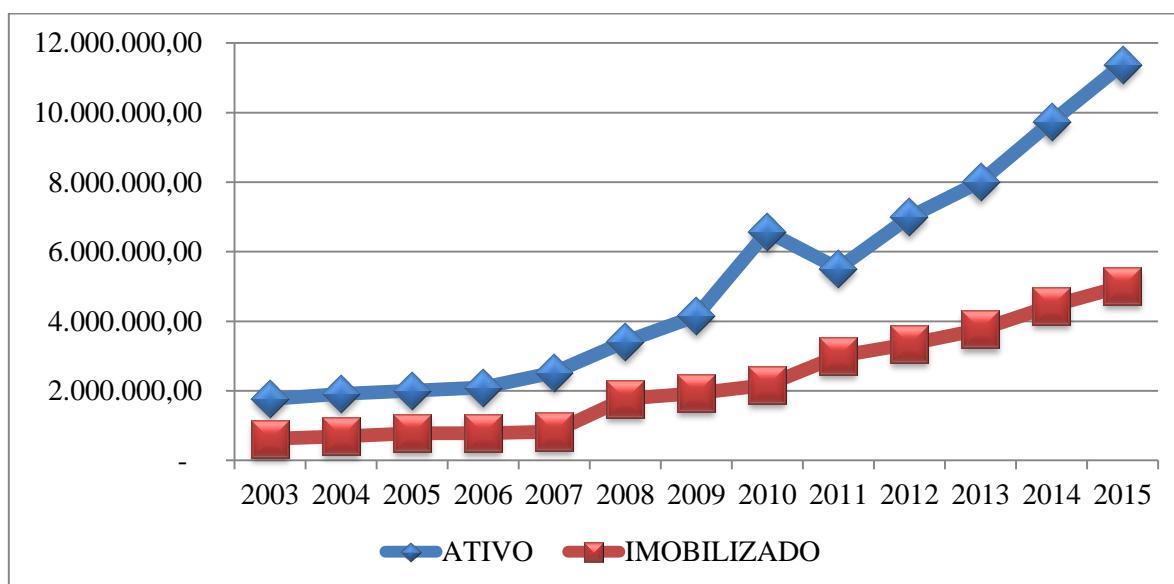
Para realização da análise econômica da cooperativa entre os anos de 2004 a 2016 optou-se pela seleção de alguns dados considerados pertinentes para identificação necessária desta análise. Começando pela análise de dados contábeis extraídos do Balanço Patrimonial³

³ Balanço Patrimonial (BP): é uma demonstração financeira que evidencia o patrimônio da empresa, qualitativa e quantitativamente. É estabelecido pelo artigo 178 da Lei nº 6.404/1976 em que: “No balanço, as contas são classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.” (RIBEIRO, 2010, p.340).

(BP) e da Demonstração do Resultado do Exercício⁴ (DRE), destacando algumas contas consideradas pertinentes.

O gráfico 02 representa o registro de Ativos Totais e de Ativos Imobilizados da cooperativa de 2003 a 2015, dados estes extraídos do Balanço Patrimonial. Conforme a definição de Ribeiro (2010) Ativo é um conjunto de bens (dinheiro em caixa, estoque de mercadorias, móveis e utensílios) e direitos (duplicatas a receber e promissórias a receber) que compõem o patrimônio de uma organização. O Ativo se opõe ao Passivo que incorpora as obrigações (duplicatas a pagar, aluguéis a pagar, impostos a pagar e salários a pagar), e indica onde a organização aloca seus recursos com relação ao seu patrimônio (RIBEIRO, 2010).

Gráfico 02 - COOPAN. Registro de Ativos Totais e Imobilizados da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita, em R\$. 2003 a 2015.



Fonte: COOPAN, Balanços Patrimoniais Contábeis de 2003 a 2015. Elaborado pela autora, 2016.

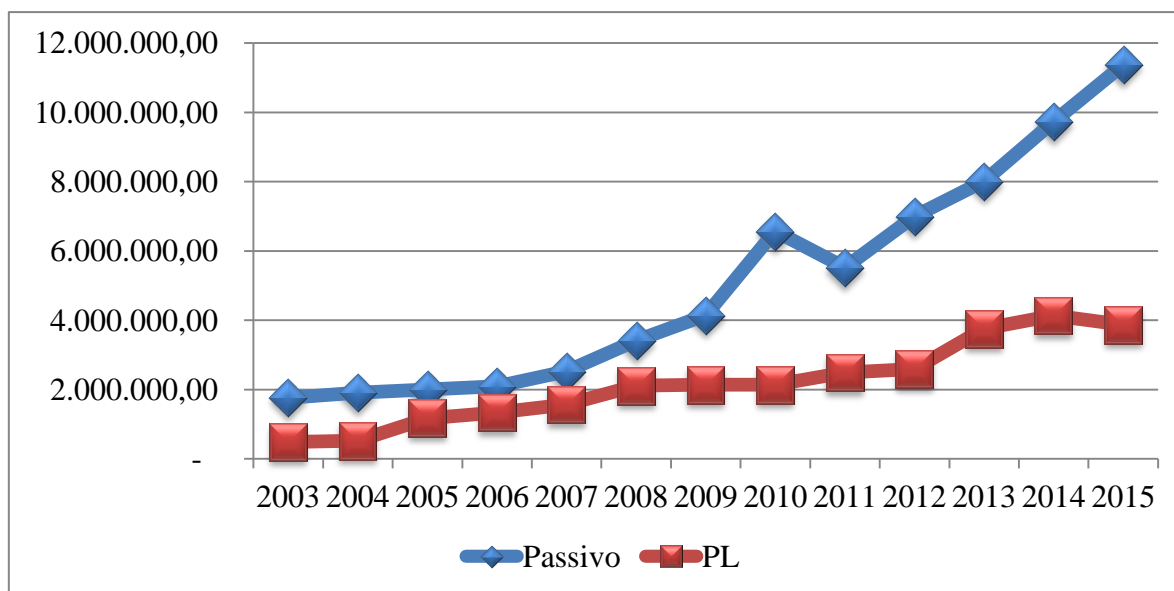
Observa-se no gráfico acima que a cooperativa obteve ao longo dos anos uma evolução em seus Ativos Totais, com destaque para 2010 que evoluiu acima da média se comparado aos demais anos. O aumento do Ativo deste ano se dá na sua parcela circulante, correspondendo a um acréscimo de cerca de R\$ 2 (dois) milhões. Este aumento apresenta-se através da diferença em torno de R\$ 1 (um) milhão em conta aplicação através da CONAB, somando mais cerca de R\$ 1 (um) milhão de entrada de estoque de terceiros, basicamente em

⁴ Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): a demonstração evidencia o resultado que a empresa obteve, seja ele positivo ou negativo, ao longo do desenvolvimento de suas atividades durante determinado período de tempo, geralmente um ano. Sendo definida pelo artigo 187 da Lei nº 6.404/1976 (RIBEIRO, 2010).

arroz. O aumento do ativo circulante, expresso indiretamente no gráfico, mostra um aumento na captação de recursos de curto prazo, seja na forma de dinheiro para custeio de safras, seja na forma de produto físico para armazenagem e processamento. Essa evolução dos ativos demonstra que a cooperativa cresceu e aumentou sua capacidade produtiva, como demonstra o crescente aumento do Imobilizado apresentado no gráfico anterior.

No próximo gráfico (03) estão apresentados os valores registrados do Passivo e do Patrimônio Líquido da cooperativa de 2003 a 2015, retirados do Balanço Patrimonial. O Patrimônio Líquido é definido como a diferença entre os bens e direitos de uma organização e suas obrigações (SANDRONI, 1999). O Patrimônio Líquido vai ser movimentado de duas formas, na incorporação dos recursos ou através da retirada de recursos por parte dos sócios. Representa o recurso próprio dos associados utilizado nas operações totais da cooperativa. No caso da cooperativa ocorre o investimento das sobras do exercício no Patrimônio Líquido.

Gráfico 03 - COOPAN. Valores do Passivo e do Patrimônio Líquido da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita, em R\$. 2003 a 2015.



Fonte: COOPAN - Balanços Patrimoniais Contábeis. Elaborado pela autora, 2016.

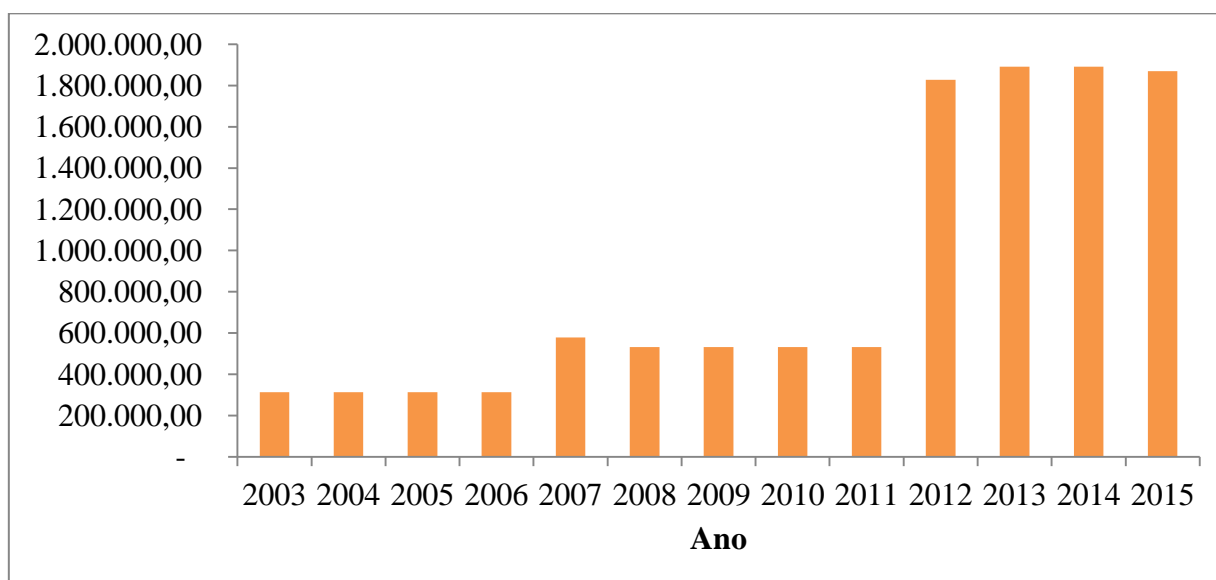
O Patrimônio Líquido da cooperativa apresentou evolução positiva ao longo dos anos, com momentos de estabilização e posteriormente um aumento considerável a partir de 2013. Porém o crescimento do Patrimônio Líquido não acompanhou a evolução do Passivo Total, mostrando que a cooperativa aumentou a dependência do empréstimo de capitais de terceiros (endividamento). Observa-se que nos dois primeiros anos que o PL representa em torno de

30% do Passivo Total, passando para em torno de 60% no período de 2005 a 2008, ou seja, diminuiu sua dependência de terceiros. Em 2009 passa para 50%, diminuindo em 2010 para 30% do PL no Passivo Total. No período de 2011 a 2014 o PL representa em torno 40%, porém em 2015 novamente passa a representar 30%. Destacando assim uma maior dependência de recursos de terceiros nos últimos anos, representando um maior endividamento.

Abaixo apresenta-se o gráfico 04 referente o registro de Capital Social da cooperativa extraídos do Balanço Patrimonial de 2003 a 2015. Capital Social é definida por Bächtold (2011) como o recurso aplicado pelos sócios de uma organização, ou seja, a cota parte de direito dos associados da cooperativa. Pode ser considerado como o investimento inicial, aumento de investimento ou aplicação dos lucros para aumento do investimento da organização. Ele pode ser formado por contribuições em dinheiro ou em qualquer forma de bens que podem ser avaliados em dinheiro.

Observa-se o salto na evolução do Capital Social da COOPAN a partir de 2012. Este salto de cerca de 1,3 milhão de 2011 para 2012 é explicado pela integralização pelos associados das sobras à disposição da Assembleia Geral. Essa integralização se deveu ao resultado positivo de anos anteriores em que se decidiu não distribuir, para incorporar como capital social de forma a poder ser empregado pela cooperativa.

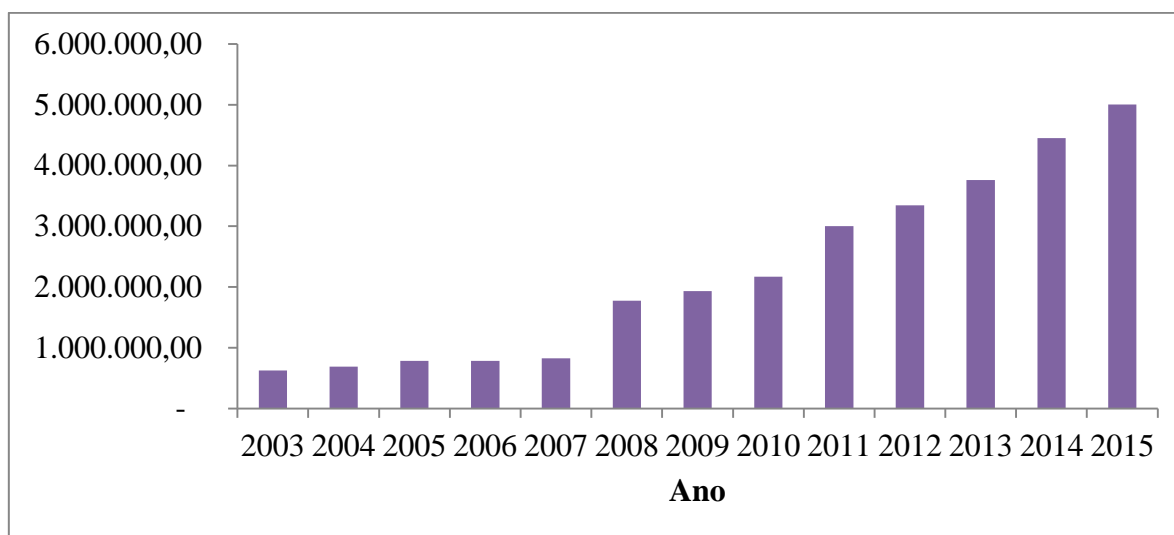
Gráfico 04 - COOPAN. Registro de Capital Social da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita, em R\$. 2003 a 2015.



Fonte: COOPAN, Balanços Patrimoniais Contábeis de 2003 a 2015. Elaborado pela autora, 2016.

Para entender melhor as contas da cooperativa e a evolução de seus recursos, o gráfico 05 demonstra o registro de Ativos Permanentes da cooperativa de 2003 a 2015. Disponíveis no Balanço Patrimonial da cooperativa, que demonstram uma evolução constante de seus Ativos Permanentes a partir de 2008 com os novos investimentos.

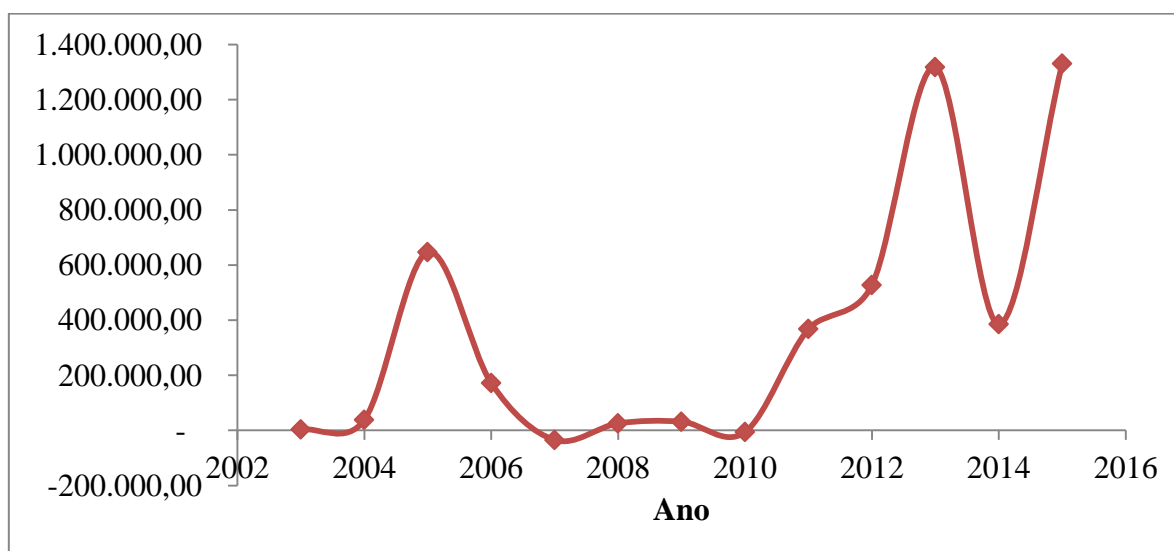
Gráfico 05 - COOPAN. Registro dos Ativos Permanentes da COOPAN, em R\$. 2003-2015.



Fonte: COOPAN. Balanços Patrimoniais Contábeis de 2003 a 2015. Elaborado pela autora, 2016.

Buscando na DRE de 2003 a 2015, os registros do Resultado Líquido do Exercício, observa-se grande oscilação referente ao resultado de cada ano, apresentando diversos anos com resultados negativos.

Gráfico 06 - COOPAN. Resultado Líquido do Exercício da COOPAN, em R\$. 2003 a 2015.



Fonte: COOPAN. Demonstração do Resultado do Exercício de 2003 a 2015. Elaborado pela autora, 2016.

As maiores dificuldades enfrentadas se apresentam nos triênios de 2003 a 2005, e 2008 a 2010, com resultados extremamente baixos e em alguns casos negativos. As quedas apresentadas nos resultados do exercício destes anos se devem a distribuição das sobras que são planejadas no período de junho de um ano a maio de outro (ano safra) terem ultrapassado o valor do resultado do exercício. Nesse sentido distribuiu-se mais do que sobrou no ano, pois no planejamento da cooperativa se imaginava determinada receita com resultados positivos, porém nos respectivos anos os resultados foram aquém. Logo, apresenta-se a necessidade de criação de mecanismos para ajustar estas contas ao longo do ano, ajustando-se às flutuações de mercado ou de produção. Para, desta forma reduzir os riscos de antecipação de sobras inexistentes.

Em 2014 a diferença no resultado agrícola está no valor das transferências internas, visto que no ano de 2013 houve muito mais transferência de produção da cooperativa para as suas agroindústrias. Em 2013 tem 800 mil de venda de produção agrícola e nos demais anos não tem praticamente nada. A redução apresentada no resultado do ano agrícola de 2013 para 2014 é explicada pelo aumento nos custos médios de produção de arroz devido a queda na produção da lavoura deste ano em mais de 2 mil sacos. Na parte dos suínos também houve redução no abate, principalmente na prestação de serviços e conjuntamente ocorreu uma significativa redução nos estoques. De 2014 para 2015 o resultado agrícola subiu devido a outros motivos, um deles é o fato da contabilidade transferir a antecipação das sobras da conta de custos para uma conta de distribuição de sobras. Neste caso ocorreu uma transferência (mudança) de conta, que antes era tratada como custo, que na verdade não era. Desta maneira o resultado do exercício se apresenta maior a partir de 2015.

Estes dados apresentam a realidade contábil de algumas contas da cooperativa. Destaca-se que no ano de 2012 para 2013 a contabilidade passou por algumas mudanças nas contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, para assim tentar ajustar melhor os dados em suas correspondentes contas.

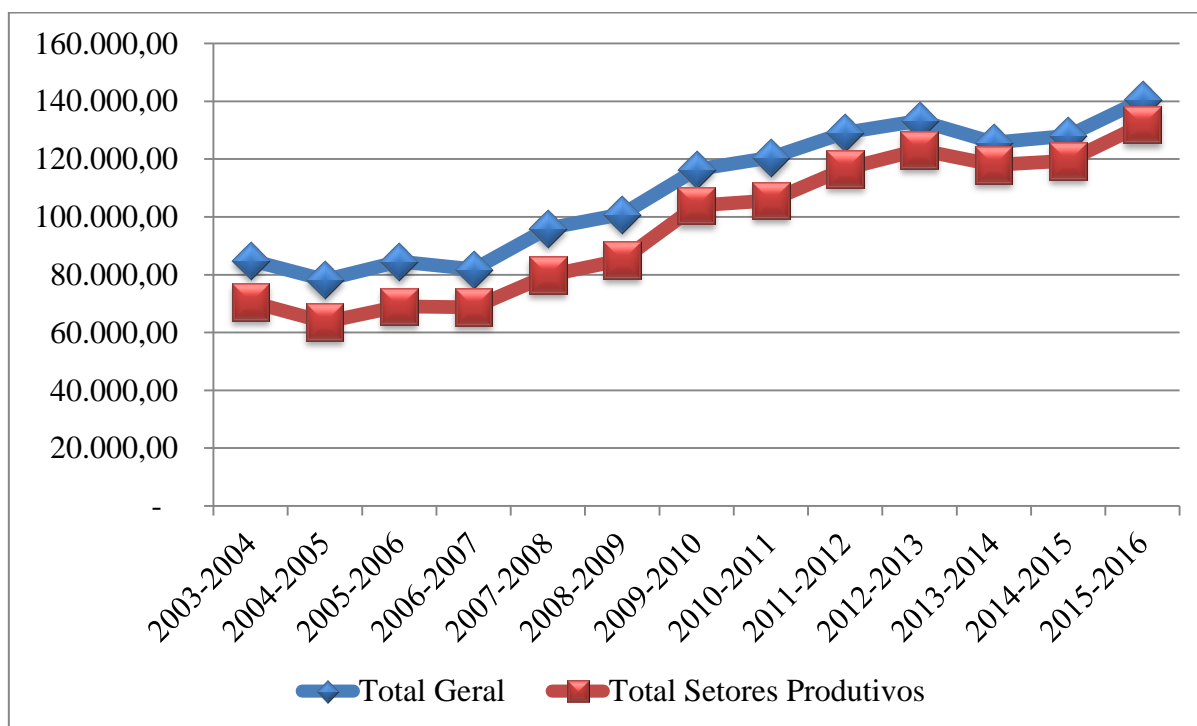
Para visualizar melhor alguns dados referentes à cooperativa e a remuneração do trabalho dos associados tem-se o tópico abaixo. O intuito é analisar se estes resultados representados acima interferiram de certa forma no repasse para os associados, apresentam-se os dados abaixo. Visto que a cooperativa trabalha internamente com o ano safra, ou seja, contabiliza suas contas de junho de um ano até maio do ano seguinte. Desta maneira os dados internos nem sempre serão compatíveis com os dados contábeis, o que pode ser considerado um problema para a compreensão das contas da cooperativa.

4.2.2 Produtividade do trabalho e rendimento monetário dos associados da COOPAN

Este tópico aborda dados da cooperativa, voltados à análise da produtividade do trabalho e da evolução dos rendimentos obtidos pelos associados. A fonte dos dados é de registros internos, contidos na avaliação anual do ano safra da COOPAN.

Para compreender os dados referentes à produtividade do trabalho, observa-se o gráfico 07 que apresenta a evolução das horas trabalhadas no geral e em setores produtivos. O crescimento na quantidade de horas trabalhadas se apresenta a partir de 2007-2008, que até então se apresentava constante. Ocorrendo uma evolução na quantidade de horas trabalhadas a partir desse período, porém apresentando quedas de produtividade nos anos de 2013-2014 e 2014-2015. Em contraponto a isso, destaca-se que a quantidade de associados apresentou crescente aumento ao longo dos anos, logo ocorreu uma visível queda de produtividade, pois a quantidade de horas empregadas em setores produtivos seguiu a mesma tendência das horas no geral.

Gráfico 07 - COOPAN. Evolução na quantidade de horas trabalhadas no geral e em setores produtivos da COOPAN, em unidades. 2003-2004 a 2015-2016.



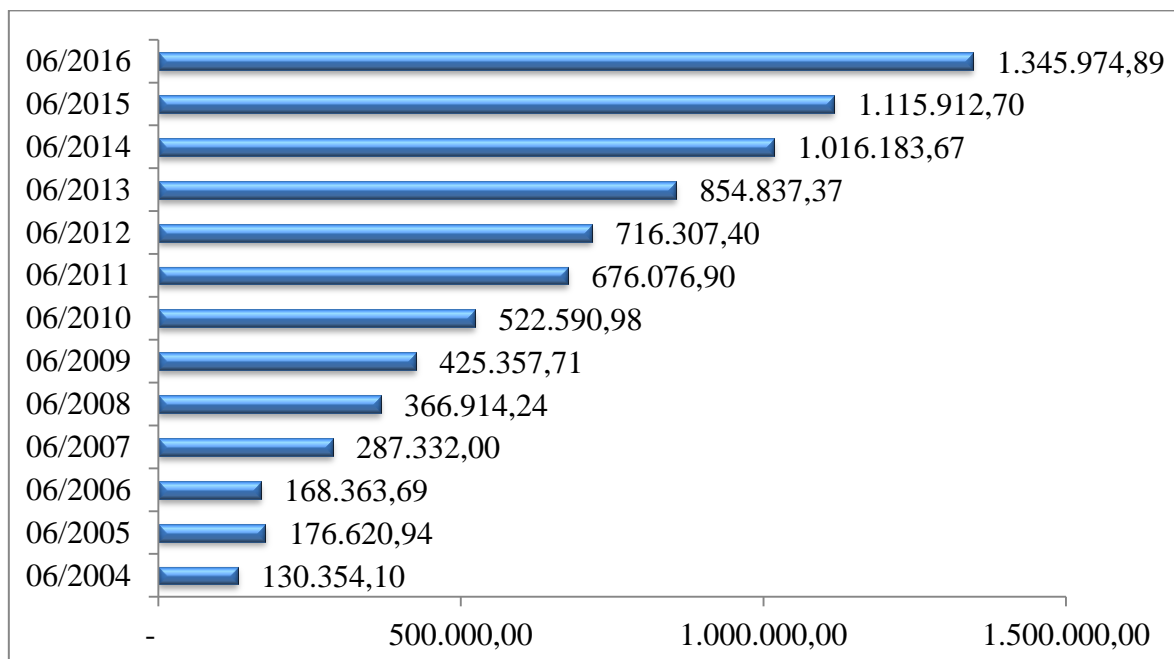
Fonte: COOPAN. Resultados do ano safra de 2003-2004 a 2015-2016. Elaborado pela autora, 2016.

4.2.2.1 Adiantamento das sobras

O gráfico 08 demonstra a evolução no valor repassado para o pagamento das horas trabalhadas dos associados da cooperativa, sendo este o adiantamento das sobras. Apresenta-se o valor total em Reais, destinado durante cada período, levando em consideração o planejamento de safra. Esse valor total é dividido mensalmente conforme o planejamento de entradas financeiras para cada mês. Como exemplo, pode-se citar que nos meses de maio a setembro as entradas financeiras são menores, pois ocorre uma menor verba de carne, sendo que o abatedouro de suínos é um dos carros chefes de produção da cooperativa. Nos meses de novembro e dezembro começam as festas de final de ano, consequentemente, ocorre uma maior demanda por carne, aumentando assim o trabalho dos cooperados no setor do abatedouro, mas também entrando maiores recursos. Nos meses de janeiro e fevereiro ocorre novamente uma diminuição na produção devido ao período em que os estudantes estão de férias, em que muitos optam por viagens a parentes e a praia, afetando assim também as entregas de arroz nas escolas.

Conforme o gráfico 08, esse valor repassado para os associados obteve uma evolução gradual, com momentos de pico e certa estabilização, com pouco aumento. Essa evolução ocorreu conforme a cooperativa realizou investimentos para aumentar sua capacidade produtiva passando a produzir mais e consequentemente obtendo maior retorno. O aumento de sua produção foi possível, pois ocorreu anualmente a entrada de novos sócios (no caso a maioria jovens) que aumentaram sua mão de obra disponível.

Gráfico 08 - COOPAN. Registro de Distribuição das Sobras destinadas para os associados conforme os planejamentos da COOPAN, em R\$. 2003-2004 a 2015-2016.



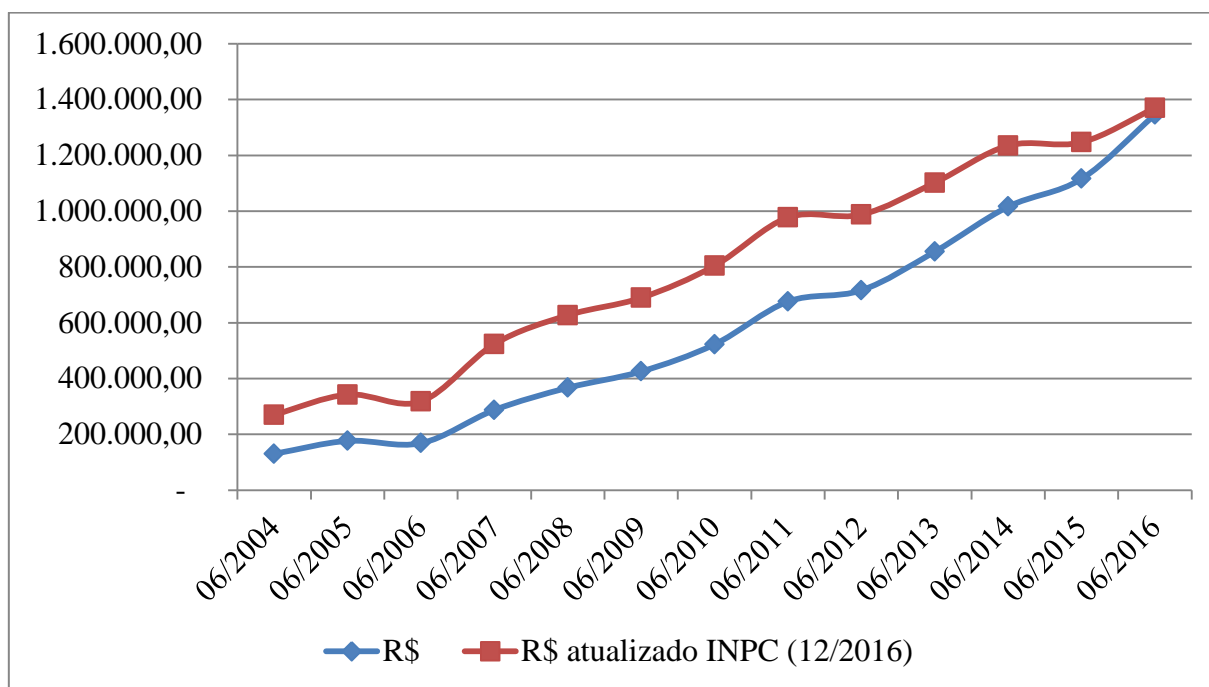
Fonte: COOPAN. Resultados do ano safra de junho de 2004 a junho de 2016. Elaborado pela autora, 2016.

O gráfico (08) acima demonstra o valor do adiantamento das sobras que é destinado para o pagamento das horas trabalhadas. No entanto mensalmente é destinado cerca de 10% a mais desse valor para o pagamento do arrendamento das terras para as famílias, ou seja, cada família cadastrada recebe uma porcentagem a mais referente à utilização de suas terras por parte da cooperativa.

Para fins de comparação fez-se uma atualização dos valores do adiantamento das sobras para o ano de 2016, com base no INPC⁵ de 30 de dezembro de 2016, representado no gráfico 09. Observa-se que no ano de 2011 para 2012 o valor do adiantamento apresenta um crescimento falso, isso porque ao ser corrigido pelo INPC este valor apresentou queda de um ano para o outro. O mesmo acontece no ano de 2014 para 2015, que aparentemente apresenta um crescimento, mas apresenta-se uma leve queda ou certo nivelamento de valores de um ano para o outro.

⁵ INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1979 é utilizado pelo governo como parâmetro para o reajuste de salários em negociações trabalhistas (ADVFN, 2017). Como um dos índices mais utilizados para as correções monetárias optou-se por utilizar o INPC para as correções utilizadas neste trabalho.

Gráfico 09 - COOPAN. Registro da distribuição do adiantamento das sobras destinadas aos associados da COOPAN, em R\$. De junho de 2004 a junho de 2016 e com correção monetária atualizada pelo INPC de dezembro de 2016.

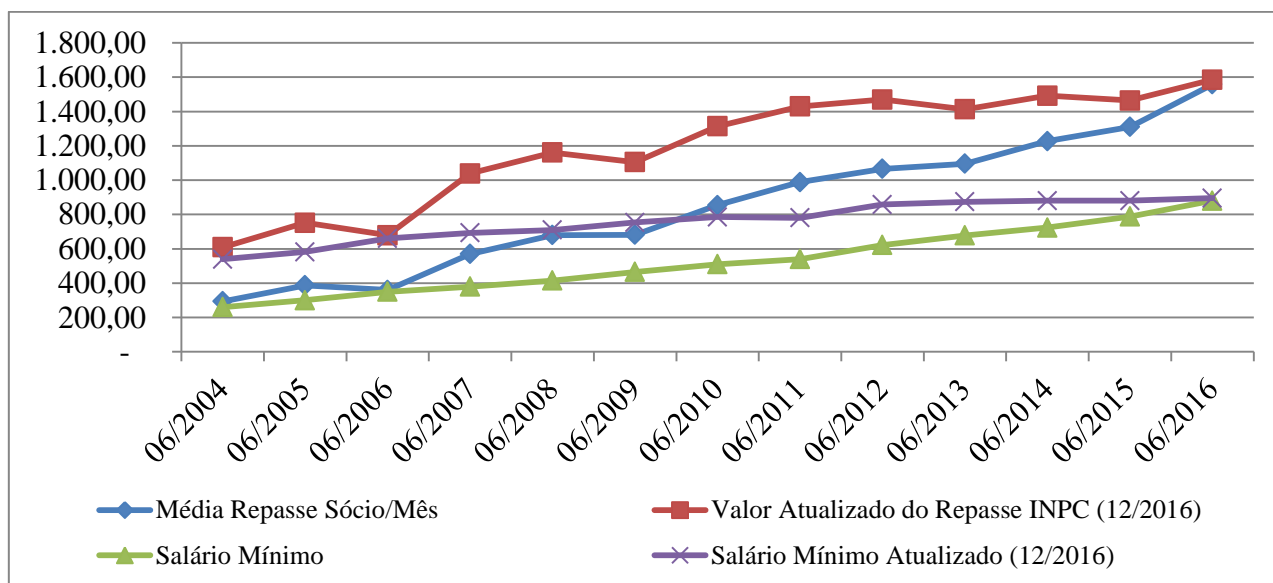


Fonte: COOPAN. Resultados do ano safra de junho de 2004 a junho de 2016. Elaborado pela autora, 2016.

4.2.2.2 Repasse mensal por associado

O gráfico 09 apresenta a correção monetária a partir da atualização pelo INPC de dezembro de 2016. Realizou-se também uma média mensal do valor repassado por sócio. Para obtenção deste dado dividiu-se o valor total do repasse de adiantamento anual por 12 (doze) meses, o valor obtido por mês foi dividido pelo número de sócios correspondentes de cada ano. Desta maneira obteve-se a média mensal recebida por associado do adiantamento das sobras. Esse valor médio também foi atualizado pelo INPC de dezembro de 2012. Conforme se observa no gráfico 10, tem-se a comparação do valor médio do repasse do adiantamento das sobras com seu valor atualizado, sendo acrescentado nesta comparação o valor do salário mínimo de cada ano.

Gráfico 10 - COOPAN. Média no repasse mensal do adiantamento por sócio em cada ano. Valor atualizado pelo INPC de dezembro de 2016. Valor do salário mínimo de cada ano. Valor do salário mínimo atualizado pelo INPC de dezembro de 2016, em R\$. Junho de 2004 a junho de 2016.



Fonte: COOPAN. Resultados do ano safra de junho de 2004 a junho de 2016. Elaborado pela autora, 2016.

Ao se observar no gráfico acima percebe-se que em 2004 cada sócio recebia em torno de R\$ 300,00 por mês, pouco acima do valor do salário mínimo da época, comparando com os dias atuais esse valor corresponderia a cerca de R\$ 600,00 mensais. Os valores seguiram certa tendência de aumento ao longo dos anos, apresentando quedas de um ano para outro em 2005 para 2006. Se considerar o valor atualizado ocorreu queda no repasse em 2008 para 2009, ao contrário do que apresenta o valor da época, que aparentemente não obteve mudanças. O mesmo ocorre nos anos de 2012 para 2013 e de 2014 e 2015, apresentando um falso crescimento no valor do repasse do adiantamento por associado, pois estes valores ao serem corrigidos se apresentam menores que o ano anterior. Comparando os valores obtidos com o valor do salário mínimo para o ano, estes se aproximam nos anos de 2004 e 2006, começando a se distanciar nos anos seguintes. O valor mensal do repasse por associado chega a ser quase o dobro do valor do salário mínimo do período no último ano analisado.

Destaca-se aqui também a evolução no número de sócios, que conforme o gráfico 01 cresceu de 35 associados em 1999, para 72 associados até junho de 2016 (período referente ao ano safra). Fechando o ano de 2016 com 75 associados no total, devido a entrada de jovens filhos dos associados de fundação da cooperativa, que atingiram 16 anos, idade para ser um sócio. Mesmo com a evolução no número de associados o valor do adiantamento das sobras

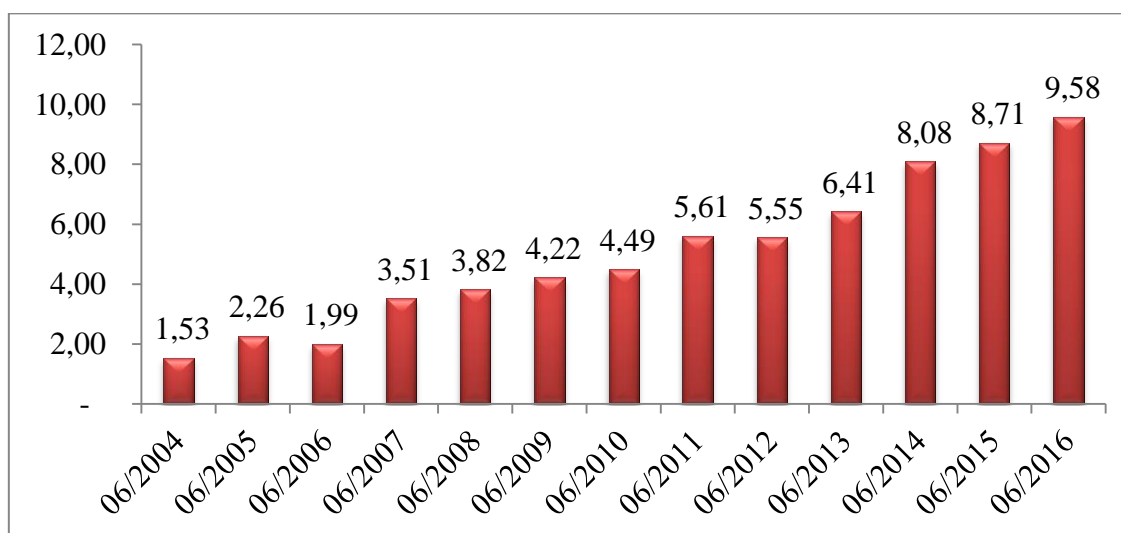
repassado para as famílias aumentou mais que o proporcional, garantindo assim melhoria na qualidade de vida das famílias.

4.2.2.3 Valor das horas trabalhadas

O gráfico 11 representa o valor da hora trabalhada conforme a média anual do adiantamento das sobras repassado para os associados e a quantidade total de horas trabalhadas em cada período, conforme apresentado no gráfico 07. Como se observa o valor da hora de trabalho de um associado passou de R\$ 1,53 para R\$ 9,58 ao longo destes 13 anos. Apresenta certa evolução gradual, porém nos anos de 2006 e 2012 ocorreu ligeira queda nesse valor. Essas quedas são atreladas a diminuição no valor do adiantamento das sobras repassado aos associados, juntamente com a entrada de novos sócios. No ano de 2013 a 2014 ocorreu grande aumento no valor da hora repassada, passando de R\$ 6,41 para R\$ 8,08.

Se utilizar como base um trabalhador que trabalhe 5 dias por semana, mais meio período no sábado, sendo 8 horas por dia, 44 horas semanais, totalizando em torno de 176 horas mensais (considerando que o mês tenha 4 semanas), este trabalhador receberia no ano de 2016, ao valor de R\$ 9,58 a hora, em torno de R\$ 1.686,00 por mês. Levando em consideração este fator, desconsiderando algumas peculiaridades referentes aos jovens estudantes e ao período de trabalho, no ano de 2016 os associados da cooperativa receberam em torno de dois salários mínimos por mês.

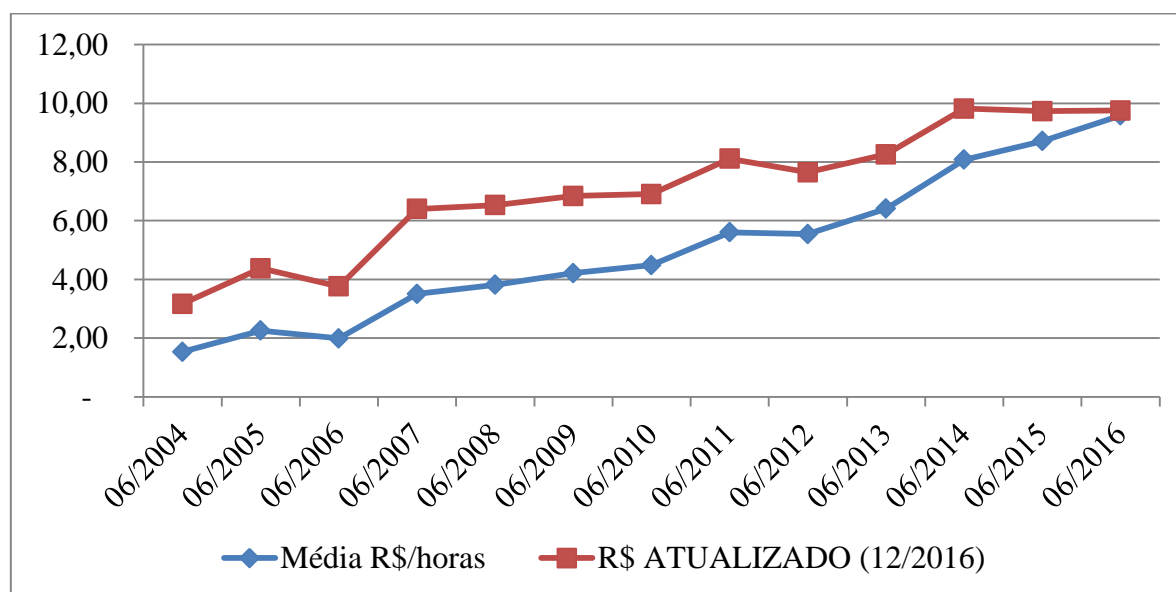
Gráfico 11 - COOPAN. Valores nominais pagos por hora trabalhada na COOPAN, em R\$. Média anual de junho de 2004 a junho de 2016.



Fonte: COOPAN. Resultados do ano safra de junho de 2004 a junho de 2016. Elaborado pela autora, 2016.

Comparando os dados nominais do valor da hora trabalhada, com os dados atualizados pela correção monetária através do INPC, tem-se o gráfico 12. Observa-se que houve a queda real no valor pago pela cooperativa, por hora trabalhada, em vários anos. Contudo, a evolução desse dado aparenta crescer em termos de patamares. Antes de 2007 o patamar girava em torno de R\$ 4,00/hora trabalhada (valor real médio com base anualizada). De 2007 a 2010 esse patamar elevou-se a R\$ 6-7 por hora, e depois de 2011/2013 estabelece-se novo patamar ao redor de R\$ 8,00/hora. Finalmente, no triênio mais recente (2014-2016) o novo patamar é de R\$ 10,00 ainda que com tendência de recuo lento, porém constante nesse último período.

Gráfico 12 - COOPAN. Valores médios anuais, nominais e reais, pagos por hora trabalhada para os associados da COOPAN, em R\$. Valores atualizados para dezembro de 2016. Período de 2004 a 2016.

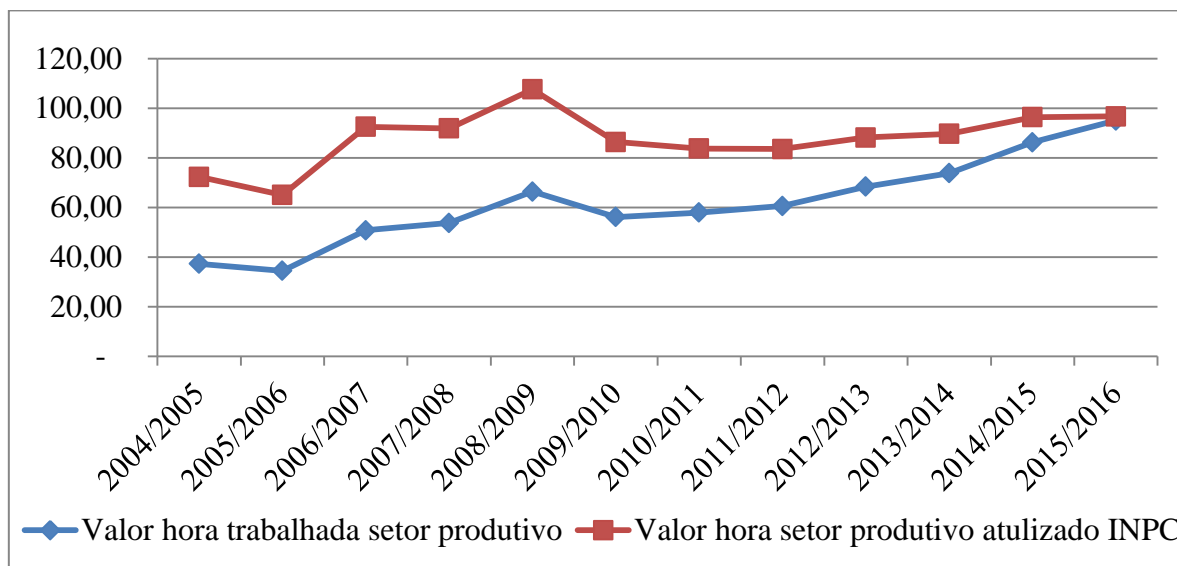


Fonte: COOPAN. Resultados do ano safra de junho de 2004 a junho de 2016. Elaborado pela autora, 2016.

Uma questão relevante a ser respondida diz respeito à sustentabilidade desse aumento no valor da hora pago aos associados da COOPAN. Em relação à produtividade do trabalho coletivo, o gráfico 13 apresenta o valor real gerado para cada hora trabalhada em setores produtivos⁶, em cada ano.

⁶ A COOPAN possui setores que não se enquadram como setores produtivos, isto é, não produzem produtos ou serviços voltados ao mercado ou à manutenção das atividades produtivas da cooperativa. Como exemplo estão as horas de lazer dos associados ou as horas alocadas em atividades político organizativas relacionadas à participação de associados em atividades sindicais e de apoio à reforma agrária. Essas horas não foram contabilizadas na análise específica de produtividade do trabalho coletivo.

Gráfico 13 - COOPAN. Valor financeiro gerado por hora trabalhada em setores produtivos da COOPAN, em R\$. Junho de 2004 a junho de 2016.



Fonte: COOPAN. Resultados do ano safra de junho de 2004 a junho de 2016. Elaborado pela autora, 2016.

Conforme observa-se ocorreu uma evolução na produtividade da hora trabalhada na produção, que passou de R\$ 37,29 no primeiro ano analisado (2004-2005) para R\$95,06 no último ano (2015-2016). Entretanto, o valor atualizado mostra um diferencial bem menor nessa evolução. O período 2004 a 2006 registra um valor gerado por hora em torno de R\$ 70,00. A produtividade aumenta no período 2006 a 2009 chegando a valores acima dos R\$ 90,00. A partir de 2009 há um estancamento na produtividade do trabalho coletivo, num patamar recuado, em torno de R\$ 80,00 evoluindo lentamente para a casa dos R\$ 90,00 por hora no quadriênio 2012-2016.

O ano de 2009-2010 é o ano que ocorre o maior ingresso de novos associados (jovens filhos de sócios), também é o ano em que a produtividade por hora trabalhada diminui. A explicação se deve ao aumento nas horas trabalhadas que foram geradas pela entrada dos jovens não acompanhar o aumento da produtividade real em termos de produção comercializável, representada pela receita total.

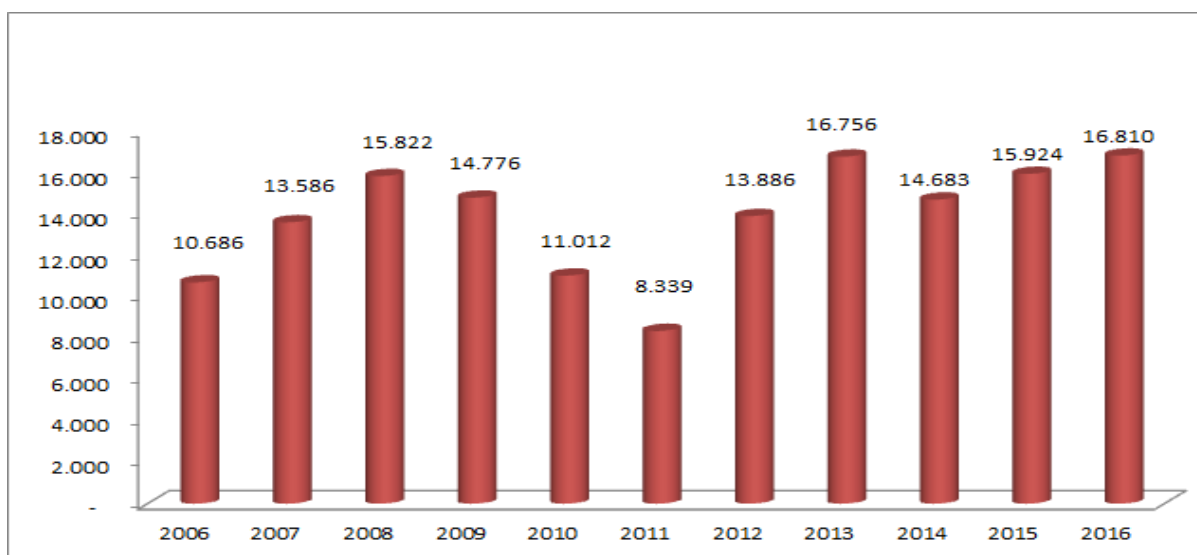
4.2.3 Distribuição por setores de produção

Neste tópico serão apresentados os dados referentes aos setores de produção, para analisar melhor a contribuição individual de cada setor e a produtividade do trabalho

separadamente. Os setores considerados na análise são os setores do leite, suínos, abatedouro de suínos, lavoura de arroz e agroindústria de beneficiamento de arroz.

Em relação à colheita do arroz orgânico, o gráfico 14 reflete a quantidade de sacas de arroz colhidas anualmente. A produção total durante estes anos apresenta oscilações devido principalmente a condições climáticas. Em anos com alto índice de chuvas no período pós-plantio, apresenta alagamentos constantes nas áreas plantadas. O arroz irrigado é resistente a certo período de alagamento, ficando completamente submerso, sem prejudicar completamente a produção. Porém períodos muito longos e grande volume de água acabam ocasionando em perdas maiores na produção. No ano de 2011 a baixa produção foi ocasionada por uma chuva de granizo no período de colheita, levando a grandes prejuízos para a cooperativa.

Gráfico 14 - COOPAN. Quantidade de sacas de arroz seco colhidas por ano na COOPAN, em sacas. Junho de 2006 a junho de 2016.

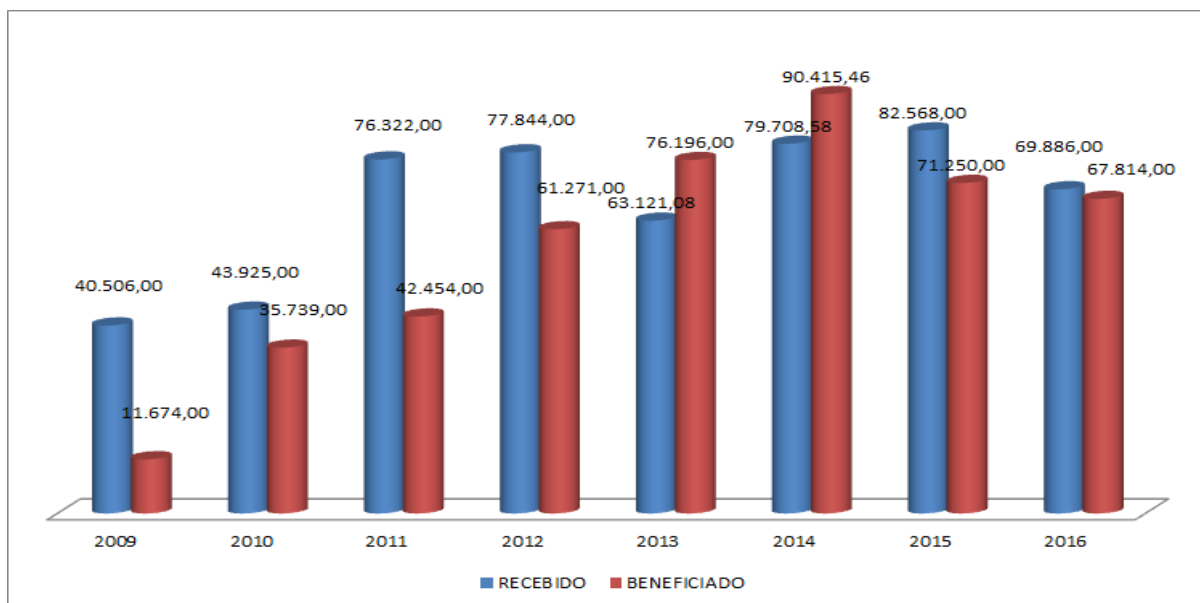


Fonte: COOPAN. Resultados do ano safra de junho de 2006 a junho de 2016. Elaborado pela autora, 2016.

Com relação à quantidade de arroz beneficiado na agroindústria, esta não depende exclusivamente da quantidade produzida pela cooperativa, pois a mesma recebe produção de assentados da região metropolitana de Porto Alegre. Desta maneira contribuindo para otimizar o uso dos ativos fixos e promovendo a inter-cooperação. A cooperativa recebe arroz orgânico certificado para o beneficiamento dos assentamentos de Nova Santa Rita, Eldorado do Sul, Guaíba, São Jerônimo, Charqueadas e Viamão.

O gráfico 15 apresenta a quantidade de arroz recebido e beneficiado na agroindústria de arroz, sendo este arroz produzido pela cooperativa ou recebido de terceiros. O período de análise vai de 2009 a 2016, sendo que o beneficiamento do arroz começou a partir de 2009. As variações nos dados se explicam também pelas variações climáticas, que afetam a quantidade produzida, não somente da cooperativa. Porém, destaca-se que as estruturas foram aumentadas ao longo dos anos, para poder receber maior quantidade de arroz para ser beneficiado. Assim, como ocorreu uma melhoria e troca contínua de maquinários, para equipamentos mais modernos e eficientes. Em alguns anos, como se apresenta no gráfico, recebeu-se mais arroz do que foi beneficiado, deixando certa quantidade em estoque e a outra parte transferida para outros engenhos parceiros. Essa transferência e estoque de um ano para o outro ocorreu devido à dificuldade com os maquinários, que eram muito antigos e apresentavam problemas constantemente, dificultando o trabalho de beneficiamento. Os anos de 2013 e 2014 apresentam maior beneficiamento do que recebimento devido aos estoques de um ano para o outro, ficando armazenado arroz de um ano para o outro. A safra de 2016 apresentou problemas, diminuindo a quantidade produzida, logo esse fator se refletiu na quantidade recebida e beneficiada pela cooperativa.

Gráfico 15 - COOPAN. Quantidade de arroz recebido e beneficiado na agroindústria de arroz da COOPAN, em KG. Junho de 2009 a junho de 2016.



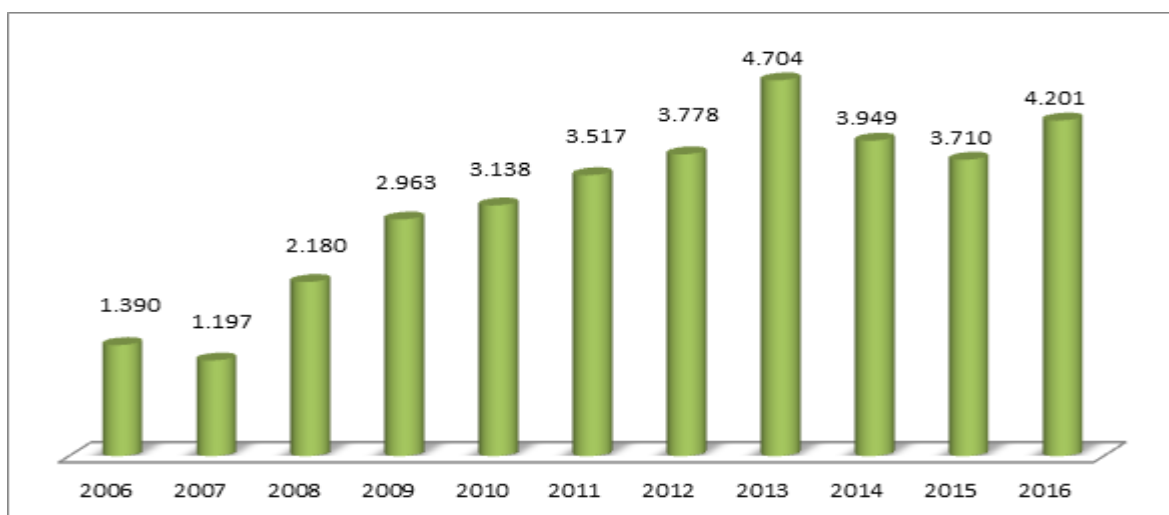
Fonte: COOPAN. Resultados do ano safra de junho de 2009 a junho de 2016. Elaborado pela autora, 2016.

No setor dos suínos atualmente tem-se a capacidade para acomodar 2.500 cabeças de suínos. Nesta cadeia são produzidos suínos desde o nascimento até a engorda, com 190

matrizes suínas produtivas. Conta-se com estruturas de laboratório para coleta e reprodução do sêmen do cachaço, sendo realizando a inseminação artificial nas matrizes. O preparo da ração é feito internamente, sendo recebidos de fora somente alguns produtos como o milho que não é produzido pela cooperativa, o trigo e o farelo de soja. Utiliza-se muito para a composição da ração o farelo de arroz, sendo este um subproduto da agroindústria de arroz, outro subproduto utilizado é a casca do arroz, que em dois chiqueiros é utilizada como cama para os suínos na engorda.

Abaixo se apresenta no gráfico 16 a quantidade de suínos terminados produzidos anualmente de junho de 2006 a junho de 2016. Observam-se oscilações ao longo dos anos, porém com um crescente aumento na produção. Este aumento na produção se deve pelo aumento nas estruturas, com a construção de novos chiqueiros para acomodar mais suínos em crescimento. Em 2013 ocorreu um grande aumento na produção, explicado pela maior necessidade de suínos por parte do abatedouro que diminuiu a prestação de serviço para terceiros, abatendo maior número de suínos produzidos internamente na cooperativa. a produção retorna a aumentar a partir de 2015 devido ao aumento nas estruturas com uma ala para acomodar mais suínos em engorda.

Gráfico 16 - COOPAN. Quantidade de suínos terminados anualmente na COOPAN, em unidades. Junho de 2006 a junho de 2016.



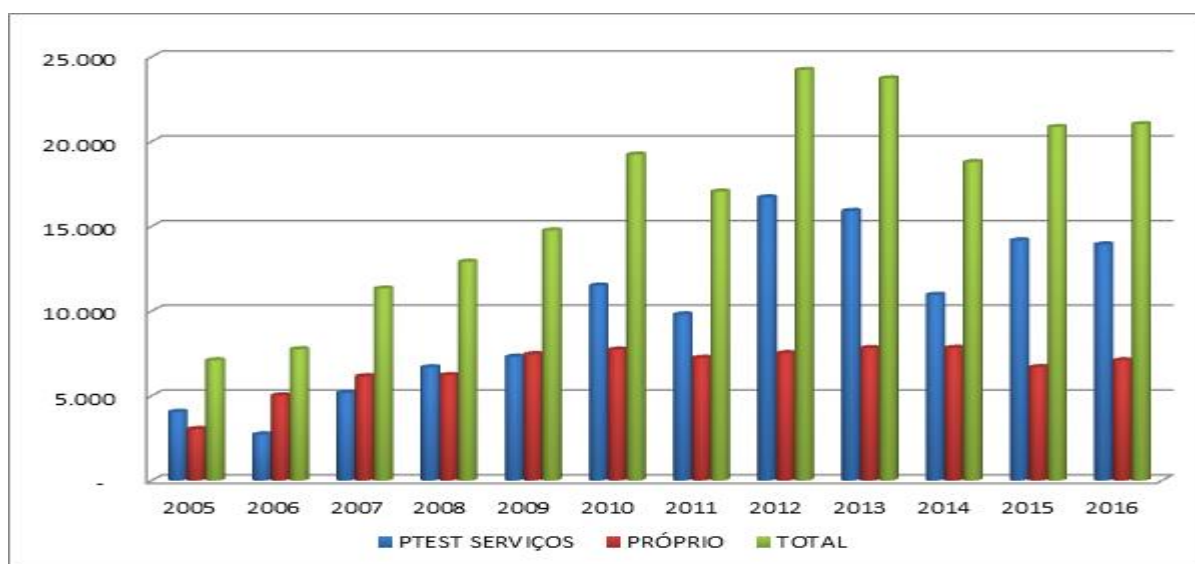
Fonte: COOPAN. Resultados do ano safra de junho de 2006 a junho de 2016. Elaborado pela autora, 2016.

O setor do abatedouro de suínos abate em média 100 suínos diariamente, 4 (quatro) vezes por semana. Em datas festivas a demanda por carne suína aumenta, chegando a abater diariamente o dobro de suínos no período de 15 a 29 de dezembro. Do total abatido, tem-se

nos últimos anos uma média de 40% a 50% de suínos abatidos para comercialização pela cooperativa. Porém, nos dois últimos anos mais de 50% corresponde à prestação de serviço de abate para terceiros. Essa prestação de serviços tem-se mostrado com os anos cada vez mais significativa em termos de quantidade.

Conforme se observa no gráfico 17 houve uma evolução no abate de suínos de 2005 até 2016, porém com períodos de quedas na produção, como em 2011 e 2014. No ano de 2006 abateram-se mais suínos próprios, com menor quantidade de prestação de serviços, praticamente igualando essa produção nos anos de 2008 e 2009. Os anos com maior quantidade de abate total foram os anos de 2012 e 2013, que também apresentaram maior quantidade na prestação de serviços de abate para terceiros.

Gráfico 17 - COOPAN. Histórico anual de abate de suínos na COOPAN, em unidades. Junho de 2005 a junho de 2016.



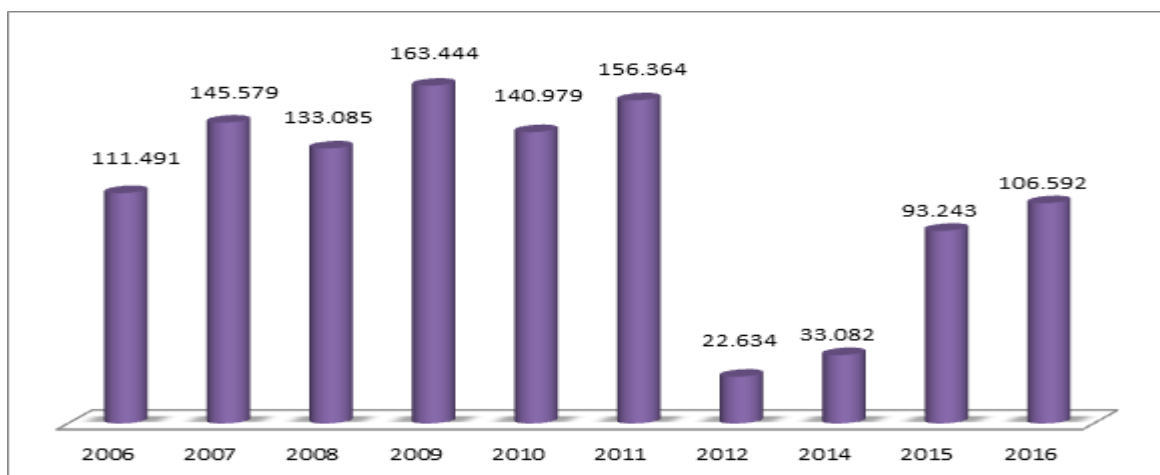
Fonte: COOPAN. Resultados do ano safra de junho de 2005 a junho de 2016. Elaborado pela autora, 2016.

No setor do leite atualmente (2016) conta-se com em torno de 100 cabeças de bovinos, contando com vacas leiteiras, vacas secas, terneiras, terneiros e um touro. No total são 36 vacas leiteiras que produzem em média 15 mil litros de leite por mês. A alimentação destes animais é feita através de silagem (com milho plantado em área seca, somente para o setor leiteiro), ração (feita no setor dos suínos), feno (feito pela cooperativa em áreas com esta finalidade) e as pastagens anuais e perenes (de aruana, braquiária, tifton e hermatria). Os animais são tratados com produtos da farmácia alopática e também com produtos homeopáticos, principalmente para tratar de bernes e carrapatos. Tem-se discussão para a

produção de leite orgânico, que apresenta dificuldades em relação ao tratamento de algumas doenças que necessitam de remédios convencionais, porém as pastagens não recebem tratamento químico e já se utiliza de tratamentos homeopáticos.

O gráfico 18 apresenta a quantidade total de leite produzido por ano de 2006 a 2016. As oscilações apresentadas de 2006 a 2011 se referem à quantidade de vacas leiteiras disponíveis em cada ano. No caso, nos anos com menor produtividade anual, apresentava-se menor quantidade de vacas produtoras. A partir do ano de 2012 a produção apresenta grande queda devido a um surto de tuberculose que atacou o rebanho, sendo necessário se desfazer com completo de todas as cabeças de bovinos. No ano de 2013 foi realizado o vazio sanitário para garantir que não houvesse nenhum resquício da doença. Apresentando a partir de 2014 certa produção, devido à compra gradual de alguns animais para a retomada da produção leiteira. Aumentando essa produção com o passar dos anos, para aproveitar as estruturas existentes.

Gráfico 18 - COOPAN. Quantidade total de leite produzido anualmente na COOPAN, em litros. Junho de 2006 a junho de 2016.

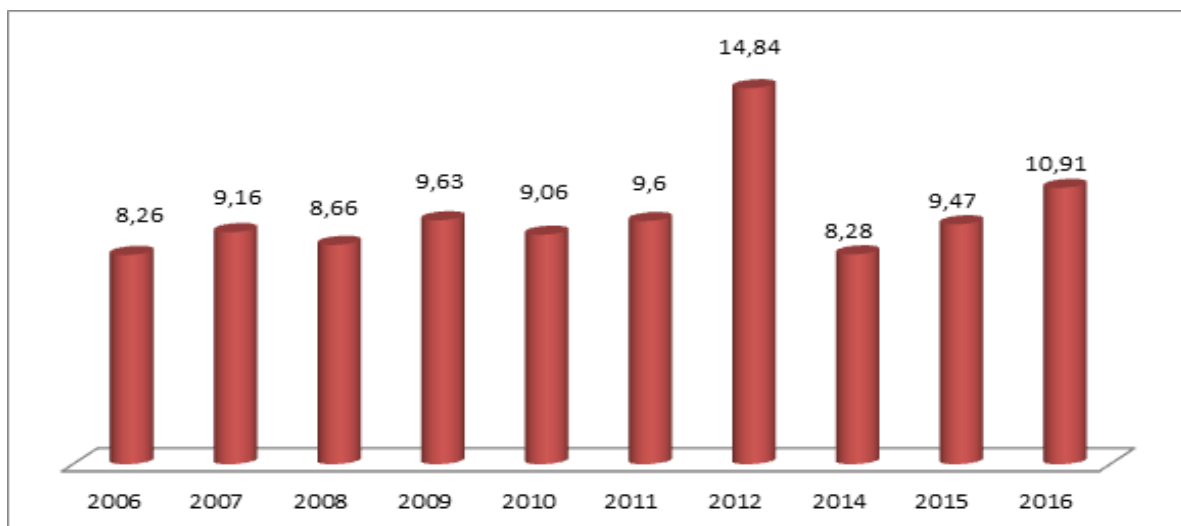


Fonte: COOPAN. Resultados do ano safra de junho de 2006 a junho de 2016. Elaborado pela autora, 2016.

O gráfico 19 apresenta a produção média de leite diário por ano, conforme o número de vacas leiteiras. Observa-se que os anos com maior média de produção também são os anos que apresentam maior produção, no caso 2007, 2009 e 2011, antes do vazio sanitário. No ano de 2012 com a diminuição no número de vacas leiteiras ocorreu certo aumento na produção média por vacas, devido à eliminação prioritária daqueles animais com menor produção. Certas mudanças realizadas nas atividades diárias com a volta da produção fizeram com que a

média de litros-vaca-dia apresenta-se uma curva ascendente, porém lenta, com seu melhor resultado ao se comparar a produção média ao longo dos anos, no último ano analisado.

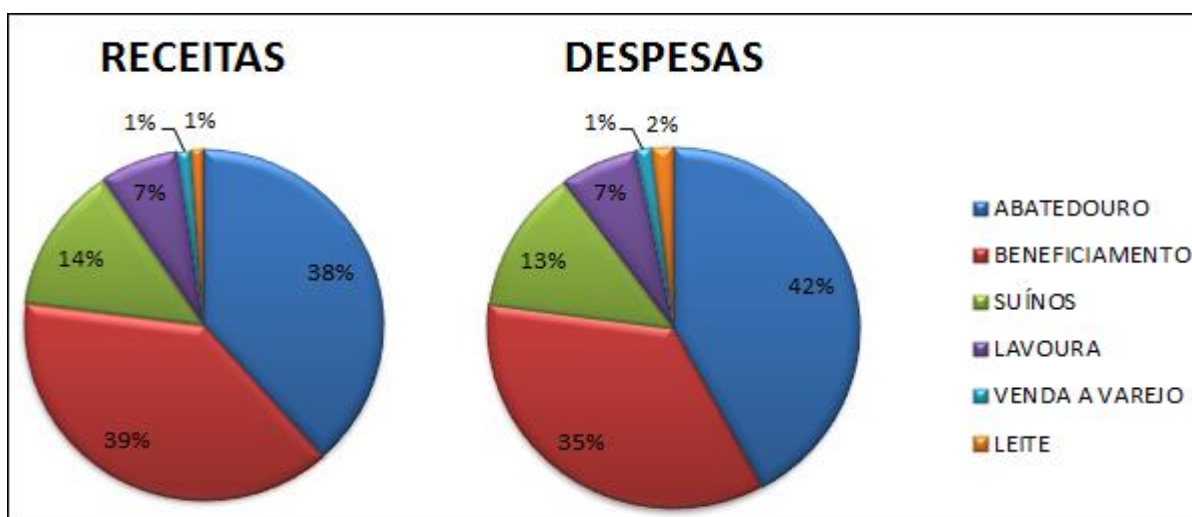
Gráfico 19 - COOPAN. Média anual de produção leite por vaca-dia na COOPAN, em litros. Junho 2006 a junho de 2016.



Fonte: COOPAN. Resultados do ano safra de junho de 2006 a junho de 2016. Elaborado pela autora, 2016.

Para demonstrar a representatividade de cada setor nas receitas e despesas da cooperativa, apresenta-se o gráfico 20. Ele apresenta a porcentagem de representatividade de cada setor no que diz respeito ao total das receitas e ao total das despesas.

Gráfico 20 - COOPAN. Receitas e Despesas dos setores referente ao ano safra da COOPAN, em R\$. 2015.



Fonte: COOPAN. Resultado do ano safra de junho de 2014 a junho de 2015. Elaborado pela autora, 2016.

O gráfico (20) acima apresenta as receitas e despesas referentes ao ano de 2015, separado por setor, com o intuito de demonstrar o setor com maiores receitas e aqueles com maiores saídas. Conforme o gráfico apresenta, os setores das agroindústrias de arroz e abatedouro de suínos apresentam as maiores receitas e despesas, sendo considerados os carros chefes da cooperativa. O setor da agroindústria de arroz apresenta uma maior receita em relação aos demais setores, porém é o setor do abatedouro que apresenta maiores despesas. O setor do leite apresenta maior representatividade nas despesas do que na receita, logo se questiona a viabilidade deste setor.

4.2.4 Cálculos de produtividade

A tabela 02 busca apresentar a produtividade média por hora trabalhada nos setores produtivo da cooperativa. Para fins de análise separou-se a produtividade dos setores em triênios e calculou-se a média de cada período. Os dados desta tabela apresentam-se preocupantes, em vista de que neste período analisado não ocorreu evolução marcante e evidente da produtividade física do trabalho.

Tabela 02 - COOPAN. Produtividade média trienal por hora trabalhada em cada setor da COOPAN, em unidades. 2006 a 2016.

Setores/Triênios	2006-2007-2008	2009-2010-2011	2014-2015-2016
Leite (Litros)	18,46	15,45	11,25
Abate Total (Cabeças Suínos)	0,41	0,46	0,41
Suínos (Cabeças)	0,15	0,28	0,33
Lavoura Arroz (Sc. Seco)	1,08	0,76	1,29
Arroz Beneficiado (Sacas)	0	3,45	3,32

Fonte: COOPAN. Resultado do ano safra de junho de 2006 a junho de 2016. Elaborado pela autora, 2016.

Observa-se que a quantidade de litros de leite produzido por hora trabalhada no setor diminuiu ao longo dos triênios, medido pela produção total gerada em cada hora trabalhada no setor. Um dos fatores que podem ser levados em consideração é o fato do período do vazio

sanitário abranger parte do ano de 2014, referente ao último triênio, porém não altera o fato da queda na produtividade-hora, já apresentada do primeiro para o segundo triênio.

A produtividade do trabalho no setor de abate dos suínos apresentou o mesmo valor no primeiro e no último período analisado, com alta no triênio intermediário. A produtividade da hora trabalhada neste setor suínos não apresenta relação com a quantidade total abatida no período, pois os anos que compõem o último triênio apresentam maior produção conforme se observa no gráfico 17.

No setor de produção dos suínos, a produtividade da hora trabalhada apresentou crescente aumento, chegando a representar mais que o dobro de produtividade ao se comparar o primeiro ao último triênio. Este aumento da produtividade deve-se muito a melhorias nas instalações do setor, ao incremento de novas tecnologias e ao aumento constante nas estruturas.

Com relação à produtividade do trabalho na lavoura, para a produção de arroz, esta apresentou elevação ao se comparar o primeiro ao último triênio, porém apresentou significativa queda no segundo período. Esta queda de produtividade apresentada no segundo triênio pode ser explicada pela redução de eficiência do setor neste período, conforme o gráfico 14, causada principalmente pelas variações climáticas que ocasionaram perdas na produtividade nos anos de 2010 e 2011.

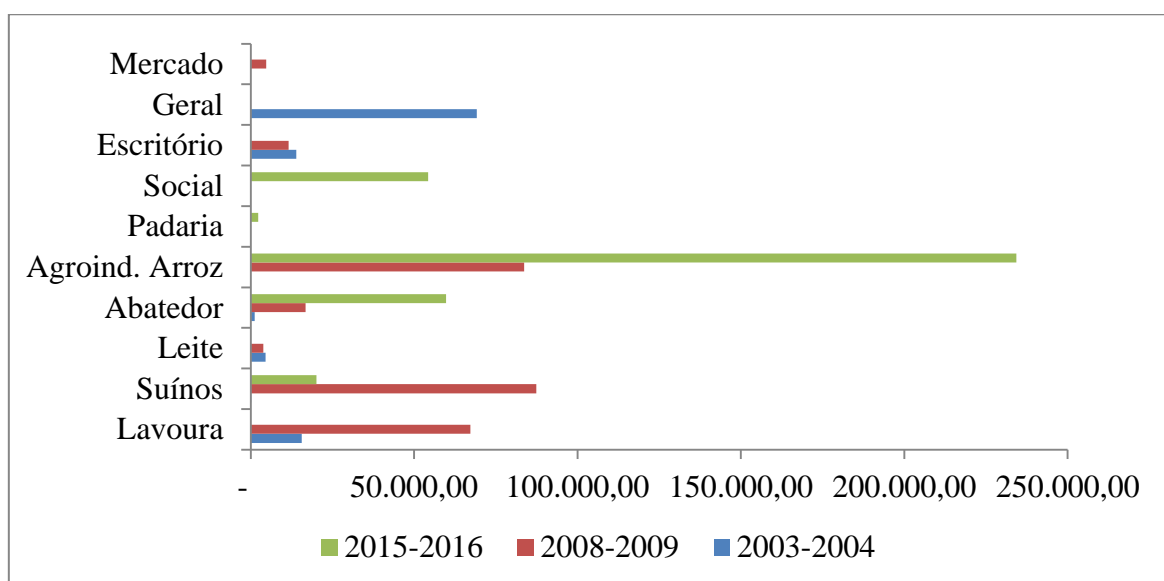
O setor da agroindústria de beneficiamento do arroz iniciou atividades a partir do ano de 2009. A produtividade média por hora trabalhada no setor apresentou leve queda de um triênio para outro, explicada pela queda na quantidade produzida no último período. Os últimos triênios analisados também abrangem os anos com maior entrada de jovens nos setores, logo se aumenta a quantidade de horas trabalhadas, porém sem aumentos significativos na produtividade.

4.2.5 Investimentos

O gráfico 21 apresenta os investimentos realizados conforme os registros internos da cooperativa referente aos anos de 2003-2004, 2008-2009 e 2015-2016. Observa-se que os investimentos realizados no período de 2003-2004, representados pela cor azul são maiores em atividades gerais, ou seja, em máquinas ou equipamentos que seria utilizado em mais de um setor. Também apresentam investimentos na lavoura de arroz e no escritório da cooperativa. No período de 2008-2009, representados pela vermelha, os investimentos foram

realizados principalmente na lavoura de arroz, nos suínos e na agroindústria de beneficiamento do arroz. Destaca-se que neste período iniciou-se a implantação da agroindústria. O período de compreende os anos de 2015-2016 apresenta como principal investimento na agroindústria de arroz, justificado pela compra de uma máquina enfardadeira e pela instalação de exaustores na sala do engenho. Os investimentos no abatedouro foram aplicados em reformas nas estruturas e os investimentos no social se devem ao dinheiro aplicado no ginásio esportivo, construído ao longo dos últimos anos com dinheiro próprio da cooperativa.

Gráfico 21 - COOPAN. Investimentos realizados na COOPAN, em R\$. 2003-2004, 2008-2009 e 2015-2016.



Fonte: COOPAN. Resultado do ano safra de 2003-2004, 2008-2009, 2015-2016. Elaborado pela autora, 2016.

Com relação aos investimentos, muitos deles não estão representados no gráfico, pois compreendem a outros períodos ou correspondem a recursos de fundo perdido. Um dos exemplos de investimentos realizados nos últimos anos é a construção da padaria, que passou a operar efetivamente em junho de 2015, sendo construída com recursos do FUNTERRA através do Programa de Sustentabilidade dos Assentamentos da Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Sul, sendo parte do recurso a fundo perdido.

4.2.6 Dívidas

O total das dívidas da cooperativa está representado na tabela 03, juntamente com os subsídios recebidos pela cooperativa, caracterizados pelos rebates e descontos, assim como os juros abatidos. Os rebates e descontos representam recursos recebidos pela cooperativa a fundo perdido, ou seja, recursos que a mesma não precisou desembolsar de seu caixa para investir. Os rebates são via PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) e os descontos via FUNRURAL e FUNTERRA. Os juros abatidos representam o valor que a cooperativa deixou de pagar devido aos juros baixos financiados por programas federais. Como base para os cálculos utilizou-se o valor da Taxa Selic referente a cada ano, menos a taxa de juros do financiamento utilizado pela cooperativa.

Tabela 03 - COOPAN. Dívidas, Rebates e Descontos, Juros abatidos da COOPAN, em R\$. 2003 a 2015.

Ano	Dívidas	Subsídios		
		Rebates - Descontos	Juros abatidos	
2003	1.425.495,76	-	716.599,02	
2004	1.467.995,76	-	716.599,02	
2005	907.914,14	-	718.578,60	
2006	907.914,14	-	736.414,89	
2007	1.110.498,71	-	735.576,91	
2008	1.510.269,96	-	1.149.224,73	42.902,37
2009	836.540,15	-	27.788,88	42.182,96
2010	2.632.038,39			202.199,53
2011	2.685.442,84			237.037,20
2012	5.595.858,13			173.518,75
2013	4.229.862,12			252.757,28
2014	8.084.273,31			317.271,12
2015	9.553.003,97			342.875,66

Fonte: COOPAN - Balanços Patrimoniais Contábeis. Elaborado pela autora, 2016.

Observa-se na tabela (03) que no período de 2003 a 2007 os subsídios recebidos pela cooperativa eram todos via rebate e descontos, sendo visualizados com clareza nos balanços. Nos anos de 2008 e 2009 os subsídios têm origem nos rebates e descontos, como também nos juros abatidos. A partir de 2010 os subsídios recebidos pela cooperativa se apresentam somente através dos juros abatidos. Os juros abatidos considerados subsídios recebidos via Governo Federal representam em torno de 11% ao ano, visto que os empréstimos e financiamentos são realizados a juros de 2 a 5 % ao ano, enquanto que a Taxa Selic se apresentou em 14,15% no ano 2015.

Referente à composição destas dívidas, conforme os Balanços Patrimoniais, de 2003 a 2007 eram compostas principalmente por empréstimos e financiamentos via Banco do Brasil com recursos do PROCERA. A partir de 2008 a COOPAN passa a acessar recursos via PAA e PNAE, através da CONAB. O ano de 2010 é o ano em que a cooperativa recebe mais recursos, recebendo via CONAB o valor R\$ 1.500.000,00, valor este destinado ao aumento nas estruturas, com a construção de uma sala maior de estoque e embalagem. Este também é o ano em que a cooperativa passa a acessar recursos via PRONAF (6 mil, 9 mil, investimento, coletivo, custeio e mais alimento). A cooperativa também realizou outros financiamentos via Banco do Brasil e cartão BNDS (com juros de 1,2% am).

4.2.7 Análise econômica preliminar com base na teoria de Marx

Para a quantificação do montante de gastos de capital e de receita que teria sido necessário gerar para cobrir eventuais déficits registrados, foi feito um desdobramento na análise. Para calcular a receita que teria sido necessário gerar (em caso de ter ocorrido déficit) a fim de que fosse coberto o capital gasto e de geração de mais-valia/valor excedente suficiente para remunerar todos os fatores (incluindo as sobras) se utilizou da fórmula:

Receita necessária: $C' = c + v + m$

Sendo: C' = receita necessária (que teria sido necessário gerar pelo coletivo)

c = capital constante (despesas correntes + depreciação)

v = capital variável (despesas com salários assalariados + adiantamento de sobras)

m = mais-valia/valor excedente (corresponde à remuneração de todos os itens constantes no bloco “trabalho excedente” + sobras)

A tabela 04 representa a equação geral referente a produção que teria sido necessário gerar por parte da COOPAN, nos períodos de 2003-2004, 2008-2009 e 2015-2016. Desmembrando o cálculo nas contas de Capital Constante (c), Capital Variável (v) e Mais-valia/Valor excedente gerado (m). A mais-valia, ou valor excedente, é distribuída em parte direcionada a remuneração do capital empregado (Juros), parte a remuneração da renda da terra e a impostos e despesas de comercialização. Por fim, pode ou não ter ocorrido sobras no caso das cooperativas ou lucro correspondente as empresas capitalistas.

As categorias utilizadas para a análise da cooperativa consistem na procura por avaliar os limites e as possibilidades de sobrevivência do coletivo frente à concorrência capitalista. Para isso devem se reproduzir de maneira que seja compatível com as empresa concorrentes, pois estas atuam conjuntamente no mercado. Com o intuito de avaliar se a mesma consegue ser competitiva, realizou-se o cálculo de reprodução da cooperativa com os mesmos critérios da empresa capitalista. Refletindo os critérios reais de funcionamento que uma unidade de produção deve seguir no capitalismo. Visto que uma unidade de produção no capitalismo está concorrendo com unidades capitalistas, que devem ser capazes de expandir-se, sendo capaz também de obter sobras, assim como fazer-se a frente de seus concorrentes e com inovações tecnológicas.

Os critérios contábeis marxistas utilizados nesta análise fazem a contabilidade do trabalho, isto é, do ponto de vista do trabalhador, sendo que os critérios contábeis das empresas representam a contabilidade do capital. São subdivisões da mesma coisa, porém com critérios de avaliação diferentes. Para maior aprofundamento nessa metodologia recomenda-se a leitura de Christoffoli (2000).

Tabela 04 - Equação geral de produção necessária da COOPAN, conforme as leis de desenvolvimento sob condições capitalistas, em R\$. 2003-2004, 2008-2009 e 2015-2016.

	2003/04	2008/09	2015/16
Cálculo do capital constante			
Depreciação	59.748,79	229.889,75	550.937,70
Despesas correntes de produção	1.020.791,07	4.055.132,60	8.650.050,99
Capital Constante (c)	1.080.539,86	4.285.022,35	9.200.988,70
Cálculo do Capital Variável			
Remuneração Assalariados	n.a.	-	83.021,38
Remuneração Associados	130.354,10	425.357,71	1.457.148,46
Benefícios	n.d.	40.554,97	151.176,14
Capital Variável (v)	130.354,10	465.912,68	1.691.345,98
Cálculo da Mais Valia/ Valor excedente gerado			
Lucro (Taxa Selic)	329.162,60	358.898,15	1.610.277,92
Renda da terra	23.525,31	12.322,29	111.173,57
Impostos	53.317,66	244.926,20	337.443,22
Juros	4.363,95	11.135,28	120.666,82
Mais-valia (m)	410.369,52	627.281,92	2.179.561,53
$C' = c + v + m$ (necessário)	1.621.263,48	5.378.216,95	13.071.896,21

Fonte: Registros internos da COOPAN. Período de 2003-2004, 2008-2009 e 2015-2016. Elaborado pela autora, 2016.

A partir dessa primeira análise se buscará analisar nos três períodos distintos qual a equação da contabilidade econômica da cooperativa, em comparação com os valores necessários, que deveriam haver sido gerados para fazer frente à competição intercapitalista.

Tabela 05 - Resumo dos dados contábeis da COOPAN, em R\$. 2003-2004.

Ano 2003/04	Receita Necessária	Receita Obtida	Déficit Receita
capital constante	1.080.539,86	1.080.539,86	
capital variável	130.354,10	130.354,10	0
Mais-valia/valor excedente	410.369,52	102.092,11	-308.277,41
Total	1.621.263,48	1.312.986,07	-308.277,41

Fonte: COOPAN. Registros internos da COOPAN. Período de 2003-2004. Elaborado pela autora, 2016.

Tabela 06 - Resumo dos dados contábeis da COOPAN, em R\$. 2008-2009.

Ano 2008/09	Receita Necessária	Receita Obtida	Déficit Receita
capital constante	4.285.022,35	4.285.022,35	0
capital variável	465.912,68	465.912,68	0
Mais-valia/valor excedente	627.281,92	268.383,77	-358.898,15
Total	5.378.216,95	5.648.012,00	-358.898,15

Fonte: COOPAN. Registros internos da COOPAN. Período de 2008-2009. Elaborado pela autora, 2016.

Tabela 07 - Resumo dos dados contábeis da COOPAN, em R\$. 2015-2016.

Ano 2015/16	Receita Necessária	Receita Obtida	Déficit Receita
capital constante	9.200.988,70	9.200.988,70	0
capital variável	1.691.345,98	1.691.345,98	0
Mais-valia/valor excedente	2.179.561,53	1.651.069,53	-528.492,00
Total	13.071.896,21	12.543.404,21	-528.492,00

Fonte: COOPAN. Registros internos da COOPAN. Período de 2015-2016. Elaborado pela autora, 2016.

Os dados acima demonstram que a cooperativa em todo o período analisado apresentou resultados aquém do necessário para assegurar sua sobrevivência a longo prazo frente à competição com empresas capitalistas. Isso se manifesta principalmente no fato de a cooperativa não ter conseguido gerar excedente econômico compatível com o esperado para seus concorrentes capitalistas. A cooperativa deveria ter gerado excedente em proporções

maiores em vista de assegurar a formação de fundos próprios visando a possibilidade de investimentos futuros em vista da ampliação da produção, diversificação de produtos e a busca de segmentos com maior atratividade pelo superior valor agregado, tanto no setor de carnes como do arroz (ou outros).

Isso implica que o futuro reserva condições menos favoráveis à cooperativa para fazer frente à necessidade de novos investimentos, da ampliação do capital produtivo e da geração de postos de trabalho que incorporem máquinas e equipamentos em vistas de aumento da produtividade real do trabalho coletivo. A lógica de expansão atual confirma essa tendência, demonstrada no aumento significativo do endividamento da cooperativa, levando-a a correr riscos frente a restrições creditícias ou de acesso a mercados, ou mesmo quebra eventual de safras.

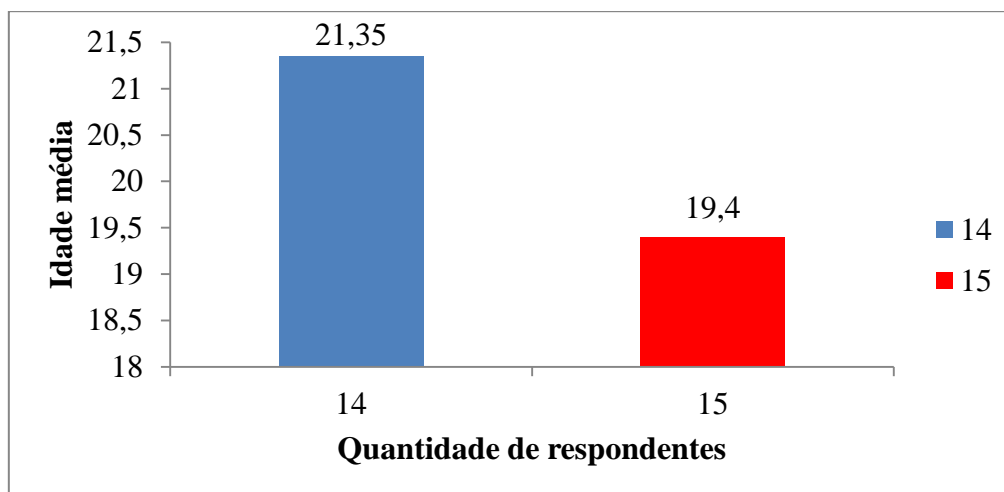
4.3 A QUESTÃO DA INSERÇÃO DOS JOVENS COOPERADOS - SAÍDA OU PROBLEMA PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA DA COOPAN?

Quanto à classificação dos jovens e sua faixa etária conforme Souza e Paiva (2012) a Assembleia Geral das Nações Unidas define como jovens aqueles com idade entre 15 e 24 anos, porém no Brasil essa definição foi utilizada somente até 2005. A Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUNE) criados em 2005, delimitam os jovens como sendo de 15 a 29 anos, sendo divididos em: 15 a 17 anos – jovem-adolescente; 18 a 24 anos – jovem-jovem; e 24 a 29 anos – jovem-adulto (SOUZA e PAIVA, 2012).

Para analisar a sustentabilidade socioeconômica da cooperativa optou-se por verificar questões pertinentes a continuidade dos jovens no campo. Para isso aplicou-se um questionário com 20 (vinte) questões abertas e fechadas que buscaram responder sobre a possibilidade de permanência dos mesmos na cooperativa. Aplicou-se 29 (vinte e nove) questionários com os jovens de um total de 31 (trinta e um) jovens associados que são também filhos dos cooperados fundadores.

Dentre os 29 (vinte e nove) questionários respondidos, estes jovens caracterizam-se como sendo, referente à idade média e ao sexo:

Gráfico 22 - Identificação dos jovens da COOPAN. Sexo e idade média, em unidades. 2016.



Fonte: COOPAN. Dados coletados conforme questionário aplicado. Elaborado pela autora, 2016.

Nesse sentido observa-se que não possui discrepância de quantidade em relação ao sexo masculino e feminino dos jovens da cooperativa, apresentando somente um jovem a menos do sexo masculino. Apresenta-se uma diferença maior somente em relação à média de idade, em que o sexo feminino apresentou média menor que o masculino. Conforme a classificação apresentada por Souza e Paiva (2012), os jovens da cooperativa se classificam como sendo a maioria da faixa etária de 18 a 24 anos, sendo a maioria então classificados como jovem-jovem, conforme tabela abaixo:

Tabela 08 - Classificação por faixa etária dos jovens da COOPAN, em unidades, 2016.

Classificação	Quantidade jovens
15 a 17 anos - Jovem-adolescente	6
18 a 24 anos - Jovem-jovem	21
24 a 29 anos - Jovem-adulto	2

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A grande maioria, no caso sendo vinte (20) jovens apresenta estado civil de solteiro, cinco (5) se caracterizam como namorando e quatro (4) em união estável. Em relação à educação 26 (vinte e seis) responderam que pretendem continuar os estudos, visto que somente três responderam que não. Do total, dois (2) possuem Ensino Fundamental

Incompleto, sete (7) Ensino Médio Incompleto, nove (9) Ensino Médio Completo, oito (8) Ensino Superior Incompleto e três (3) com Ensino Superior Completo.

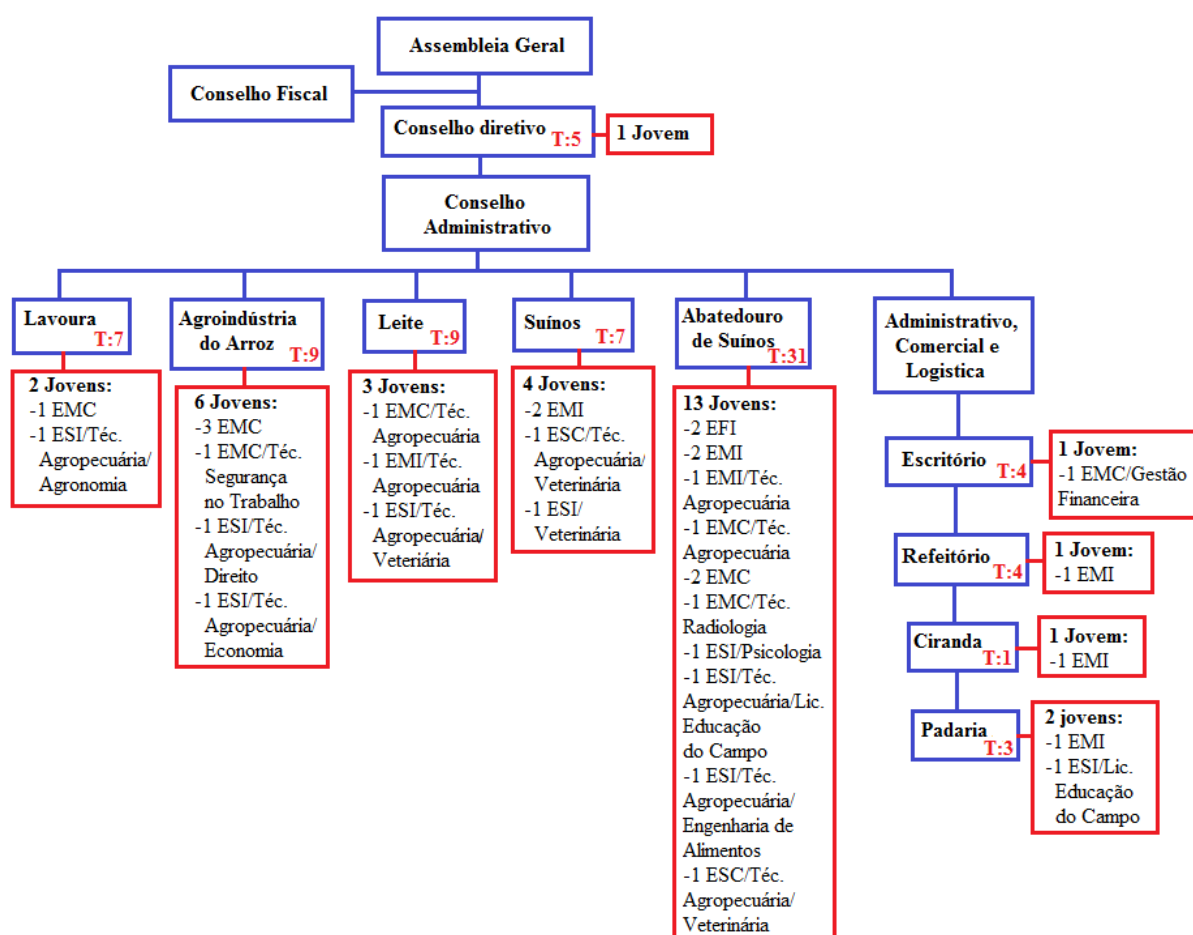
A escolarização dos jovens considerada adequada é aquela que abrange pelo menos o Ensino Médio, este é mais um índice nacional que aborda questões de classes sociais, conforme Souza e Paiva (2012). Nesse sentido os autores demonstram que em 2006, dos jovens 10% mais pobres da população, somente 16% tem escolarização adequada, com grande diferença se tratando dos 10% mais ricos, em que 62,6% possuem escolarização adequada. Logo, observa-se que os jovens da cooperativa apresentam, em sua maioria, escolarização adequada ou estão em processo de formação.

Por observação destaca-se que oito destes jovens se formaram e dois estão cursando Técnico em Agropecuária com Habilitação em Agroecologia em sistema de alternância, um se formou em Técnico em Radiologia, um está cursando Técnico em Segurança do Trabalho, um se formou em Gestão Financeira à distância, um em Zootecnia e Medicina Veterinária em Cuba e um em Medicina Veterinária em uma turma especial do MST na Universidade Federal de Pelotas. Em relação àqueles que estão cursando o Ensino Superior, dois estão cursando Medicina Veterinária em turmas especiais diferentes, dois estão cursando Licenciatura em Educação do Campo pela UFRGS em sistema de alternância, um cursa Direito e um Psicologia em faculdade particular, e um cursa Engenharia de Alimentos, e um Agronomia, ambos pela UFFS.

Observa-se assim que muitos jovens seguem seus estudos em áreas que podem ser contempladas nas atividades realizadas pela cooperativa, além de seus estudos serem proporcionados muitas vezes através da sua inserção em um movimento social. Outro fator a se destacar é a vontade que a grande maioria tem em continuar seus estudos. Nesse sentido ao serem perguntados em que área gostariam de continuar a estudar, três responderam na área de administração-contabilidade, dois na área de agrárias, dois na área elétrica, dois na área de humanas, três na área veterinária, dois na área do direito, quatro na área de saúde, três pretendem fazer pós em suas áreas de formação, aparecendo também áreas de interesse como música, três que pretendem terminar o ensino fundamental, médio e técnico e um que disse não saber ainda em que área pretende seguir. Nesta pergunta destacam-se respostas de jovens que visualizam seu futuro na cooperativa, em áreas que podem ser contempladas no trabalho diário, porém aparecem muitas áreas que não se encaixam como, por exemplo, a área de humanas, saúde e música.

Em relação ao tempo de sócio a maioria (7) tem dois anos de associado, os demais se associando em média dois jovens por ano, sendo um jovem somente com 10 anos de sócio. Em relação ao tempo em que está no mesmo setor a maioria (7) também respondeu estar a dois anos.

Imagem 02 - COOPAN. Organograma dos setores e a quantidade representativa de jovens inseridos na COOPAN.



Fonte: COOPAN. Planejamento anual. Período de 2016. Elaborado pela autora, 2016.

O setor que mais abrange mão-de-obra dos jovens é o setor do Abatedouro de Suínos, com 12 (doze) jovens, seguido da Agroindústria do Arroz com 5 jovens, dos Suínos (3), Leite (2), Refeitório (2), Escritório (1), Ciranda (1), Padaria (1) e Lavoura (1). Destacando a sua grande contribuição em setores chaves, como é o caso das agroindústrias, com destaque para o abatedouro de suínos em que representam mais da metade dos trabalhadores deste setor, e a distribuição e participação dos jovens em todos os setores da cooperativa.

Imagens 03 e 04 - Jovens que trabalham nas Agroindústrias de Beneficiamento do Arroz Orgânico e de Abate de Suínos da COOPAN. 2016.



Fonte: COOPAN. Bruna Rubenich Pereira, 28-11-2016.

Quanto à participação nos processos de decisão da cooperativa, 23 jovens afirmam que participam, com destaque para 6 (seis) jovens que disseram não participar. Aqueles que disseram não participar podem ser interpretados no sentido de que não sentem abertura para participação nos processos de decisão, ou não se interessam em participar ou estão estudando fora, não se encontrando fisicamente nesses espaços. Os jovens que responderam participar dos processos de decisão da cooperativa contemplaram a resposta com a forma de participação. Através de uma análise de conteúdo das respostas obteve-se que a maioria participa através de reuniões nos setores, assembleias gerais, planejamentos, debates e votações (coordenação, direção, conselho fiscal).

Quando perguntados se gostariam de permanecer na cooperativa, 28 responderam que sim, sendo um somente que respondeu não e sua justificativa foi pelo seu interesse em estudar fisioterapia, não se encaixando nas atividades da cooperativa. Um dos respondentes que respondeu sim ressaltou que somente até os 18 anos e outro até terminar os estudos. Perguntados por que gostariam de permanecer na cooperativa as respostas surgiram principalmente no sentido em relação ao trabalho, por esse ser próximo de casa, dos amigos, ser em família, ser bom, além de poder trabalhar e estudar com boas condições e incentivo da cooperativa. Outro fator importante apontado por esses jovens foi em relação a participar das decisões tomadas pela cooperativa, podendo opinar e contribuir de alguma forma. Destacaram-se também questões como a estabilidade financeira e profissional, a qualidade de vida e dar continuidade ao que os pais construíram.

A família é um fator importante para a permanência dos jovens no campo, nesse sentido todos os respondentes disseram que recebem incentivos para sua participação e permanência na cooperativa. Referente à maneira que isso se dá, muitos apontaram que a mesma os apoia e aconselha, destacando sobre a qualidade de vida na cooperativa e o trabalho em família, contando a história de conquista da cooperativa e com muito diálogo diário em família. Muitos destacaram também a importância de permanecer na cooperativa para dar continuidade às conquistas realizadas por seus pais, além de possuir renda própria.

Em relação a cooperativa as respostas não foram diferente, todos disseram que a mesma incentiva sua participação e permanência. Quanto à maneira com que isso acontece às respostas surgiram no sentido da boa remuneração, mas principalmente em relação ao incentivo ao estudo, como pode ser observado na resposta de um dos jovens: *“Dando oportunidade de estudar fora, ganhando uma porcentagem do salário, isso faz com que o jovem se sinta valorizado e incentivado”*. O espaço para os debates, para expor suas ideias e a possibilidade de participação da direção e coordenação também foram elementos apontados por estes jovens. Outros fatores apontados foram o lazer, a segurança, as moradias e a qualidade de vida que a cooperativa proporciona.

Imagem 05 - Jovens em reunião com direção para discussão das moradias na COOPAN. Novembro, 2016.



Fonte: COOPAN. Bruna Rubenich Pereira, 30-11-2016.

Referente à participação em atividades para a juventude proporcionadas pela cooperativa 20 jovens responderam que participam, sendo que 9 (nove) disseram não participar. Dentre essas atividades destacam-se aquelas voltadas para o lazer, assim como atividades proporcionadas pelo movimento (MST) voltadas para a juventude ou somente reuniões e encontros. Destaca-se aqui uma das respostas que colocou como elemento a sua

participação na direção da cooperativa, ou seja, uma das atividades proporcionadas pela cooperativa para a juventude é a inserção dos jovens em cargos de coordenação e direção para que estes comecem a assumir maiores responsabilidades e interesse em continuar e permanecer na mesma.

Imagem 06 - Jovens da COOPAN, festas informais por proximidade. 2016.



Fonte: COOPAN. Acervo pessoal, janeiro de 2016.

Quanto às atividades proporcionadas pela cooperativa que não sejam específicas para o público jovem, 17 (dezessete) responderam que participam e 12 (doze) não. Dos respondentes que sim, as atividades apresentadas foram: lazer, festas, assembleias, reuniões e manifestações. Logo, observa-se relativa participação dos jovens em qualquer atividade que seja proporcionada pela cooperativa, ressaltando o interesse por parte dos mesmos. Apesar de doze respondentes afirmarem não participar, pode ser analisado como falta de interesse dos mesmos ou falta de entendimento referente à questão proposta.

Conforme Stoffel (2013) uma disponibilidade maior de bens nos domicílios rurais contribui para a satisfação das pessoas, com maiores chances dos jovens optarem pela permanência no campo. Constata também que a evasão dos homens mais jovens está relacionada à insatisfação de suas necessidades e a uma busca por padrões urbanos, visto que as condições de acesso a bens e serviços são relativamente boas, porém o rendimento médio mensal é baixo. Nesse sentido destaca-se a localização da cooperativa, que se encontra na região metropolitana de Porto Alegre, com muitos atrativos para a juventude rural.

No sentido do que poderia ser feitos para incentivar a participação e permanência dos jovens na cooperativa, muitos responderam que acreditam que a mesma já faz o que está ao

seu alcance, ou seja, ela já vem realizando ações com esse propósito. Mas também surgiram sugestões no sentido de incentivar mais os estudos, melhorar a renda, mais lazer, mais segurança e mais poder nas decisões e participação de cargos importantes, no sentido de dar mais responsabilidades. Um destaque que pode ser feito surgiu no sentido de planejar a remuneração e o trabalho dos sócios graduados, valorizando suas profissões, que vem a contribuir com a cooperativa. Para eles podem ser realizadas mais atividades de esporte, festas, danças, assim como o incentivo aos estudos, mais formação política e técnica, mais diálogo e maior responsabilidade.

Ao analisar o planejamento realizado em junho de 2016, observa-se uma maior participação dos jovens em cargos de gerência da cooperativa, como coordenação e direção. Este ano entrou pela primeira vez uma jovem na direção, sendo esta a única jovem e mulher a compor este cargo. Esta jovem trabalha no escritório da cooperativa, é formada em Gestão Financeira e tem a tarefa de acompanhar o setor da lavoura e a agroindústria do arroz, assim como a parte comercial, de logística e licenciamentos. Referente a coordenação dos setores, com este último planejamento se tem uma jovem, estudante de Direito na vice coordenação da agroindústria de arroz, um jovem formado em Veterinária na vice coordenação do abatedouro de suínos, um jovem com Técnico em Agropecuária na coordenação do setor do leite e um jovem formado em Veterinária na coordenação do setor dos suínos.

Imagem 07 - Jovem responsável pela máquina de produção do arroz a vácuo na COOPAN. 2016.



Fonte: COOPAN. Arquivos internos da cooperativa, março de 2016.

Quando o assunto é a relação juventude e cooperativa surgem alguns problemas, nesse sentido os jovens apontaram principalmente que gostariam de opinar mais nas decisões, cabendo a cooperativa ceder mais espaço para os jovens. Estes mesmos jovens destacam que existe falta de interesse por parte deles mesmos, assim como pouco cuidado, falta de sentido de pertença, de companheirismo e de coletivo. Nesse sentido destacam-se dois relatos: *“Pouca inclusão na direção, falta de compromisso dos jovens, dificuldade em voltar dos estudos e por em prática na cooperativa”* e *“Pouco interesse e responsabilidade dos jovens, querem mais receber do que contribuir para o crescimento, cooperativa em segundo plano. A cooperativa é muito frouxa deixa as pessoas a tomar conta das coisas, pouco se cumpre as normas estabelecidas, está virando uma empresa e esquecendo seus princípios básicos do cooperativismo”*.

Ao pedir quais seriam as condições necessárias para a sua permanência na cooperativa os jovens destacaram que seria trabalhar em meio aos jovens, trabalho menos cansativo e na sua área, com espaço para colocar em prática seus conhecimentos. Assim como continuar incentivando os estudos, com uma renda melhor e adequada a profissão⁷, indo ao encontro da necessidade de reconhecimento e mais oportunidades. Outras condições seriam conseguir os recursos para as casas e continuar sendo um lugar bom pra se viver. Porém um dos respondentes disse permanecer na cooperativa *“até terminar os estudos”*.

Sobre as vantagens de ser um sócio da COOPAN, os jovens apontam como principal fator a possibilidade de trabalhar e estudar, como também a segurança financeira, o ambiente familiar e a participação nas decisões. Outros fatores também surgiram como o baixo custo de vida, uma renda boa e igualitária, ter moradia e lazer, tirar férias e sair quando precisa. Sobre não ser empregado, pode ser observado nas respostas destacadas: *“trabalhar para nós mesmos, não ser explorado e não ser empregado”* e *“não precisar acordar de madrugada para poder pegar ônibus para ir pro trabalho, não precisar abandonar o trabalho para conseguir estudar”*. Destacam-se outras respostas que expressam bem as vantagens de ser um associado: *“Sem um sócio da COOPAN tem muitas vantagens pelo fato de uma pessoa de 16 anos já ter a oportunidade de trabalhar e conseguir seu próprio salário, pois tem muitos que moram na cidade e não conseguem”* e *“Ajudar no crescimento de uma instituição da qual meu pai é dono. Estou trabalhando para o crescimento do que é meu também”*.

⁷ Nesta fala percebe-se a crítica a remuneração, porém sem a percepção de que o pagamento tem que ser realizado em vista da função e da responsabilidade e não exatamente da formação. Além de não considerar a capacidade da cooperativa de remunerar de acordo com o mercado de trabalho e que esta remuneração vai depender da sua geração de resultados, caso contrário entra em quebra. Esta visão é complicada no nosso país, pois se apresenta como uma visão cartorial, onde se recebe pelo título e não pelo trabalho real executado.

Ao mesmo tempo em que cresce a população mais velha, ocorre uma diminuição no número de jovens residentes no meio rural, se apresentando como uma ameaça à continuidade da agricultura familiar no longo prazo. Mesmo que a aposentadoria contribua para melhorar o nível de renda dos estabelecimentos familiares, é necessária a permanência dos jovens no campo, visto que com a idade avançada reduz-se o nível de esforço e de atividades em que tenham condições de se dedicar. Sendo primordial a implantação de políticas públicas que direcionem estímulos para os jovens, com o intuito de motivá-los a construir seus projetos de vida na agricultura familiar. Para estes jovens é fundamental o acesso à educação e formação para que efetuem suas escolhas pela permanência ou retorno ao meio rural, no sentido de identificar no campo a possibilidade de atuar de maneira empreendedora, rentável e que atenda às suas necessidades (STOFFEL, 2013).

Abordando o assunto sobre o meio rural, foi perguntado aos jovens da cooperativa para eles o que está faltando para que permaneçam nele. As respostas surgiram no sentido de mais atividades de lazer, mais benefícios com incentivo e maiores oportunidades, assim como incentivo aos estudos e maiores investimentos do governo tanto na produção quanto nos estudos. Destacam-se aqui algumas respostas que apontam a falta de vontade por parte dos próprios jovens em relação ao trabalho no meio rural, um dos respondentes aponta que falta *“vontade, me parece que é mais fácil ir para a cidade e ser empregado, pois a maioria das famílias não tem como investir, faltam investimentos também”*. Algumas respostas surgem no sentido de que seria essencial a proximidade dos centros urbanos e *“transporte de qualidade, acesso a educação de qualidade, trabalho, acesso a internet de qualidade”*. Para alguns não falta nada, outros é necessário diversificar a produção, falta o projeto para a construção de suas casas e para um dos respondentes do sexo masculino disse faltar mais mulheres.

Para compreender as expectativas futuras dos jovens associados na cooperativa perguntou-se sobre seus projetos de vida e se poderiam ser realizados no campo ou na cidade. Cerca de 18 (dezoito) respostas disseram que possuem um projeto de vida e que pode ser realizado no campo. Em torno de 6 (seis) respondentes disseram não ter um projeto de vida ou não saber ainda o que irá fazer em relação ao seu futuro. Algumas das respostas não identificaram se seria possível realizar seu projeto de vida no campo ou na cidade e outras somente na cidade como o caso daqueles que pretendem estudar música e fisioterapia, porém nada impede de que estes jovens possam seguir sua carreira residindo no campo. Um dos respondentes disse que pretende seguir a carreira de seu pai na política.

Referente ao que seria seu projeto de vida a grande maioria respondeu referente aos seus estudos, no sentido de ter uma graduação ou curso profissionalizante, além de ter a oportunidade de trabalhar na área que está se formando. Pode se observar as seguintes respostas: *“sim, me formar no ensino superior e ter uma vida saudável no campo”* contemplada por pela resposta de que *“meu projeto de vida é ajudar melhorar a produção de arroz orgânico no campo beneficiando também a cidade”*. Outro destaque nesse sentido pode ser dado no grande número de respostas que apontam para a construção de suas casa e a formação de uma família. Uma das respostas expressa bem o sentimento dos demais: *“sim, meu projeto de vida em primeiro lugar e construir uma família, me formar e ser um bom profissional e poder contribuir para o crescimento da cooperativa, meu pensamento sempre foi ficar no campo e meu sonho é que todos os jovens da cooperativa se sentem parte dela para nós poder fazer crescer ainda mais este projeto que nossos pais estão deixando para nós tocar”*.

Para Souza e Paiva (2012) os jovens apresentam dificuldades de concretizar seus projetos de vida, pois determinam limites até onde se pode ir na sociedade, algo que contribui para a marginalização daqueles mais pobres, visto que o acesso a políticas de educação, segurança e ao trabalho formal, se apresentam escassos. Como uma construção social, não existe um único modo de vivenciar a juventude, pois a mesma se apresenta sob diversas faces entre o real e o ideal.

Nesse sentido os autores destacam que além de realizar políticas públicas e ações paliativas para minimizar os efeitos nocivos a juventude, se faz necessário compreender que as ações devem ir além da garantia dos direitos e sim orientar para o aumento de sua participação. Assim como pensar em desafios inerentes a questão dos jovens, aproximando a discussão referente à juventude e as reflexões que envolvem o desenvolvimento do país (SOUZA e PAIVA, 2012). Destacando também que:

Não basta somente realizar investimentos nas condições sociais e econômicas, mas sim identificar áreas estratégicas para a construção de projetos juvenis de vida, que incorporem sentimento de pertencimento por parte dos jovens em relação à sociedade e desenvolvam ações que possam oferecê-los às ferramentas necessárias para a emancipação e construção da autonomia. Isso por que acredita-se em ações que considerem os jovens como sujeitos políticos, capazes de contribuir com um outro projeto de sociedade (SOUZA e PAIVA, 2012).

Por fim, os jovens foram questionados sobre se sentem realizados no Meio Rural e o porquê. Nesse sentido 25 dos respondentes disse que sim e apenas 4 (quatro) respondeu que não. Aqueles que disseram que não, contemplaram suas respostas no sentido de que tem

outros projetos no momento e que faltam investimentos por parte do governo para os agricultores, além de ser difícil pagar uma faculdade, ainda mais com os cortes de verba. Para os que responderam que sim, os motivos surgem no sentido de que no Meio Rural é um ambiente bom de morar, é tranquilo, mais saudável e se sentem mais seguros, como pode ser observado na seguinte resposta: *“me sinto mais segura morando no campo, o ar é outro, a vida é outra, jamais trocaria pela vida na cidade”*. Contemplando essas respostas muitos disseram que gostam de morar no campo, se sentem feliz nesse ambiente e enxergam bastantes oportunidades, como ser sócio da cooperativa, ter acesso aos meios de comunicação, ter asfalto próximo de casa e uma boa remuneração. Surgiram respostas também referentes aos estudos, sobre trabalhar naquilo que estudou, além de ter a oportunidade de estudar e terminar os estudos, principalmente sem ter que se mudar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os gráficos analisados referentes aos setores de produção apresentam uma crescente evolução na produção, com períodos de quedas e recuperação. O período de 2012-2013 se apresenta com uma maior produtividade total em relação aos demais anos. Esta maior produtividade dos setores também se reflete no resultado líquido do exercício deste período.

Com base nos dados apresentados observa-se uma evolução econômica da cooperativa, acompanhada pela evolução no número de associados. Este aumento na quantidade de sócios é apresentado pela associação de jovens filhos de associados que atingem idade mínima para começar a trabalhar. A inserção dos jovens não tem sido feita com um olhar na produtividade do trabalho e na necessidade real de novos trabalhadores. Esta maior entrada dos jovens não correspondeu a um aumento na produtividade, porém levou a cooperativa a aumentar sua capacidade produtiva para suprir esta mão-de-obra. Como foi o caso de 2009, ao ano em que ocorreu a maior entrada de jovens, também foi o ano em que começou a funcionar a agroindústria de beneficiamento de arroz orgânico. O mesmo se apresenta com relação ao aumento das horas trabalhadas, que foram geradas pela entrada destes jovens, que não acompanhou o aumento da produtividade real, em termos de produção comercializável, representado pela receita total.

Os problemas em relação à antecipação de sobras, que acarretou em resultados do exercício negativos, levam a necessidade de criação de mecanismos de controle a ajustes das sobras em relação às flutuações econômicas ao longo do ano. No sentido de aproximar as contas e evitar realizar uma falsa distribuição de sobras, aproximando-se mais da realidade econômica em que se encontra.

Observou-se também um aumento no endividamento da cooperativa, aumento este que não foi acompanhado pela evolução relativa do Patrimônio Líquido. Este endividamento se refletiu como sendo necessário para aumentar sua capacidade produtiva, com aumento e melhorias nas estruturas produtivas e geração de novos postos de trabalho. Ocorreu também uma mudança no tipo de subsídios recebidos, antes rebatidos principalmente pelo PROCERA, atualmente recebidos através de juros abaixo do mercado. A composição das dívidas gerais também apresentaram mudanças, realizadas através de empréstimos e financiamentos pelo PROCERA, atualmente realizadas através da CONAB e do PRONAF, que representam encargos financeiros maiores à cooperativa.

Com relação à percepção dos jovens em relação à cooperativa, observa-se uma grande vontade de permanência na mesma. Muitos destacam que encontram na COOPAN as condições necessárias para sua sobrevivência, como acesso ao trabalho, moradia, alimentação, saúde, educação e lazer. Porém destacam pontos a serem melhorados, como as relações de convivência, remuneração considerada adequada, maior reconhecimento nas relações de trabalho e gestão, entre outros. Observa-se também a busca por conhecimento por parte destes jovens, em que muitos estão estudando ou pretendem continuar seus estudos e atuar na cooperativa. Contudo, permanece o desafio da pressão representada pelo necessário aumento de produtividade do trabalho como um fator de tensão a ser encarado futuramente.

Aumentou-se o endividamento da cooperativa, aumentou também o custo por trabalhador, porém não aumentou significativamente a produtividade do trabalho. Tal fator é chave para a competitividade da cooperativa e fornece a base econômica para a posterior distribuição de sobras e benefícios para os associados, além de ser aspecto vital na geração de fundos próprios para crescimento da cooperativa.

Conforme análise realizada conclui-se que a cooperativa se apresenta sustentável no curto prazo, porém necessita tomar certos cuidados em relação a sua sustentação no longo prazo. Neste sentido a mesma necessita tomar cuidados em relação às fontes, as quantidades e os juros de seus financiamentos. Bem como, deve destinar parte de suas sobras para fundos internos de maneira a financiar investimentos futuros com recursos próprios. Além disso, se faz necessário uma revisão no valor repassado aos associados, de maneira que a mesma possa oferecer maiores benefícios aos seus sócios e ao mesmo tempo se manter competitiva perante as demais organizações.

O estudo apresenta várias lacunas, que não puderam ser aprofundadas no momento, mas que são importantes para a compreensão dos limites e possibilidades que formas cooperativas coletivas podem representar para o desenvolvimento rural sustentável e com inclusão social. Esperamos, apesar dos limites, ter contribuído para a elucidação de importantes questões para o futuro da COOPAN.

REFERÊNCIAS

ADVFN. Portal de investimentos em ações da bolsa de valores do Brasil, com cotações da Bovespa e BM&F. 2017. Disponível em: <<http://br.advfn.com/indicadores/inpc>> Acesso em: 10 de Fev. 2017.

ANDRADE, D. C. **Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica.** Leituras de Economia Política. p 1-31. Campinas, 2008. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/leituras-de-economia-politica/V11-F1-S14/1%20LEP14_Economia%20e%20Meio%20Ambiente.pdf> Acesso em 17 Jul. 2016.

ANTONIALLI, L. M. **Influência da mudança de gestão nas estratégias de uma cooperativa agropecuária.** Revista de Administração Contemporânea, v. 4, n. 1. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-6552000000100008&script=sci_arttext> Acesso em 15 Abr. 2016.

BÄCHTOLD, C. **Contabilidade Básica.** e-Tec Brasil. Instituto Federal do Paraná. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/proeja/contabil_basica.pdf> Acesso em 19 de Dez. 2016.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Economia e Gestão de Organizações Cooperativas.** Atlas S. A. 2º ed. São Paulo, 2012.

BOESSIO, A. T. **Jovens rurais e processos de sucessão: em análise uma cooperativa agropecuária no triângulo mineiro.** Dissertação, UFV. Viçosa, Minas Gerais, 2015. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/6787>> Acesso em 14 Jun. 2016.

CHRISTOFFOLI, P. I. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades.** 2000, 324 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Paraná, Curso de Mestrado em Administração, Curitiba, 2000.

CONCRAB, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. **Questões práticas sobre Cooperativas de Produção.** Cadernos de Cooperação Agrícola. V. 21. 3. ed. MST. São Paulo, 1997.

_____, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. **A Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999).** Cadernos de Cooperação Agrícola. Nº 08. MST. São Paulo, 1999.

DANIEL, O.; COUTO, L.; SILVA, E.; PASSOS, C. A. M.; JUCKSH, I.; GARCIA, R. **Sustentabilidade em sistemas agroflorestais: indicadores socioeconômicos.** Ciência Florestal. v.10, n.1. 2000. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/index.php/cienciaflorestal/article/view/402>> Acesso em 16 Mai. 2016.

DAVIS, P.; BIALOSKORSKI NETO, S. **Governança e gestão de capital social em cooperativas: uma abordagem baseada em valores.** ESAC Economia Solidária e Ação Cooperativa, v. 5, n. 01. 2010. Disponível em:
<http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/artigo_peter_sig.pdf> Acesso em 11 Abr. 2016.

FARIA, M. S de. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária, Avatares do Trabalho e do Capital.** 2005, 411 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2005. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102636/222129.pdf?sequence=1>> Acesso em 18 de Jun. 2016.

FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. **Juventud rural y empleo decente en América Latina.** Martine Dirven. Santiago, 2016. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i5570s.pdf>> Acesso em 13 de Mai. 2016.

FONTES FILHO, J. R.; MARUCCI, J.; OLIVEIRA, M. J. **Governança cooperativa: participação e representatividade em cooperativas de crédito no Brasil.** Revista de Contabilidade e Organizações, v. 2, n. 4. 2008. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34724>> Acesso em 11 Abr. 2016.

GAIGER, L. I. **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil.** ed. UFRGS. Porto Alegre, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** Atlas, ed. 6. São Paulo, 2008.

GERMER, C. A **‘Economia Solidária’: uma crítica marxista.** Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania. In: Gediell, José Antônio Peres (Org). Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania. Revista Direito Cooperativo. UFPR, Curitiba, 2007. p. 51-74. Disponível em: <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/hotsite/Revista_Direito_Cooperativo_2.pdf> Acesso em 13 Mai. 2016.

GOOGLE IMAGENS. 2017. Disponível em: < https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl> Acesso em 10 de Fev. 2017.

IBGE. **Cidades.** Rio Grande do Sul - Nova Santa Rita. 2016. Disponível em:
<<http://cod.ibge.gov.br/AU8>> Acesso em 05 out. 2016.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Reforma Agrária, 2016.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma_agraria> Acesso em 22 Jun. 2016.

KUYVEN, P. S.; KAPPES, S. A. **II Mapeamento da Economia Solidária Região Sul.** Coord. Luis Inácio Gaiger. UNISINOS. São Leopoldo, 2013. Disponível em:
<<http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/ii-mapeamento-da-economia-solidaria-regiao-sul-cartilha-informativa.pdf>> Acesso em 20 Jan. 2017.

MARCONI M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica.** Atlas, ed. 5. São Paulo, 2003.

MENDES, B. da G. F. **Políticas Públicas e Juventude no espaço rural: Assentamento Sepé Tiarajú - Serra Azul/SP**. 2014, 103 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-graduação em Sociologia. São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6769>> Acesso em 12 Mai. 2016.

MENDONÇA, E. S.; PIRES, F. **Conceitos e práticas de sustentabilidade sócio-ambientais na área empresarial no contexto da economia do conhecimento**. CONVIBRA 05 - Congresso Virtual Brasileiro de Administração. Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://www.convibra.com.br/2005/artigos/158.pdf>> Acesso em 14 Jun. 2016.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Agenda Institucional do Cooperativismo**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/agenda_institucional_do_cooperativismo_2015.pdf> Acesso 20 Abr. 2016.

POCHMANN, Marcio. **Economia Solidária do Brasil: Possibilidades e Limites**. IPEA. Mercado de trabalho. 24 ago. 2014.

PORTAL DA CONTABILIDADE. **Glossário de Termos Contábeis**. 2016. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/glossario.htm>> Acesso em 20 Dez. 2016.

RÊGO, J. de J. M. **COOPERATIVISMO NACIONAL Dimensões Políticas e Econômicas**. Assocene. Recife, 1979.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Básica Fácil**. Saraiva. 27 Ed. São Paulo, 2010.

ROMEIRO, A. R. **Economia ou economia política da sustentabilidade?** IE/UNICAMP. n. 102. Campinas, 2001. Disponível em: <<http://cursa.ihmc.us/rid=1GM431YJX-G9XCVN-S9/economia%20ou%20economia%20da%20pol%C3%ADtica%20da%20sustentabilidade.pdf>> Acesso em 16 Mai. 2016.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. Organização e Supervisão. Editora Best Seller. São Paulo, 1999.

SANTOS, J. C. dos. **Sustentabilidade socioeconômica e ambiental de sistemas de uso da terra da agricultura familiar no estado do Acre**. Viçosa - MG, 2008. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/107>> Acesso em 16 Mai. 2016.

SCOPINHO, R. A. **Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais**. Psicologia & Sociedade, v. 19, n. 1, São Carlos, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea12>> Acesso em 14 Abr. 2016.

SILVA FILHO, C. V. da. **Cooperativas de Trabalho**. Atlas. São Paulo, 2001.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária**. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2002.

SOUZA, C.; PAIVA, I. L. de. **Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real.** Estudos de Psicologia, 17(3), p. 353-360. ISSN: 1678-4669. UFRN, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000300002> Acesso em 01 Nov. 2016.

SPANEVELLO R. M.; LAGO. A. **As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar.** XVI Congresso da SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina, 2007. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/1001>> Acesso em 20 de Jun. 2016.

STOFFEL. J. **A Influência da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural na Região Sul do Brasil.** 2013, 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, em Área de Concentração em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Santa Cruz do Sul, 2013.

WEDIG, J. C. **O ‘trabalho’ urbano como perspectiva: Situação da Juventude Rural.** IV Jornada do GT. Mundos do Trabalho. Pelotas, 2007.

ANEXO I - Questionário para os jovens filhos de cooperados⁸

1- Idade: _____ **Sexo:** () F () M

2- Estado civil:

() Solteiro

() Casado

() Outro. Qual? _____

3 - Grau de escolaridade

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Técnico _____

() Curso especialização _____

() Ensino Superior Incompleto

() Ensino Superior Completo

() _____

4 - Deseja continuar os estudos? SIM () NÃO ()

Em que área? _____

5 - Associado há quanto tempo? _____

6 - Trabalha aonde? _____

7 - Há quanto tempo nessa função? _____

8 - Você participa dos processos de decisão na cooperativa?

() SIM () NÃO

De que forma? _____

9 - Você gostaria de permanecer na cooperativa?

() SIM () NÃO

Por que? _____

10 - A sua família incentiva a sua participação e permanência na cooperativa?

() SIM () NÃO

De que forma isso acontece? _____

12 - Para você a COOPAN incentiva a participação e permanência dos jovens?

() SIM () NÃO

Como? _____

13 - Você participa de atividades proporcionadas pela COOPAN para a juventude?

() SIM () NÃO

Quais? _____

⁸ Questionário elaborado com base na dissertação de Boessio, (2015). Elaborado pela autora. 2016.

14 - Você participa de atividades proporcionadas pela COOPAN que não sejam específicas para o público jovem?

(☐) SIM (☐) NÃO

Quais? _____

15 - Para você, o que a COOPAN poderia fazer para incentivar a participação e permanência dos jovens na cooperativa?

15.1 - Cite alguma(s) atividade(s) que você acredita ser desenvolvida com esse intuito.

16 - Cite 3 ou mais problemas relacionando a Juventude e a Cooperativa:

17 – Quais seriam as condições necessárias para a sua permanência na cooperativa?

18 - Pra você quais as vantagens de ser um sócio da COOPAN?

19 - Para você, o que está faltando no Meio Rural para que os jovens permaneçam nele?

20 - Você tem algum Projeto de vida? Qual? Ele pode ser desenvolvido no Campo e na Cidade?

21 - Sente-se realizado no Meio Rural? Por que?

(☐) SIM (☐) NÃO
